

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

**AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE RECICLAGEM
IMPLEMENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (ARPA) COMO
INSTRUMENTO PARA GERAÇÃO DE RENDA – UM
ESTUDO DE CASO**

OTAMIRES BARBOSA MAIA DE SOUZA

MANAUS
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

OTAMIRES BARBOSA MAIA DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE RECICLAGEM
IMPLEMENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (ARPA) COMO
INSTRUMENTO PARA GERAÇÃO DE RENDA – UM
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia Perales Mendes Silva

Manaus
2010

OTAMIRES BARBOSA MAIA DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE RECICLAGEM
IMPLEMENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (ARPA) COMO
INSTRUMENTO PARA GERAÇÃO DE RENDA – UM
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Márcia Perales Mendes Silva, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Maria do Perpétuo Socorro R. Chaves, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Yoshiko Sasaki, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Ao meu pai, à minha irmã e ao meu irmão:
Otaviano Joaquim Barbosa, Ozinete Barbosa da
Silva e Ozias Gomes Barbosa *in memoriam*;

À minha mãe, meus irmãos, esposo, filhos,
noras e neto por tudo que significaram para a
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela realização deste sonho;

À minha orientadora, Professora Márcia Perales Mendes Silva, uma pessoa singular, pela acessibilidade, dedicação, generosidade e entusiasmo, pelo inextinguível zelo, atenção e apoio presentes em todos os momentos da elaboração deste trabalho;

Aos Professores Dr^a Maria do Perpétuo Socorro R. Chaves e Dr. Claudio Dantas Frota, que acederam prontamente para compor as bancas de qualificação e defesa desta dissertação, mas, acima de tudo, pela generosidade manifesta nas ricas contribuições que alargaram o escopo deste trabalho;

À professora Yoshiko Sasaki, pela amizade e generosidade;

À Universidade Federal do Amazonas, nas pessoas de seus servidores, pelo apoio recebido;

Ao Professor Carlos Gomes, o qual, em deferência especial, aceitou revisar esta dissertação na sua primeira fase, a qualificação;

Ao senhor Raul Miranda Neto, presidente da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA), pelo apoio dado à realização deste estudo, bem como a todos os entrevistados, cujas informações me possibilitaram construir este trabalho;

Aos meus familiares, em destaque: Antonio Eduardo, meu marido, seu apoio e compreensão foram definitivos na realização deste sonho; Sóstenes Júnior, Tiago, Julimara, Patrícia – filhos e noras – pelos incentivos e ausências compreendidas; Gustavo, meu neto, minha pequena liberdade, que com seus sorrisos e peraltices revestiram de alegria os árduos dias de trabalho de realização desta dissertação; Odineas, minha irmã, pela generosidade dos incentivos e, em especial, pela exemplar determinação;

À Josibel Rodrigues da Silva, amiga querida, companheira, que com a suavidade de sua presença tornava o convívio um bálsamo;

À Mariney Viana, por sua acessibilidade, amizade, companheirismo e valiosa colaboração.

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.”

Albert Einstein

RESUMO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, dentre os quais se destaca a redução de empregos no setor formal, têm impactado nos diversos campos da sociedade. Como consequência, crescem as atividades visando à geração de trabalho e renda; dentre essas a reciclagem, tem atraído milhares de pessoas, as quais vêm continuamente se organizando em associações, formais ou informais. A respeito dessa atividade e seus atores, em especial as associações de reciclagem, necessita-se saber mais. Este trabalho, se constitui um esforço nesse sentido, e objetivou investigar a efetividade do trabalho de reciclagem como fonte geradora de renda realizado pela Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental – ARPA. O modo de investigação adotado foi o estudo de caso, instrumentalizado por recursos do tipo quanti-qualitativo. Os dados foram obtidos por meio de observação direta e da aplicação de dois modelos diferenciados de entrevistas semiestruturadas, aplicadas junto ao dirigente da Associação e aos associados, respectivamente. O critério priorizado na dimensão da amostra foi a profundidade das informações. O resultado deste estudo observou a realização de alguns objetivos definidos pela ARPA: apoio aos catadores – intermediação a venda dos materiais coletados, iniciativas de promoção a preservação ambiental, elaboração de projeto visando a ampliar a capacidade técnica operacional da associação e formalização de parcerias, iniciativas pontuais de capacitação dos associados. Concomitantemente, registra-se, como desafio, a construção de um plano de ação que contemple: a formação de uma base de associados; a definição das diretrizes organizacionais da Associação: missão, visão, valores e princípios; a construção do Regimento Interno da Associação; a educação dos associados; a comunicação para a organização - tendo como ponto focal tanto as relações pessoais quanto as técnicas; a captação de apoio técnico e recursos necessários à melhoria da estrutura física da associação e aquisição de máquinas e instrumentos; a promoção da segurança no trabalho; a revisão e mudanças no processo de gestão: planejamento, organização, direção e controle das atividades, orientadas pelos princípios da Economia Solidária; a transformação da Associação numa cooperativa; a construção de um critério de partilha dos resultados alcançados de modo mais equitativo. Às respostas ao desafio consignado certamente levará à efetividade das atividades da ARPA como fonte de geração de renda.

Palavras chave: terceiro setor, reciclagem, avaliação

ABSTRACT

The changes in the world of work, among stands out the reduction of jobs in the formal sector, it has impacted the various fields of society. As a result, activities grow in order to generate employment and income. Among these, recycling has attracted thousands of people, which they have been continuously organizing themselves in formal or informal associations. In respect of this activity and its agents, particularly associations of recycling, we need to know more. This work constitutes an effort, and it aimed to investigate the effectiveness of the work of recycling as a source of income held by the Association for Recycling and Environmental Preservation (Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental – ARPA). The mode of investigation adopted was the case study, instructed by resources from quantitative and qualitative kind. Data were collected through direct observation and the application of two different models of semi-structured interviews, applied to the leader of the Association and to members, respectively. The prioritized criteria in the sample size were the depth of information. The result of this study observed the realization of some goals set by ARPA: supporting to the social agents- intermediation and sale of collected materials, promoting environmental preservation, project design aiming to expand the association's operational expertise and formalization of partnerships, initiatives of associates' training. Concomitantly, we register as a challenge, the development of an action plan that includes: the formation of a membership base, the definition of organizational guidelines of the Association: mission, vision, values and principles, the construction of the intern rules of the Association ; education of members; communication for the organization – it having as focal point both, personal and technical relations; captation of technical support and resources to improving the physical structure of the association and acquisition of machinery and tools; promoting of safety at work; review and changes in the management process: planning, organizing, directing and controlling activities, guided by the principles of the Solidarity Economy: the transformation of the Association into a Cooperative organization, the construction of a criterion for sharing the results more fairly. Responses to the challenge presented surely lead to effectiveness of ARPA's activity as a source of income generation.

Keywords: third sector, recycling, evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sociedade: novo arranjo institucional	24
Figura 2	Etapas do processo de reciclagem	75
Figura 3	Diagrama das decisões na avaliação <i>ex-post</i> - projetos em andamento, baseado em Cohen (1993)	94
Figura 4	Diagrama das decisões na avaliação <i>ex-post</i> – projetos terminados	95
Figura 5	Organograma Administrativo da ARPA	104
Figura 6	Visão frontal da sede da ARPA	108
Figura 7	Prensa: vista frontal	108
Figura 8	Pátio da Associação	109
Figura 9	PEV localizado nos arredores do Fórum Ministro Henoch Reis, em frente ao Cagin - Aleixo	111
Figura 10	Fluxo das atividades realizadas na ARPA	133
Figura 11	Trabalhador realizando a tarefa de separação do material coletado	135
Figura 12	Trabalhador realizando trabalho de prensagem do material coletado	135
Figura 13	Gincana Escola Municipal Leonor Uchoa	174
Figura 14	Logomarca da campanha educativa realizada na escola Alzira Uchoa	174
Figura 15	Amostra de artesanato do grupo apoiado pela ARPA	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo das organizações sem fins lucrativos no território brasileiro, no norte e no Amazonas	40
Gráfico 2	Contingente de pessoal alocado no setor no Brasil, Norte e Amazonas	40
Gráfico 3	Classificação das instalações físicas pelos entrevistados	110
Gráfico 4	Condições de moradia antes de trabalhar na ARPA	115
Gráfico 5	Condições de moradia depois de ingressar na ARPA	115
Gráfico 6	Tipo de habitação em que morava antes de vir trabalhar na ARPA	115
Gráfico 7	Tipo de habitação em que mora atualmente	115
Gráfico 8	Serviços básicos na habitação em que morava antes de vir trabalhar na ARPA	115
Gráfico 9	Serviços básicos na habitação em que mora atualmente	115
Gráfico 10	Ocorrências de adoecimentos graves antes de vir para a ARPA	120
Gráfico 11	Ocorrências de adoecimentos graves depois de vir para a ARPA	120
Gráfico 12	Vivência de acidentes de trabalho antes de vir para ARPA	121
Gráfico 13	Vivência de acidentes de trabalho depois de vir para ARPA	121
Gráfico 14	Se possuía algum plano de saúde, antes de vir para a ARPA	122
Gráfico 15	Se possui algum plano de saúde atualmente	122
Gráfico 16	Fluxo de mudanças nas vidas dos informantes após vir trabalhar na ARPA	125
Gráfico 17	Demonstrativo da participação em evento de planejamento na ARPA	130
Gráfico 18	Percentual de trabalhadores que sabem fazer artesanato	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Linha histórica do Terceiro Setor no Brasil	26
Quadro 2	Destino do lixo domiciliar em Manaus	71
Quadro 3	Aspectos distintivos dos círculos perverso e virtuoso da reciclagem	77
Quadro 4	Diferenças entre a sociedade cooperativa e a mercantil	81
Quadro 5	Principais características das atividades de monitoramento, avaliação formativa e somativa	93
Quadro 6	Elementos relevantes na avaliação de grandes projetos	97
Quadro 7	Elementos relevantes na avaliação de pequenos projetos	97
Quadro 8	Amostra do fluxo da aquisição e posse de bens duráveis	117
Quadro 9	Rendimentos e jornada de trabalho	118
Quadro 10	Materiais coletados: tipo, volume, valor de venda	132
Quadro 11	Empresas compradoras de materiais da ARPA	136
Quadro 12	Apoiadores da ARPA	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ritmo de crescimento das Fasfil, baseado em IBGE/IPE (2005)	55
Tabela 2 – Perfil dos entrevistados da ARPA	112

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ACE	Análise Custo-efetividade
ACR	Associação de Catadores de Recicláveis
AE	Associação Empreendedora
AFBB	Associação dos Funcionários do Banco do Brasil
AMBEV	Companhia de Bebidas das Américas
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
AOG	Associação de Orientação Governamental
AOL	Associação de Orientação Lucrativa
ARPA	Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BIPACEL	Benaion Indústria de Papel e Celulose
BRAC	Comitê de Desenvolvimento Rural de Bangladesh
CAC	Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE
CBO	Código Brasileiro de Ocupação
CC	Código Civil
CCM	Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMAREI	Cooperativa de Materiais Recicláveis de Itu
COPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
CORESOS	Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

FASFIL	Fundações e Associações da Sociedade Civil
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
GEA	Governo do Estado do Amazonas
GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INGOs	International Nongovernmental Organizations
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IPAD	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MPE	Ministério Público Estadual
ODM	Objetivos do Milênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OTS	Organização do Terceiro Setor
PCE	PCE Embalagens S/A
PDRS	Plano Diretor dos Resíduos Sólidos
PEVs	Postos de Entrega Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PMM	Prefeitura Municipal de Manaus
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
REBRATES	Rede Brasileira do Terceiro Setor
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RSE	Responsabilidade Social Empresarial

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEMA	Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Manaus
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
TECLA	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TS	Terceiro Setor
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I : O TERCEIRO SETOR E ONGs: PRESSUPOSTOS PARA O DEBATE	23
1.1 Terceiro Setor: Do que se trata?.....	29
1.1.1 Terceiro Setor e Neoliberalismo: uma discussão necessária	40
1.2 ONGs: emergência e caracterização	43
1.2.1 Redes: o novo formato organizativo das ONGs.....	50
1.2.2 A crise atual das ONGs	55
1.2.3 Importância da gestão para as Organizações do Terceiro Setor – OTS	58
CAPITULO II: RECICLAGEM, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA	62
2.1 A questão ambiental	62
2.2 A cadeia produtiva da reciclagem e a complexidade dos resíduos sólidos	66
2.3 O problema dos resíduos em Manaus	68
2.4 Coleta Seletiva e Reciclagem	72
2.5 Os sujeitos da cadeia produtiva da reciclagem	78
2.6 Associação ou cooperativa?	79
2.7 Associações de reciclagem como instrumentos de geração de renda	82
CAPÍTULO III: AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E CIDADANIA	84
3.1 Tipos de avaliação	88
3.2 Importância da avaliação	98
IV – CAPÍTULO: A EFETIVIDADE DA ARPA: FONTE DE GERAÇÃO DE RENDA?.....	102
4.1 ARPA: Emergência e Constituição	102
4.2 Estrutura física	107
4.3 Perfil socioeconômico dos associados	110
4.4 Gestão da rotina do trabalho	129

4.5 Aspectos relacionados à dinâmica das relações internas na associação	136
4.6 Outros aspectos analisados	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	157
ANEXOS	173

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, dentre os quais se destaca a redução de empregos no setor formal, têm causado impacto nos diversos campos da sociedade. Como consequência, crescem as iniciativas para se garantir a sobrevivência dos excluídos desse setor por meio de atividades informais de geração de trabalho e renda.

O referido fenômeno, de ordem mundial, impõe um olhar profundo para as implicações que lhe são inerentes, com vistas à obtenção de respostas. Neste momento em que o sistema econômico vigente põe à mostra uma de suas fendas, ratifica-se a necessidade daquele olhar, sobretudo quando se leva em consideração que os custos de sua regeneração têm sido historicamente bancados pela maioria de empobrecidos de todo o mundo.

Antes de a fenda se fazer notar de forma mais incisiva, o mundo do trabalho já sofria as limitações impostas pelas mudanças e convergências tecnológicas das últimas décadas, em face das medidas econômico-políticas adotadas pelos governos, no sentido de conformá-lo a um modelo denominado neoliberal.

Com o agravamento da situação, tornou-se imperioso um re-olhar em direção às alternativas emergentes, sobretudo do setor informal, para a geração de trabalho e renda, buscando conhecê-las nas suas variadas formas de expressão, examinando-as com rigor e apreendendo seus limites e possibilidades.

No cenário socioeconômico e político mundial, há consenso de que a pobreza e suas manifestações ameaçam a possibilidade de ampla prosperidade e paz mundial. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (2005) alude que, no alvorecer do século XXI, os governos “de todo o mundo” uniram-se para fazer uma promessa notável às vítimas da pobreza: libertá-las – homens, mulheres e crianças – das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, dando origem ao que se denominou “Objetivos do Milênio”.

No entanto, passados quase cinco anos, constatou-se uma lacuna entre os objetivos delineados e os resultados de fato alcançados, muito aquém do previsto. Esse documento debruça-se sobre a questão social mundial e comunica o efeito devastador da pobreza e suas manifestações, comparando-o ao potencial destrutivo do *tsunami*, o qual, em dezembro de 2004, varreu o Oceano Índico, deixando mais de 300 mil mortos.

A pobreza é uma tragédia silenciosa, previsível e evitável que escapa, muitas vezes, ao

olhar dos meios de comunicação. A cada hora, mais de 1.200 crianças morrem vítimas da pobreza nas suas variadas formas, isto é, “[...] o equivalente a três *tsunamis* por mês, todos os meses, a atingir os cidadãos mais vulneráveis do mundo – as crianças.” (PNUD/RDH, 2005, p.14).

A esse custo, a economia mundial cresce continuamente. O conjunto dos rendimentos dos 500 indivíduos mais ricos do mundo se sobrepõe ao rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres, dos quais 2,5 mil milhões vivem com menos de 2 dólares por dia, em países onde as crianças morrem por falta de uma rede mosquito (Idem).

O Brasil reproduz essa realidade mundial, apesar do crescimento econômico. De acordo com a revista Forbes (2006), o Brasil ocupava o 10º lugar no conjunto da Economia Mundial, com um PIB de US\$ 1.067,706. Em 2007, dados do Banco Mundial referentes às maiores economias do mundo indicava que o Brasil figurava como a sexta maior economia do mundo, possuindo 22 das 2.000 maiores empresas mundiais quanto a números de vendas, lucros, bens e valor de mercado. A Petrobras ocupava o 22º lugar no conjunto.

Não obstante o valor do PIB, o país apresenta alta incidência de pobreza e elevada desigualdade na distribuição da renda. Estudo realizado pelo Radar Social/IPEA (2005) registrou em 2003 que, do total de habitantes que informam sua renda, cerca de um terço (31,7%) são considerados pobres – 53,9 milhões de pessoas –, vivendo com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo. Esse percentual distribui-se desigualmente entre as unidades da federação, apresentando menor concentração nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, e maior no Nordeste. Nesse estudo, não foi possível a comparação para a região Norte, pela inexistência de dados disponíveis para sua zona rural.

Os dados sobre o Estado do Amazonas são preocupantes: dos sessenta e dois municípios, apenas em três – Manaus, Presidente Figueiredo e Coari – a situação econômica dos habitantes situa-se para além da linha da pobreza. A capital do Amazonas, abrigando 80% da economia do Estado, apresenta dois Índices de Desenvolvimento Humano – IDHs, correspondentes, concomitantemente, aos da Noruega e Bolívia – o mais alto e o mais baixo IDH do mundo, respectivamente materializados nas realidades socioeconômicas dos bairros Vieiralves e Grande Vitória (PNUD/Atlas de Desenvolvimento de Manaus, 2006).

O cenário descrito tem sido objeto de demandas de financiamento, parcerias e doações feitas a indivíduos, empresas, governos, agências internacionais e Organizações Não-Governamentais (doravante ONGs), instituições estas que compõem o Terceiro Setor.

Embora se diga que a ajuda dos países ricos tem sido insuficiente, que é dez vezes

menor que os dispêndios com gastos militares, o fato é que também os recebedores de ajuda de qualquer natureza – trabalho voluntário, materiais, dinheiro, tecnologias entre outras – devem também utilizá-los de forma racional, impondo-se um compromisso ético de promover, de fato, um retorno social.

A avaliação é um instrumento importante nesse sentido. A sua aplicação possibilita perceber a dinâmica dos processos e corrigi-los quando necessário, da mesma forma que promove a cidadania. Isto porque a avaliação também é um instrumento de cidadania.

Assim, este estudo foca a avaliação da atividade de reciclagem como instrumento para a geração de trabalho e renda realizada pela Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (doravante ARPA ou simplesmente Associação) e destaca como questão central de pesquisa: em que medida os resultados das atividades de coleta de materiais para reciclagem, realizadas como forma de obtenção de renda, implementadas pela ARPA, respondem aos objetivos propostos, tanto do ponto de vista da instituição como do seu público beneficiado – os associados?

Tomando por base a questão central apresentada, foram elaboradas, de forma mais detalhada, as questões de pesquisa que nortearam este trabalho:

- a) As atividades implementadas para a geração de renda apresentam características comuns quanto aos objetivos, contexto de emergência, metodologia, público beneficiado e equipe responsável?
- b) Existe compatibilidade entre os objetivos propostos e os objetivos alcançados?
- c) A população beneficiada considera satisfatórios os resultados práticos alcançados em suas vidas por meio das ações implementadas?
- d) Quais os avanços, limites e desafios presentes na implementação destas ações aos beneficiados da ARPA?

Coerentemente, objetivou-se investigar a efetividade do trabalho de reciclagem como fonte geradora de renda realizada ARPA. E, como objetivos específicos foram delineados os que seguem: construir o perfil dos projetos de geração de renda da ARPA, priorizando-se os contextos históricos de sua emergência, objetivos, metodologia, metas, público beneficiado, tipo de atividade realizada e equipe executora; verificar a compatibilidade entre os objetivos propostos e os objetivos alcançados; analisar, junto ao público beneficiado, a efetividade das ações de geração de renda implementadas; identificar os limites, os avanços e os desafios a serem alcançados para a consolidação dos fins propostos.

Este estudo se reveste de suma importância na medida em que instrumentaliza a construção de conhecimento sobre a reciclagem, uma atividade recente, engendrada pela questão da pobreza. Assim, conhecê-la nos seus limites e potencialidades permitirá ações bem orientadas de intervenção na realidade para a melhoria do bem-estar social.

Da realização desta pesquisa espera-se, por meio de rigoroso aporte teórico-metodológico, apreender as práticas dos atores sociais intervenientes, respeitando suas especificidades, bem como contribuir para a construção de novos conhecimentos acerca do tema na área da gestão associativa. Em vista disso, a perspectiva metodológica que norteou esta investigação foi de caráter qualitativo, pois se ensejou conhecer os significados e intencionalidades subjacentes às relações que determinam as dinâmicas presentes na organização pesquisada.

Para tanto, o tipo de estudo adotado nesta investigação foi o Estudo de Caso, caracterizado como um estudo profundo e exaustivo de uns poucos objetos, fundamentado na ideia de que a análise de uma unidade do universo pode servir de referência para estudos posteriores (GIL, 1991).

Assim, a leitura e compreensão da realidade somente são possíveis em face de parâmetros que permitam a relação entre os conceitos teóricos e os fatos observáveis. Com vistas a esse fim, foram construídos indicadores, concebidos como recursos metodológicos, como uma medida

[...] dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas) [que] informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2004, p. 15).

Para este estudo, foi construído um Quadro de Unidade de Análise ancorado em dimensões, indicadores e respectivas variáveis (APÊNDICE A), em consonância com o referencial teórico, as questões de pesquisa e os objetivos elencados.

Visando à coleta de dados, foram construídos dois instrumentos:

a) entrevista semiestruturada 1 (APÊNDICE B): aplicada junto à diretoria executiva e administrativa, com o objetivo de conhecer aspectos relativos à natureza jurídica e aos recursos físicos e técnicos imprescindíveis à materialização dos objetivos da associação em estudo;

b) entrevista semiestruturada 2 (APÊNDICE C): aplicada juntos aos demais membros

da associação, a fim de construir seus perfis socioeconômicos e analisar a efetividade da atividade de reciclagem como instrumento de geração de renda, contrastando-se momentos da vida dessas pessoas, antes e depois do ingresso na Associação.

Ainda em direção à captação de aspectos relevantes da vida no ambiente pesquisado, utilizou-se da técnica da observação direta, o que foi extremamente enriquecedor, pois agregou novas informações e percepções acerca da missão da associação pesquisada, do grau de coerência entre missão e atividades desenvolvidas, da satisfação dos envolvidos em relação à gestão da Associação, do tipo de relação estabelecido com a comunidade, entre outras.

Como para este estudo foi considerada, em primeiro plano, a profundidade das informações, a escolha dos sujeitos da pesquisa foi feita à luz de tal premissa. Assim, diante de um quadro confirmado de 12 pessoas – entre membros da diretoria executiva (03), catadores (07) e voluntária (01) –, um total de 08 pessoas integraram o quadro de sujeitos da pesquisa, adotando-se o critério determinante de maior tempo de trabalho na Associação. O *locus* pesquisado foi o galpão da sede da Associação, na Rua dos Andradas, 600 – Centro.

É importante destacar a importância de atividades como: visitas ao galpão (realizadas em 2009 e início de 2010); observações diretas e entrevistas (novembro de 2009); participação no I Festival de Reciclagem, promovido pela Associação; participação, juntamente com a ARPA, da Audiência Pública de discussão do Plano Diretor dos Resíduos Sólidos (PDRS) da Cidade de Manaus; da apresentação do Estudo da Cadeia Produtiva de Embalagens de Papelão no Polo Industrial de Manaus (PIM), este último realizado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Vale ressaltar também um conjunto de dificuldades encontradas, dentre as quais destacam-se: a imprevisão de um horário determinado para a presença na Associação, o que dificultou e impactou inicialmente a realização das entrevistas (tal situação foi contornada com a realização das mesmas aos sábados - dia de pagamento); a manifestação de alguns pesquisados para não mais participar da pesquisa, sob a alegação de que estariam deixando a Associação no mês de janeiro (fez-se necessário, então, um diálogo no qual se retomou a questão da importância da participação deles na pesquisa, momento em que as atitudes tornaram-se paulatinamente favoráveis); a inexistência na Associação de um espaço adequado para as entrevistas, que foram realizadas em uma barraquinha na entrada da Associação usada como abrigo para separação de material (o que passou a ser tratado pelos informantes como “nosso escritório”, em tom de ironia em relação às condições físicas do ambiente, o qual seria demolido posteriormente).

Vencidos os obstáculos, ou boa parte deles, estruturou-se este trabalho em quatro capítulos:

O primeiro capítulo, intitulado “Terceiro Setor e ONGs: pressupostos para o debate”, aborda aspectos que envolvem o surgimento, os fatores determinantes, as características, a composição e as atividades do Terceiro Setor, até a emergência das Organizações Não-Governamentais, suas concepções, papéis e contribuições, bem como as relações das ONGs com a geração de trabalho e renda. Analisa-se, ainda, a crise por que passam essas organizações, na atual conjuntura, destacando-se as suas gestões.

O segundo capítulo, denominado “Reciclagem, Preservação Ambiental e Geração de Renda”, foca diretamente a atividade de reciclagem, evidenciando-a como um processo sob o qual se inscrevem a sub-atividade de beneficiamento primário dos mais diversos resíduos (coleta, seleção, prensagem/enfardamento e destinação à recicladora), e questões socioeconômicas e políticas de grande impacto que denunciam a nova ofensiva do modo de produção capitalista. Aborda-se, ainda, a contribuição dos movimentos sociais visando à mitigação da pobreza.

O terceiro, com o título “Avaliação como Instrumento de Controle e Cidadania”, traz um breve histórico dos processos de avaliação, abordando diferentes concepções, contribuições e sua importância para um processo de monitoramento transparente, correção de rotas e fortalecimento de ações positivas.

O quarto capítulo, “A Efetividade da ARPA: Fonte de Geração de Renda?”, apresenta os resultados da pesquisa: as discussões e as análises dos dados e informações coletadas.

Além desses quatro capítulos, a dissertação conta também com as partes estruturais necessárias à feitura do trabalho científico, ou seja, Introdução, Conclusão, Apêndices e Anexos.

Este trabalho, vale ressaltar, consiste numa apreensão momentânea de uma realidade. Deve-se reter que “a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge da realidade concreta”. “[...] Os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre uma aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a nenhum dado de pesquisa.” (MINAYO apud GOMES, 1994, p.77)

CAPÍTULO I

O TERCEIRO SETOR E ONGs: PRESSUPOSTOS PARA O DEBATE

Embora esta pesquisa não tenha dentre suas categorias principais o Terceiro Setor, percebe-se a necessidade de abordá-lo, pois é o ambiente onde estão inseridas as ONGs, *locus* de estudo desta pesquisa. Neste sentido, não se pretende discuti-lo à exaustão, mas delinear alguns de seus contornos.

Segundo a Rede Brasileira do Terceiro Setor – REBRATES [199?], a sociedade está estruturada em três segmentos distintos, costumeiramente denominados setores.

O Primeiro Setor é originado da vontade popular e, por meio do voto, confere poder ao governo, o qual, por sua vez, materializa-se pela ação conjunta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Segundo Setor corresponde à livre iniciativa, ao mercado no qual se fomenta e se promove a produção de bens e serviços diversos, instrumentalizados no lucro. Define as agendas econômicas e financeiras e é responsável por questões individuais, embora mantenha relações interativas com o primeiro e o terceiro setores, por meio da materialização do que se denomina Responsabilidade Social Empresarial – RSE.

Já o Terceiro Setor corresponde a um conjunto diversificado de instituições privadas, sem fins lucrativos, voltadas para práticas sociais, geradoras de bens e serviços de caráter público, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado, dentre outras.

Este último, somente há pouco tem sido focado pelas disciplinas científicas. Assim, é válido lembrar a natureza recente do assunto, cuja visibilidade ocorre a partir dos anos 90, com o crescimento quantitativo das organizações que o constituem – as ONGs. A figura 1 apresenta graficamente os três setores mencionados:



Figura 1 – Sociedade: novo arranjo institucional

Fonte: <http://www.terceirosetor.org.br>.

Esses setores não se apresentam dicotomizados, mas interagentes e determinantes em alguns de seus aspectos. Isto significa dizer que a dinâmica do Segundo Setor, por exemplo, pode interferir na dinâmica do primeiro e do terceiro setores. A história desse último atesta esse fenômeno.

O crescimento do Terceiro Setor (TS) parece apresentar semelhança causal em âmbito mundial. Salamon (1999) o percebe como decorrente de intensas transformações econômicas e sociais, resultantes do processo de mundialização, responsável pelo alargamento das fronteiras, fomentadoras de distâncias sociais, desigualdades entre países e, no seu próprio interior, por mudanças na definição de cultura, do bem comum e no modo de promoção. Esses elementos interagem, gerando uma crise generalizada do Estado. Ao mesmo tempo, surge no seio da sociedade civil uma série de instituições cuja preocupação é o estreitamento do abismo entre pobres e ricos. Esse fenômeno estrutura o setor em tese.

Fernandes (1994), referindo-se ao TS, afirma que está em processo de formação uma “sociedade civil planetária”, que deve ser articulada internacionalmente. Argumenta, ainda, que, num contexto em que os governos e mercados transacionam globalmente, torna-se imperativo internacionalizar os instrumentos de participação cidadã, sem os quais não haverá limites para o arbítrio.

O autor não vê novidades em relação às práticas das instituições dessa nova sociedade civil. No entanto, destaca que, embora não seja um fato novo, assiste-se à expansão sem precedentes, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, das iniciativas civis. Tudo indica ser um fenômeno concomitante em diversas regiões, sensível a partir dos anos 1970, acelerado a partir dos 1980. O mesmo foi iniciado a partir de alguns movimentos específicos que se institucionalizaram crescentemente dando origem às ONGs, as quais, em conjunto, compõem um novo setor.

Referindo-se ao fenômeno em curso, Fernandes (1994) afirma estar surgindo no mundo um “terceiro personagem. Além do Estado e do Mercado”, portando os seguintes traços distintivos: Não-Governamental, não lucrativo, organizado, independente e mobilizador da dimensão voluntária do comportamento das pessoas. Esses elementos dícticos relacionam-se com a pluralidade das suas organizações estruturantes e fornecem argumentos aos debates que contestam sua conceituação.

Essa característica “independente” do TS, na percepção do autor mencionado, é incongruente com o *modus operandi* dessas organizações no Brasil. Conforme já analisado por Salomon e Enhein (1999), essas organizações dependem de aportes governamentais para a realização de suas atividades. Por conseguinte, não gozam de autonomia.

À amplitude e ao efeito de emergência do setor referido tem sido atribuída tamanha relevância, ao ponto de ser concebido como uma “virtual revolução”, provocadora de mudanças nos modos de agir, pensar e até nas relações dicotomizadas tradicionais entre o Estado e o mercado, marcadas pelo conflito do interesse público *versus* privado.

Na percepção de Fernandes (1994) a concepção do fenômeno resulta de quatro conjunções possíveis entre o “o público” e o “privado”:

agentes privados orientados para fins privados resultam no setor mercado;
agentes públicos orientados para fins públicos resultam no setor Estado;
agentes privados orientados para fins públicos resultam em terceiro setor;
agentes públicos orientados para fins privados resultam em corrupção
(FERNANDES, 1994, p. 21).

Dessa forma, o mercado seria o resultado das transações entre agentes privados, com a finalidade de maximizar o patrimônio individual. O Estado define-se na medida em que as práticas dos agentes públicos visem a resultados para a coletividade; o Terceiro Setor decorreria das ações dos agentes privados, visando a resultados para a coletividade, e a corrupção se objetivaria quando os agentes públicos se orientassem para resultados privados no trato com o Estado.

Na América Latina, o “personagem” emergente é caracterizado pelos termos “não-governamental” e “não lucrativo”. A primeira expressão, conforme Fernandes (1994), implica as relações afins entre aquele e o Estado, relativo ao ponto focal de suas funções: a coletividade.

No Brasil, a história do Terceiro Setor é abordada por Canton (2002), segmentadamente, em períodos que vão do colonial à atualidade:

Períodos	Duração	
Colonial	1500	1822
Proclamação da Independência e o Final da Primeira República	1822	1930
Criação do Estado Novo e o golpe de 64	1930	1964
64 ao final dos anos 80	1964	1989
Anos 90 à atualidade	1990	-

Quadro 1 - Linha histórica do Terceiro Setor no Brasil
 Fonte: A Pesquisadora, baseada em Canton (2002, p. 15)

No primeiro período, a sociedade brasileira está economicamente voltada para a monocultura da plantação de açúcar e assentada no trabalho escravo. Com forte presença de homens brancos europeus, oriundos da metrópole, Portugal, de quem o Brasil era colônia. As relações nesse contexto caracterizavam-se pela reciprocidade entre ambos, por meio da qual individualmente se trocam proteção e favores por lealdade e serviços. A relação Estado-Igreja funde-se e se confunde nesse interregno. O rei de Portugal recebia de Roma a atribuição do controle da Igreja, o que redundava no catolicismo como religião oficial. As atividades do TS eram, implicitamente, de responsabilidade da Igreja.

No segundo período, observa-se o deslocamento do eixo político e econômico dos engenhos do Nordeste aos fazendeiros do café do Sudeste. Desloca-se a titularidade do poder dos senhores de engenho aos fazendeiros do café. Essa mudança implica o fim da escravatura, a chegada dos imigrantes ao país para compor a nova força de trabalho e o início dos processos de industrialização e urbanização brasileiros. Destaca-se nesse contexto: o crescimento quantitativo das organizações da sociedade civil secularizadas - dentre outras: associações mutualistas, profissionais, de classe e sindicais; reivindicações políticas que exigiam do Estado maior controle sobre a beneficência privada, a partir da criação de mecanismos de coordenação e fiscalização; legitimação de um discurso liberal apregoador de uma aliança entre o público e o privado em ações assistenciais, oriunda dos Estados Unidos (Idem).

O terceiro período relaciona-se com a Revolução de 1930 e o golpe do Estado Novo. Inicia-se a era nacional desenvolvimentista, centralizadora, marcada pelo autoritarismo e pela vigorosa intervenção socioeconômica do Estado. Emerge um fluxo organizativo da sociedade nas mais variadas formas. Nesse contexto, o Terceiro Setor expande-se com relativa independência do Estado. Data de 1935 a primeira lei regulamentadora da colaboração entre

entidades privadas sem fins lucrativos e o Estado – Lei de Declaração de Utilidade Pública, (BRASIL, 1935). Surge também na década de 1940 a Legião Brasileira de Assistência – LBA, que passa a ser a titular da prestação de assistência aos “carentes” (BRASIL/MDS, 2009).

O quarto período inicia-se com o golpe militar e corresponde, posteriormente, ao momento de reorganização da sociedade civil, de crescimento quantitativo de inúmeras entidades autônomas e de oposição ao Estado, orientado pela lógica da centralização e privatização. O processo reorganizativo implicou a unificação dos sistemas nacionais públicos, com destaque para os serviços sociais básicos, e promoveu a privatização desses serviços, por meio de convênios. Essas últimas medidas resultaram na ampliação do setor privado, enquanto o TS mantém-se estático. A partir dos anos 1970 e 1980, em meio a crises econômica, política, social e moral, a sociedade civil, através de movimentos sociais, manifesta-se, repudiando o regime vigente e suas formas assistencialistas. De certa forma, o TS se manteve distante dos governos desses períodos.

A década de 1990 inicia o quinto e último período, que se estende à atual conjuntura. As crises econômica, social e moral, em curso desde 1970, terminaram por alargar a distância entre ricos e pobres e promover o desaparecimento das políticas sociais existentes, fomentando um ambiente premido por grandes demandas no âmbito social.

Ante o comprometimento do tecido social, as ONGs voltam à cena, abrindo-se para o diálogo com governos, empresários e tradicionais associações de ajuda mútua e assistencial. Visando responder às demandas emergentes, diversas iniciativas são implementadas, dentre as quais ressalta-se, pelo impacto, a ECO 92 – movimento ecumênico que conseguiu articular vinte tradições religiosas, por meio das quais foram e estão sendo concretizadas várias ações, de naturezas diversas.

A síntese histórica do TS consigna fatos sociais, econômicos e políticos aludidos por Cabral (2007), dos quais ressaltam-se o crescimento quantitativo e qualitativo de organizações que hoje constituem as denominadas Organizações do Terceiro Setor (OTSs), e a privatização e comercialização de serviços sociais que levaram os pesquisadores ao desenvolvimento de perspectivas teóricas fundamentais e à construção de paradigmas da origem e do desenvolvimento desse setor.

Desses estudos resultaram várias concepções teóricas. Os economistas procuraram estabelecer o *locus* do TS a partir dos conceitos básicos e excludentes de Estado e mercado do que resultaram as teorias: da incapacidade do governo e do mercado; do suprimento de bens;

da falha de confiança; e das contradições do Estado de bem-estar social.

A primeira teoria citada, a da incapacidade do governo e do mercado, elaborada por Wiesbrod (1998), atribui o crescimento do TS à incapacidade do mercado e do governo de prover os bens públicos. Sobre o assunto diz esse autor:

O TS cresce de maneira proporcional ao encolhimento do governo na provisão dos bens coletivos que lhes são exclusivamente pertinentes e de modo proporcional à diversidade da população que se apresenta, capacitando-o financeiramente para atender a uma demanda que o mercado não supre, (WIESBROD, *apud* CABRAL, 2007, p. 75).

A segunda teoria, a do suprimento de bens, complementa de certa forma a teoria anterior, à medida que concebe a

necessidade da existência na sociedade de empreendedores capazes de iniciar o processo de financiamento e organização. À religião estava reservado o lugar de fonte motivadora e ambiente competitivo, e estabelecia-se uma relação de positividade entre a diversidade religiosa competitiva e a capacidade de financiamento social para o TS (JAMES, 1987 *apud* CABRAL, 2007, p. 75).

Sumariamente, a terceira teoria, a da “falha de confiança”, de Hansmann (1987) foi desenvolvida considerando o surgimento do TS como consequência de uma quebra de contrato entre o consumidor e o mercado, o qual, a partir dessa ruptura, surge propondo um novo vínculo de confiança pautado nas suas características não lucrativas e missionárias (CABRAL, 2007, p. 76).

No campo da Administração, pesquisadores como Young (1987) e Hannan (1989) também desenvolveram estudos sobre o tema em análise, formando uma base teórica que considera as organizações como ambientes diversos em “que a competição por fundos, legitimidade de propósitos, fatores tecnológicos, culturais e econômicos se misturam para prover serviços sociais” (YOUNG & HANNAN, *apud* CABRAL, 2007, p. 76).

As teorias aludidas se propõem explicar as origens e desenvolvimento do TS. Não obstante isso, o debate em torno do conceito permanece como um desafio aos estudiosos.

1.1. Terceiro Setor: do que se trata?

O entendimento do TS implica lidar com peculiaridades conceituais que resultam em inúmeras definições. Conceitualmente, o TS é pauta de diversas discussões em torno das quais se identifica a inexistência de consensos. Em relação a esse aspecto, ressalta-se que neste trabalho busca-se a apreensão de aspectos conceituais significativos para o entendimento da dinâmica do *locus* da pesquisa – a ARPA.

Em sua tese de doutorado, Cabral (2007, p. 9-17) analisa a denominação “Terceiro Setor” em vários aspectos. Inicialmente, define-a como uma nomenclatura geral adotada para distinguir um conjunto de organizações sociais particulares, sem fins lucrativos, de outras, também privadas, as empresariais lucrativas. Essa denominação de caráter geral, segundo essa autora, é problemática, pois encerra um “conjunto” de organizações diversas, tanto em relação aos fins quanto em relação às atividades que realizam, o que termina por projetar para o setor as qualidades específicas das organizações que o compõem.

Cabral (2007) entende que, concorrendo para o pouco entendimento do conceito, muitos autores costumam definir o TS abordando aspectos que não lhe são pertinentes, como “não-governamental” e “sem fins lucrativos”, haja vista que esses termos definem as organizações que o compõem. O aspecto criticável, nesse caso, é que põe em evidência o que elas não são em detrimento do que são, da importância de suas ações no âmbito social.

Isso implica uma leitura muito superficial de sua totalidade, a qual, juntando-se à diversidade das organizações que o constituem e à ambiguidade de seus limites, concorre para a criação e consolidação de um vocabulário conceitual intrincado e impreciso, o que dificulta a identificação do setor na sociedade e estabelece empecilhos à constituição de um setor com contornos conceituais definidos. Correlato a isso, verifica-se uma diversidade de critérios usados para defini-lo.

A partir dessa reflexão, Cabral (2007) analisa o critério proposto por Salamon (1999) para delimitar e classificar as Organizações do Terceiro Setor – OTS, adotando como parâmetro seus aspectos legal, funcional e econômico-financeiro, bem como outras terminologias, que refletem diversos aspectos das realidades socioeconômicas e culturais de onde se inserem. Assim, têm-se definições ancoradas em aspectos legal, funcional, dentre outros, sobre as quais são tecidas considerações relevantes.

A classificação que considera o aspecto legal, por exemplo, exigirá a priorização desse aspecto em cada país em que a organização estiver inserida. Isso implica definições distintas e

peculiares à realidade legal desses países. É uma abordagem que, segundo Cabral (2007), se por um lado simplifica a identificação e o agrupamento das OTS, por outro dificulta uma análise comparativa entre países.

Não menos problemática é a definição baseada no aspecto funcional. Essa possibilidade reúne aspectos positivos e negativos. O primeiro residiria no fato de que todos os esforços da organização estariam orientados para o atendimento da sua missão, evitando, dessa forma, o sacrifício inútil de atividades, de recursos e de energia necessários à sua atuação; o segundo relaciona-se à possibilidade de pulverização de recursos e fragmentação do social, pois essas organizações geralmente estão orientadas para várias e múltiplas finalidades. No Brasil, por exemplo, é bastante comum as OTS desenvolverem atividades concomitantes nas áreas temáticas de educação, saúde, geração de renda, gênero e meio ambiente, dentre outras.

As definições assentadas nos aspectos econômico-financeiros não são menos complexas que as anteriores. Em termos de operacionalização, classificam e definem as organizações em função do volume e fontes de recursos de que dispõem, valorizando seus meios de subsistência. Segundo esse critério, a instituição que tivesse mais da metade de seus recursos oriundos dos setores privado ou estatal seria definida como integrante do setor privado e/ou governamental. A dificuldade presente nesta opção reside na necessidade de se examinar as contas de uma instituição para sua classificação. Vale ressaltar que esse é o tratamento utilizado pelo Sistema de Contas Nacionais da Organização das Nações Unidas – ONU.

Para Salomon (1999), *apud* Cabral 2007, p 9-19), definir o setor por meio de terminologias não facilita o processo. De igual modo, teremos que lidar com uma multiplicidade de sentidos que indicam realidades sociais, econômicas e culturais diversas relacionadas aos contextos em que essas organizações se inserem, além do fato de que sempre refletem o debate em torno das formas alternativas de organização, contribuição, diálogo e confronto entre propostas distintas para a relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Neste caso, faz-se referência ao setor de caridade, setor não lucrativo, organizações não-governamentais, setor independente, setor voluntário, setor isento de impostos, economia social e, mais recentemente, setor da sociedade civil, entre outros.

Vale ressaltar que “caridade” é uma palavra de origem inglesa “*charity*”, da qual se tem por derivação o denominado *setor caritativo* (*charitable sector*, no inglês). Usado como definição para o *setor de caridade*, evidencia somente uma das suas possíveis fontes de

recursos de suas organizações – doações caritativas –, desconsiderando outras, como repasses governamentais e receitas provenientes de atividades e serviços, desenvolvidos pelas organizações, para levantamento de recursos (Idem, p. 11).

Na Inglaterra, o termo *charities* é usado como um elemento de diferenciação entre a caridade religiosa e a não religiosa, moderna e humanista. No Brasil, conforme o entendimento de Cabral (2007), os termos *organizações filantrópicas*, *entidades sociais* e *obras sociais* encerram conteúdos semânticos afins e são utilizados para designar instituições dedicadas à prestação de serviços sociais e assistenciais, de iniciativas relacionadas a confissões religiosas, cujo ânimo se baseia na caridade.

A literatura e a sociedade americanas utilizam a designação *setor não lucrativo* (*non profit sector*, no inglês), para enfatizar que as organizações assim denominadas não são criadas para distribuir lucros a seus instituidores, embora produzam benefícios para seus próprios membros. Assim, os resultados superavitários conseguidos são investidos nas ações-fins da organização.

As denominações “Organizações Não-Governamentais” – ONGs, ou, ainda, “setor não-governamental” são outras formas identificativas das organizações que estruturam o setor em tese e que lhe conferem, a partir de suas características, as feições hodiernas. Originariamente relacionada à Resolução 288 (X), de 1950, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o uso dessa última expressão predomina na Europa Continental. Naquele contexto, é usada em referência às organizações privadas – não-governamentais – que buscavam espaço no processo de participação na tomada de decisão nos organismos multilaterais, primeiramente a ONU e, mais recentemente, o Banco Mundial (Idem, p. 11).

São termos de uso e difusão recentes nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, onde são usados parcialmente. Nesse *locus*, é aplicado para organizações sem fins lucrativos, vinculadas a movimentos de ajuda humanitária, de desenvolvimento social ou político-ambiental. É nesse sentido que Salamon (1999) refere-se às ONGs como organizações sem fins lucrativos, voltadas para o desenvolvimento econômico e social, não neutras ideologicamente, com ações focadas, prioritariamente, para os países em desenvolvimento. O uso da expressão “setor não-governamental” refere-se, principalmente, ao conjunto de instituições que, fora do aparelho do Estado ou das organizações corporativas, formam grupos de pressão, de assessoria a movimentos sociais e garantia de direitos.

Cabral (2007, p. 12) registra, ainda, a expressão “setor independente” (*independent sector*, no inglês), usada nos Estados Unidos, onde as organizações que o compõem colocam-

se como uma terceira força, estranha tanto ao primeiro quanto ao segundo setor. Todavia, mostra-se inadequada, pois, embora se autoqualifiquem dessa forma, na realidade essas organizações, em alguma medida, dependem de recursos provenientes basicamente da área governamental e da iniciativa privada para sua manutenção. Assim sendo, essa designação apresenta-se parcialmente consistente.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, segundo a referida autora, usa-se também o termo *setor voluntário*. No primeiro, enfatiza-se a tradição do trabalho voluntário, peculiar àquele contexto; no segundo, refere-se ao desenvolvimento de atividades realizadas no interior das organizações, de natureza variada, espontânea e não remunerada. A expressão carrega um forte apelo à participação e à efetivação de um compromisso social. Todavia, mostra-se inadequada para definir o conjunto das organizações, tendo em vista que, com a revalorização dessas atividades, a profissionalização remunerada é crescente. O “termo não se aplica às cooperativas e mutualidades, que seguem uma adesão corporativa” (Idem, p.12).

A utilização do termo *setor isento de impostos* apresenta coerência com a realidade norte-americana, em que as organizações se beneficiam de legislação específica, aplicável apenas àquele contexto, de acordo com as normas 501 © (3) e (4) do *Internal Revenue Code*. O uso do termo é prejudicado em países com diferentes legislações ou ausência de normas. No Brasil, somente as organizações que possuem o título de utilidade pública e de finalidade filantrópica, concedido pelos poderes públicos municipal, estadual ou federal, podem receber subvenções públicas e isenção do imposto de renda, além de contribuições fiscais previdenciárias (Idem, p. 13).

Nos países europeus, principalmente na França, faz-se uso também dos termos *Terceiro Sistema* e *Economia Social*. O primeiro é utilizado frequentemente para definir as organizações que se dedicam ao desenvolvimento de atividades voltadas para o estímulo ao trabalho associativo e cooperativo e formas alternativas de produção. Esses termos evidenciam a importância econômica do TS, crescentemente relacionado à circulação de moeda e à distribuição de benefícios, inclusive a remuneração. Seus partidários assumem uma dimensão sociopolítica global, fundada na importância econômica do TS, e defendem a efetividade dessa denominação, ampla o suficiente para abranger diferentes organizações.

A economia social é usada como indicativo de um ramo de pesquisa acadêmica que se debruça sobre a função social da economia, seu impacto na vida em sociedade e a responsabilidade das instituições. No Brasil, a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG vem utilizando a expressão *economia solidária*,

indicativa de atividades de cunho mutualista.

A partir de 1990, a expressão *setor da sociedade civil* ganha uso corrente, evidenciando a base constituinte das organizações que estruturam esse setor da sociedade, que não se definem nem como mercado, nem como governo, e firmam posição distinta caracterizada pela autonomia em relação a estes.

TS é um conceito muito recente, abrangente e difuso sob o qual se procura agrupar uma grande variedade de instituições da sociedade civil. Cada uma delas é orientada por estratégias e objetivos distintos, mas resguardam um propósito comum. Vale ressaltar que a complexidade do conceito de TS relaciona-se não apenas ao fato de ser recente, mas ao fato de se tratar de uma proposta de experimentação social, uma tentativa de trabalho conjunto que pretende reunir instituições muito diversas.

O conjunto dos termos apresentados, segundo Cabral (2007), definem insatisfatoriamente o TS, pois sempre evidenciam parcialmente esse ou aquele aspecto relativo às organizações que o estruturam. Assim, a sua apreensão conceitual solicita outros aportes, a exemplo dos autores a seguir, os quais olham-no a partir de outros ângulos e ajudam a definir seus contornos.

Independentemente de como é denominado, o TS tem sua personalidade. Mesmo portando alguns traços idênticos aos demais setores, a eles não se funde e nem se confunde com eles e, ainda, distancia-se do Estado quanto à natureza de suas políticas não compulsórias. Dito de outra forma: as ações e intenções daqueles se concretizam pela persuasão e pela coerção moral e ideológica, potencializadas, às vezes, pela gravidade subjacente às suas causas, enquanto este dispõe de todo um aparato formal que o legitima a fazer uso de mecanismos coercitivos.

A distância do mercado explicita-se através do termo “não lucrativo”. É evidente que suas ações implicam custos, na maioria das vezes muito além de sua capacidade financeira, que são garantidos com recursos doados por terceiros ou subsidiados via parcerias com os governos, agências internacionais, dentre outras. Os resultados de suas ações não podem ser privatizados, suas movimentações financeiras superavitárias jamais podem implicar distribuição de “lucros” para seus associados. Tudo deve ser reinvestido em prol dos seus serviços. Essas características a definem como instituição privada, porém “sem fins lucrativos”

Na íntegra, segundo Salomon (1999), é definido como espaço composto por:

- organizaciones; es decir, poseen una presencia y una estructura institucionales;
- privadas: tienen existencia institucionalmente separada del Estado;
- no reparten beneficios: no generan beneficios para sus gestores o el conjunto de titulares de las mismas;
- autónomas: controlan esencialmente sus propias actividades;
- con participación de voluntarios: la pertenencia a ellas no está legalmente impuesta y atraen un cierto nivel de aportaciones voluntarias de tiempo o de dinero. (SALOMON, 1999, p. 18-19)

Podemos compreender, com base no autor citado, que o setor em tese é composto de organizações estruturadas; localizadas fora do aparato formal do Estado; não destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os diretores ou entre um conjunto de acionistas; autogovernadas, envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.

As alusões de Salomon (1999) são fundamentadas em estudos comparativos do setor não-lucrativo, sob sua direção geral, realizados em 42 países, nas regiões da Europa Ocidental, da Europa Central, da Ásia, da América Latina e da América do Norte, pela Universidad Johns Hopkins, em 1993, que tinham por finalidade responder às seguintes questões acerca do terceiro setor:

- [...] ¿Cuál es su envergadura, estructura y fuente de ingresos básica, y cómo varía de un país a otro?
- [...] ¿Cuál es la causa de las diferencias existentes en la magnitud, estructura y fuente de ingresos de este conjunto de instituciones de un lugar a otro?
- [...] ¿Qué factores parecen fomentar o retrasar su desarrollo?
- [...] ¿qué importancia tienen estas organizaciones?
- [...] ¿Cuáles son sus contribuciones especiales? (Salomon, 1999, p. 14).

Os resultados dos estudos demonstram, dentre outras coisas, que o setor não lucrativo é uma força econômica mundial muito importante, havendo diferenças significativas relacionadas ao seu tamanho e à composição em cada país. A filantropia exerce um papel muito menos significativo em termos de financiamento que o setor público e, na maioria dos países de cujos dados se dispõe, verifica-se um crescimento considerável desse setor nos anos recentes.

Apesar de consideráveis diversidades e variações que as caracterizam nos distintos países, essas organizações possuem em comum algumas características importantes que justificam seu tratamento como um setor social diferente em que todas são organizações que operam fora do aparato estatal: não repartem lucros e os cidadãos são livres para pertencer ou não a elas e para buscar objetivos comuns, conforme Salomon (1999).

Enquanto os autores anteriores reconhecem a existência e a relevância do TS, Montañó (2007, p. 181) as nega. Analisando o conceito a fim de identificar o que lhe subjaz,

o autor afirma que o terceiro setor é apenas um “conceito ideológico e inadequado ao real (...) carente de rigor teórico (...) e desarticulador do social”, pois, pressupondo a existência de um primeiro e um segundo setor, usando de um artifício positivista, institucionalista ou estruturalista, divide o indivisível: a realidade social, segmentando-a em três esferas autônomas – o Estado, o Mercado e a “sociedade civil”.

Nessa perspectiva, o debate envolvendo o conceito de “Terceiro Setor”, afirma o autor, acoberta um fenômeno inserido no processo de reestruturação do capital baseado nos princípios neoliberais e aduz um novo padrão de resposta à questão social, ancorado em valores de autoajuda, solidariedade local e ajuda mútua.

Além de negar a existência de um terceiro setor, Montañó (2007) afirma que o que está em jogo nesse debate não é o *locus* onde se inserem as organizações que tratam da questão social, “mas a modalidade, fundamentos e responsabilidades inerentes à intervenção e à resposta à questão social”:

No padrão social típico do Welfare State, a modalidade setorialista do trato às refrações da “questão social” não esconde o seu fundamento de ser constitutivo de direito de cidadania e de universalidade do serviço, sendo tal resposta de responsabilidade do conjunto da sociedade [...] por intermédio do Estado. No padrão neoliberal de resposta às demandas sociais, a modalidade de intervenção é setorialista, mas também localizada, e seu fundamento é a focalização e desconcentração das respostas [...] sustentadas na auto-ajuda e na ajuda mútua (“solidariedade local”), sendo assim de responsabilidade dos próprios postadores de necessidades, de seus pares e de suas localidades a resposta às suas demandas. (Montañó, 2007, p. 185).

Entende-se que são coerentes algumas argumentações de Montañó, principalmente quando, à luz da teoria positivista funcionalista, questiona a segmentação da sociedade em três segmentos (Estado, mercado e terceiro setor), argumentando *sugestivamente* que a realidade social não se divide, logo o terceiro setor inexistente. Coerente mas falaciosa, pois tal assertiva está assentada em vários subtendidos.

O primeiro ocorre quando, a partir de uma “perspectiva crítica e de totalidade” (Idem, p.182), considera o conceito de terceiro setor “inteiramente ideológico e inadequado ao real” e afirma que a “realidade social não se divide em ‘primeiro’, ‘segundo’ e ‘terceiro’ setor, divisão que, como vimos, consiste num artifício positivista, institucionalista”.

Analisando essas assertivas, tem-se a impressão de que o autor fala de um lugar não “positivista, institucionalista”, explicando melhor, ancorado em uma teoria não enquadrável dentre as positivistas. Mas de que lugar fala? Nesse sentido, concorda-se com Pessoa (1915),

para quem

a única realidade social é um indivíduo, por isso mesmo que ele é a única realidade. O conceito de sociedade é um puro conceito; o de humanidade uma simples idéia. Só o indivíduo vive, só o indivíduo pensa e sente. Só por metáfora ou em linguagem translata se pode aludir ao pensamento ou ao sentimento de uma colectividade. (PESSOA 1915, p.198)

O segundo subtendido diz respeito à afirmação de que o

projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da ‘preocupação’ e ‘ocupação’ (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, mas voltadas para as (auto) respostas imediatas às necessidades localizadas (MONTAÑO 2007, p. 260).

Em relação a isso, pode-se concluir que, se vivemos sob o império do projeto neoliberal, vivemos numa sociedade portadora dessas características. Concordar com essa ideia seria negar a existência e menosprezar o trabalho de organizações, sublinha-se as não-governamentais, que envidam esforços, objetivando mudanças sociais de fato, obtendo-se conquistas reais, como por exemplo a Lei Maria da Penha.

Não se pode negar o conceito de TS. Há que se considerar também, conforme pesquisa realizada em 2002 pelos Institutos de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), a importância do seu papel sustentado por suas organizações componentes: as organizações do terceiro setor (OTS). O estudo reconhece a infinidade dessas organizações de natureza e ações distintas, tais como: clubes de futebol, entidades de auxílio mútuo, fundações empresariais e outras, entre as quais se destacam as ONGs, voltadas para a defesa de direitos já existentes, para a construção de novos direitos, para a luta contra as desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

As múltiplas concepções acerca do setor em tese recomendam o exame das suas características a fim precisar o mais nitidamente possível seus contornos. Neste sentido, observa-se que o TS caracteriza-se pela negatividade em relação aos outros setores – Mercado e Governo. Isso está explícito em sua composição, determinada por um conjunto diverso de ONGs que, embora de natureza jurídica privada, prestam serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência social, meio ambiente, direitos humanos, dentre outros. Em síntese, o TS caracteriza-se por ser composto por organizações privadas de iniciativa da

sociedade civil e pública em suas atividades-fim.

A característica “sem fins lucrativos” tem sido foco de polêmica. Para alguns, uma organização privada sem fins lucrativos não auferir lucros; outras, no entanto, contradizem tal assertiva, afirmando que o resultado positivo de operações, explicitado em documento contábil (balanços, balancetes, entre outros) constitui lucros que, todavia, não podem ser distribuídos entre os diretores, presidentes, enfim, os administradores da organização, (VEIGA 2001, p. 14-17).

Sem a pretensão de aprofundar o assunto, Martins (1999) aborda conceitos como: lucro, finalidade lucrativa, fins econômicos visando ampliar entendimento do assunto, haja vista estarem relacionados a uma das características do setor, por isso muito importante:

lucro é a contrapartida ao risco e à responsabilidade, é o prêmio pela indisponibilização do patrimônio, o pagamento que a sociedade dá ao titular de uma sociedade pelo fato de ele ter colocado uma parcela de seu patrimônio a serviço da entidade. Por outra, quando um sócio trabalha para a entidade pode até ser empregado dela. Assim, por princípio, ter finalidade não lucrativa não significa não remunerar os sócios.¹

Outro aspecto relevante é a finalidade não lucrativa. Essa não deve ser confundida com a inexistência de atividade econômica ou com atividade não lucrativa, pois a primeira diz respeito ao destino que se dá ao lucro, enquanto a segunda relaciona-se à boa ou à má administração dos negócios sociais.

É importante frisar que às organizações sem fins lucrativos é permitida a realização de atividade econômica, desde que vise tão somente à provisão de fundos para sustentar as suas atividades. Assim, é comum a promoção de atividades tipicamente comerciais, a exemplo do que sucede na UNESCO, a qual, segundo Martins (2001), embora não sendo uma empresa com finalidade lucrativa, realiza anualmente campanhas de venda de cartões de boas festas (uma atividade econômica) a fim de captar recursos para fazer face aos seus objetivos.

Assim, deve-se entender que “atividade lucrativa” é a atividade econômica que apresenta resultado positivo – que não redunde em “prejuízo”. Destaca-se, ainda, o conceito de atividade produtiva:

[...] é toda aquela que tem meios e fins econômicos e se expressa no intercâmbio de bens. Atividade lucrativa é a atividade econômica da qual obtemos resultado positivo. Desta forma, se a UNESCO pudesse distribuir entre seus sócios o resultado

¹ ABONG. Tema do mês de agosto de 1999: Pode uma entidade sem fins lucrativos ter atividade comercial?

positivo dessa atividade, teria finalidade lucrativa, (MARTINS, 2001).²

Martins (2001) aborda também os conceitos de não lucratividade, caritatividade ou filantropia. Visando distinguir uma da outra, define caridade como uma atividade realizada sem expectativa de retorno, ou seja, dá-se ou faz-se algo sem esperar nada em troca. Se a entidade realiza esse tipo de atividade, então é de cunho caritativo, embora possa, também manter atividades econômicas lucrativas como suporte da atividade caritativa.

Peyon (2004, p. 23-27) registra as confusões existentes entre os referidos conceitos: “sem fins lucrativos”, “fins não-econômicos” e “atividade econômica”. O artigo 53 do Código Civil define as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos; já o artigo 981 aponta que “celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”. Na concepção desse autor, misturam-se as expressões “fins não-econômicos” e “atividade econômica”, embora sociedades e associações sejam coisas distintas.

Para Martins (2001), a distinção conceitual entre a finalidade lucrativa e a remuneração ocorreu com o advento da Lei 9790/99, por meio da qual se estabeleceu o novo conceito de ação social o qual se tem firmado e distinguido da caritatividade e da filantropia. Todavia, ainda há muito que se fazer com vistas a dirimir os conflitos decorrentes das prescrições jurídicas.

Embasado em pesquisa realizada em diversos países, inclusive no Brasil, Salomon (1990) afirma existir um espaço – o Terceiro Setor – formado por um conjunto de instituições sociais atuantes fora dos limites do mercado e do Estado, distintas em formas e finalidades, tais como: hospitais, universidades, clubes sociais, organizações profissionais, grupos ambientais, organizações de direitos humanos, entre outras.

No Brasil, essa pluralidade encontra termo com o advento da Lei 9790/99 ou das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, fruto de intensos debates da sociedade civil organizada, liderada pelo Conselho da Comunidade Solidária, que culminaram com a aprovação desse instrumento jurídico promovido. Em contraste com a legislação anterior, que considerava e amparava sob o mesmo estatuto jurídico indistintamente o conjunto de organizações já mencionado, esse novo estatuto introduziu novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos, corrigindo e removendo uma série de

² ABONG. Tema do mês de junho de 2001 - O conceito de Não Lucratividade.

distorções e obstáculos, que se antepunham ao crescimento das instituições que, efetivamente, tinham finalidade e ação públicas, sem fins lucrativos.

Do conjunto dessas entidades ressaltam-se alguns aspectos distintivos inerentes às fundações e às OSCIPs. O direito brasileiro consagra dois tipos de fundação: privadas e públicas. A privada é pessoa jurídica de direito privado, originada de um ato de doação. Alguém que se denomina instituidor doador reserva certo patrimônio e o grava para a execução de certo objetivo. Após o ato constitutivo, segue-se o organizativo – a elaboração do estatuto. Uma vez terminada a etapa de instituição, o doador (instituidor) perde o controle do patrimônio, o qual passa a ser genericamente considerado como de toda a sociedade civil; a pública é instituída pelo setor público por meio de lei que lhe confere privilégios legais próprios e estabelece certas limitações.

Deve-se explicar, ainda, que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme disposto pela Lei 9790/99, são reconhecidas como tais por ato do governo federal, emitido pelo Ministério da Justiça. Para tanto, é necessário que seus estatutos atendam a certos pré-requisitos que estão descritos nos artigos 1, 2, 3 e 4 da referida lei.

Abordar as atividades do TS implica conhecer as atividades realizadas pelas inúmeras organizações que o compõem. Historicamente, essas organizações têm se colocado a serviço da promoção do bem-estar e do desenvolvimento social – apesar das dificuldades de financiamento, reconhecimento institucional e regulamentação – por meio de ações em várias áreas diferenciadas: saúde (hospitais e outros serviços de saúde); cultura e recreação (cultura e arte, e esportes e recreação); educação e pesquisa (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, estudos e pesquisas, educação profissional e outras formas de educação/ensino); assistência social (serviços de assistência social); religião (serviços religiosos); associações patronais e profissionais (associações empresariais e patronais, associações profissionais e associações de produtores rurais); meio ambiente e proteção animal; desenvolvimento e defesa de direitos (associação de moradores, centros e associações comunitárias); desenvolvimento rural, emprego e treinamento, defesa de direitos de grupos e minorias e outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos (IBGE/ Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas, 2005).

Deve-se ter presente que o TS apresenta contínuo crescimento. Suas dimensões chamam atenção, principalmente no que diz respeito à quantidade de organizações e ao quantitativo de pessoas alocadas, conforme os gráficos 1 e 2, a seguir:

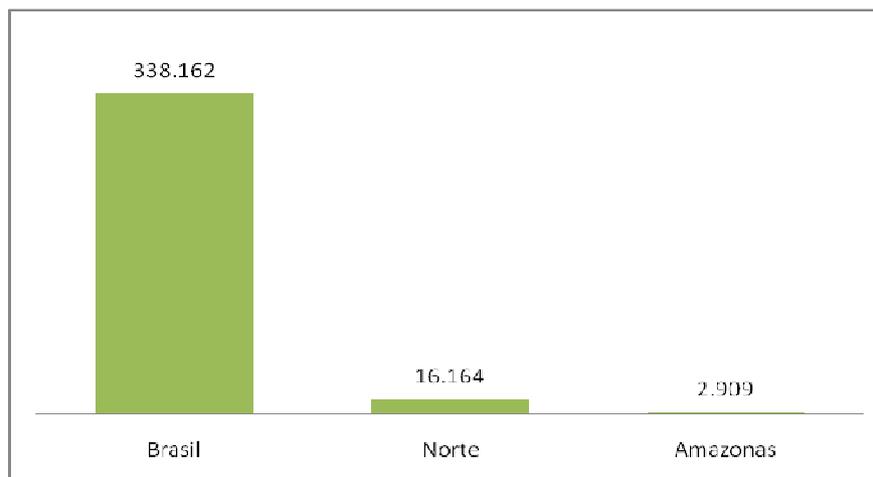


Gráfico 1 - Quantitativo das organizações sem fins lucrativos no território brasileiro, no Norte e no Amazonas.
Fonte: Pesquisadora, baseada em dados do IBGE/ Cadastro Central de Empresas, 2005.

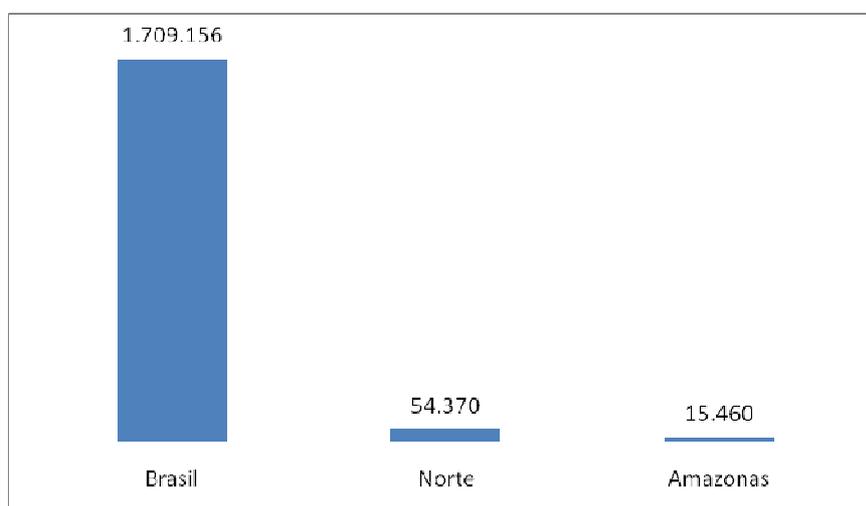


Gráfico 2 - Contingente de pessoal alocado no setor no Brasil, Norte e Amazonas
Fonte: Pesquisadora, baseada em dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2005.

O crescimento do TS é reconhecido em todo o mundo e tem sido relacionado a diversos fatores, principalmente a dinâmica do projeto neoliberal que engendrou as condições favoráveis para o seu desenvolvimento: a crise do Estado de bem-estar social. No tópico seguinte, serão feitas algumas considerações importantes sobre o assunto, visando compreender, inclusive, algumas resistências que se lhe opõem.

1.1.1 Terceiro Setor e Neoliberalismo: uma discussão necessária

O debate acirrado sobre o conceito de TS o coloca como uma construção do projeto neoliberal de intervenção no Estado com impacto nas respostas à questão social.

Considerando a dimensão desta última, principalmente no Brasil, faz-se necessário resgatar alguns aspectos desse projeto.

Segundo Schiling (1998, p. 147), as origens do Neoliberalismo estão fincadas no século XIX, mais precisamente na escola austríaca, destacada por sua ortodoxia. Nesse ambiente, o Neoliberalismo foi expresso inicialmente por Leopold von Wiese, catedrático da Faculdade de Economia de Viena, que desenvolveu estudos teóricos sobre a estabilidade da moeda, expresso na obra *O Valor Natural* (1889), o que o tornou referência no assunto.

No século XX, o Neoliberalismo surgiu em 1947, em Monte Pélier, na Suíça, a partir da associação de vários intelectuais e ativistas que se juntaram com a finalidade de combater as políticas do Estado de bem-estar social, iniciadas em 1942, com a publicação na Inglaterra do Relatório Beveridge³.

Constavam desse documento prescrições de obrigações para a política inglesa do pós-guerra, dentre as quais, a de que a Inglaterra, se vencedora da guerra, deveria realizar, daquele momento em diante, uma programação de distribuição de renda, baseada na Lei da Educação, na Lei do Seguro Nacional e na Lei do Serviço Nacional de Saúde. A efetividade desse programa foi comprovada pela vitória do Partido Trabalhista Inglês, seu defensor, nas eleições de 1945, e implicou a materialização dos princípios do Estado de Bem-estar Social.

Os embates não se fizeram esperar. Os intelectuais orgânicos do Neoliberalismo reagiram, fazendo críticas contundentes ao *Welfare State*, com destaque para Friedrich Von Hayek, autor do livro considerado como o Manifesto do Neoliberalismo – *O Caminho da Servidão* (1944) .

Essa obra, além de pregar a liberdade de mercado como regra áurea dos liberais, contém também os princípios gerais da doutrina, assegurando que o controle do Estado levaria fatalmente à completa perda da liberdade. Num discurso inflamado, afirmava que os trabalhistas, da mesma forma que os nazistas, conduziriam a Grã-Bretanha pelo mesmo caminho dirigista imposto à Alemanha. Churchill usou essa afirmação como tema de campanha, pelo Partido Conservador, levando-a ao extremo, ao afirmar que os trabalhistas e nazistas eram iguais.

A escola de Chicago foi o berço do Neoliberalismo nos Estados Unidos. O professor Milton Friedman, economista, influente teórico do liberalismo, defensor do capitalismo e do livre mercado, ancorado na doutrina econômica de Hayek, combateu a política de *New Deal* do presidente F. D. Roosevelt, por ser intervencionista e pró-sindicatos, opôs-se a qualquer

³Sobre o assunto consultar: http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/19_07_05_beveridge.pdf

regulamentação que implicasse a inibição do crescimento das empresas, e ao piso salarial fixado pelas categorias sindicais – pois, na sua concepção, terminavam por adulterar os custos produtivos, gerando alta de preços e inflação da mesma forma – e ao salário-mínimo, na medida em que alterava artificialmente o valor da mão de obra pouco qualificada.

A era da prosperidade emudeceu as vozes do liberalismo. Durante 40 anos o mundo ocidental experimentou um período de crescimento graças à concretização das políticas keynesianas e sociais democratas. A realidade contrapunha-se às teorias pró-liberalismo. No entanto, a crise de petróleo de 1973 fomentou uma onda inflacionária que surpreendeu os Estados orientados para a política de bem-estar social.

O Estado foi declarado culpado pelas implicações socioeconômicas decorrentes dessa crise. Os neoliberalistas o consideraram responsável pela inflação, produto das demagógicas e perdulárias respostas dadas às chantagens dos sindicatos e associações, em relação aos impostos elevados, à tributação excessiva, à regulamentação das atividades econômicas e à queda da produção. À guisa de solução, propuseram medidas de repressão aos sindicatos e a substituição do Estado de bem-estar social por um Estado mínimo.

As medidas concretizadas resultaram no desmonte estatal. Em consonância com estas, os tributos foram diminuídos, privatizaram-se as empresas estatais e se esvaziaram os sindicatos. Assim, a política do desemprego foi contraposta à política keynesiana do pleno emprego. O processo ainda continua: o Estado encolhido, os trabalhadores enfraquecidos e os sindicatos também minimizados; resta o mercado, que substitui o Estado na função mediativa de alocação de recursos (SCHILING, 1998).

No Ocidente, o governo Thatcher, na Inglaterra, a partir de 1980, foi o primeiro a ancorar-se nos princípios neoliberais, seguindo-os à risca: enfrentou os sindicatos, limitou suas atividades através da aprovação de leis, privatizou empresas estatais, flexibilizou a carga tributária incidente sobre os ricos e estabilizou a moeda. O seu governo conservador tornou-se paradigma para outros países, inclusive o Brasil, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A doutrina neoliberalista assenta-se em alguns princípios básicos, dentre os quais, o da desigualdade natural dos homens. Segundo este princípio, os homens não nascem iguais, nem tendem à igualdade, de modo que qualquer ação no sentido de combater a desigualdade natural ou mesmo suprimi-la é um ataque irracional à própria natureza das coisas. Deus os fez assim, uns inteligentes e talentosos, outros poucos desprovidos desses atributos (SCHILING, 1998).

O modo de produção capitalista parece materializar essa ideia à medida que divide a sociedade em ricos e pobres. Ainda, segundo Schiling (1998), aqueles são considerados as molas propulsoras da sociedade, pois empreendedores e afeitos ao risco, orientam seus esforços para a construção de empreendimentos com fins lucrativos, atividades imprescindíveis na conjuntura neoliberal. Por isso, a política de tributação sobre eles deve ser flexível para não minimizar-lhes os lucros e desestimulá-los dos seus projetos.

No contexto em tese, o primeiro e o segundo setor tornam-se incompatíveis, principalmente se o Estado se coloca a serviço dos setores fragilizados. Na ótica do primeiro, é o Estado que limita as iniciativas e o progresso, por ser extremamente paternalista, tentar promover a igualdade social e liquidar a pobreza por meio da política tributária e fiscal. Essas ações, além de demagógicas, desequilibram o mercado.

Ainda segundo essa racionalidade, cabe ao Estado desempenhar as suas funções precípuas quanto à segurança interna e externa, saúde e educação, bem como privar-se de intervir no mercado, pois este dispõe de mecanismos próprios de auto-regulamentação, é auto-suficiente e dispensa qualquer tipo de controle. Apenas exercendo essas funções, torna-se necessário “enxugá-lo”, diminuir-lhe o tamanho, limitar o número de funcionários e desestimular a função pública.

Essa percepção foi materializada no Brasil com maior ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso e contribuiu para o crescimento qualitativo das ONGs, tema do próximo tópico.

1.2 ONGs: emergência e caracterização

Para Salomon (1999), a terminologia Organização Não-Governamental – ONG apresenta feições generalizantes que permitem agrupar uma pluralidade de organizações distintas entre si, tanto em relação à forma como em relação aos seus objetivos. Entretanto, apesar disso, compartilham alguns traços que as caracterizam nos distintos países onde atuam: estrutura institucional, natureza privada, orientação não lucrativa, autonomia e congregação de esforços voluntários.

Assim como o TS que as abriga, as ONGs suscitam discussões relacionadas aos seus aspectos conceituais. Participantes ativos dessa polêmica, Ciconello e Larroudé (2007) concebem ONG como um intitutivo polissêmico não constante da legislação brasileira, que “prevê apenas 2 (dois) formatos institucionais para a constituição de uma organização sem

fins lucrativos: fundação privada e associação civil, portanto, toda organização sem fins lucrativos civil ou é uma associação civil ou uma fundação privada”.

Proveniente do inglês *Non-Governmental Organizations* – NGOs, suas origens estão fincadas no âmbito da ONU, onde a expressão foi empregada pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, com o propósito de designar organizações supranacionais e internacionais, não estabelecidas por acordos governamentais. Os dados referentes às origens do termo motivam a fazer-se um resgate do surgimento dessas organizações, o que se fará mais adiante, após algumas considerações sobre o conceito de ONG.

Ao pontuar sobre a forma como são construídos os conceitos de sociedade civil e organização não-governamental, que terminam por apresentar pontos de convergência e divergência entre si e, implicitamente, também com o conceito de TS, Scherer-Warren (1999, p. 39-59) amplia o debate. Nesse sentido, afirma que, enquanto categorias sociológicas e noções referenciadas, empiricamente esses termos são semanticamente distintos, determinados por aspectos relacionados ao contexto em que foram construídos.

O conceito de sociedade civil é bastante ilustrativo nesse aspecto. Na análise de sua historicidade, apreende-se que:

Para os jusnaturalistas (século XVIII), a sociedade civil está na origem do Estado, contrapondo-se à sociedade natural e à barbárie. Em Hobbes, este Estado é o *locus* da política, da civilização. Para Rousseau, apesar de a sociedade civil estar na origem da sociedade civilizada, não é ainda a sociedade política que se constitui pelo contrato social; Hegel vai além, concebendo a sociedade civil como o espaço social de regulamentação entre a família (e/ou indivíduo) e o Estado, introduzindo a idéia de intermediação e de busca de interesses comuns, acima dos interesses individualistas da modernidade. [...]

Os economistas escoceses clássicos, Smith e Ferguson, atribuem à sociedade civil a capacidade de auto-regulamentação do mercado, livre da direção do Estado. Aqui a ênfase recai no sistema econômico. [...]

Com o marxismo, especialmente Marx, a sociedade civil também se referencia no mercado, e no capitalismo confunde-se com a sociedade burguesa.

A esses múltiplos significados [...] pode-se acrescentar [...] a contribuição clássica [...] de Tocqueville [...] frequentemente resgatada pelo pensamento contemporâneo, ou seja, a idéia da revelação do associativismo na vida cotidiana nos regimes democráticos. Nessas sociedades, o cidadão, enquanto independente, é fraco, correndo risco de retornar à barbárie. A garantia da civilidade encontra-se nas associações que se formam na vida civil (comerciais, industriais, religiosas, morais, recreativas etc.

[...] seguindo-se Bobbio (...) sociedade civil é o campo das várias formas de mobilizações, associações e organizações das forças sociais que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais.

[...] Calhoun [...] distingue a sociedade civil por sua capacidade de associativismo e autodeterminação política independente do Estado. (SCHERER-WARREN 1999, p. 40)

Ainda sobre o conceito em tese, identifica-se na atualidade duas tendências que se

expressam nas ideias de Bobbio e Calhoun (*apud* SCHERER-WARREN, 1999). A primeira apresenta a sociedade civil como o “campo das várias formas de mobilizações, associações e organização das forças sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais”. A segunda “distingue a sociedade civil por sua capacidade de associativismo e autodeterminação política independente do Estado” (Idem, p. 40-42).

De acordo com a segunda tendência, explicitadas nas ideias de Calhoun, observa-se que

sociedade civil é considerada parte de um terceiro setor, em contraste com o Estado e o mercado, e refere-se genericamente a uma esfera de ação, a entidades não-governamentais (independentes de burocracia estatal) e sem fins lucrativos (independentes dos interesses do mercado). A própria noção de ONG (organização não-governamental) tende a ser compreendida como parte desse setor. No entanto, mesmo entre os que seguem essa tendência, há distinções quanto ao entendimento sobre o que seja a sociedade civil. (IDEM, p. 41)

Em ambas as tendências, a sociedade civil é o *locus* do associativismo e autodeterminação política formadora e independente do Estado. Pode assumir a forma de comunidades, movimentos ou organizações, advindas da Igreja, de partidos ou de grupos de mútua ajuda e assumir papel de intermediação na instituição Estado.

No Brasil, o uso da expressão sociedade civil se fazia habitual em referência a um universo de organizações emergentes, em grande parte nas décadas de 1970 e 1980, como apoio aos movimentos sociais e organizações populares e de base comunitária, com objetivos determinados: promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social. As primeiras ONGs surgiram

nas décadas de 1970, 1980 e 1990, tendo como objetivo a defesa de direitos e a promoção do desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva de redução das desigualdades. Parte do universo associativo e fundacional brasileiro, as ONGs de defesa de direitos e desenvolvimento construíram uma nova dimensão ou segmento na vida associativa brasileira, com organizações pautadas pela luta por direitos e pela constituição de novos direitos, especialmente os chamados direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais (ABONG 2007, p. 11).

Ensejando caracterizar as organizações em tese, os autores fazem referências a Herbert de Souza, para quem uma ONG, entidade sem fins lucrativos, se define por sua vocação e positividade política fundamentalmente orientada para a construção de uma sociedade fundada nos valores da democracia, liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade, com a qual todos sonham, (ABONG, 2007)

A apropriação do termo se deu na década de 1990, quando do surgimento de novas organizações privadas sem fins lucrativos, portando perfis e perspectivas de atuação e transformação social muito diversas das anteriores e entre si. Seu uso indiscriminado e generalizado compromete a expressividade do termo, de modo que não se distingue mais nitidamente de um segmento dentro das organizações da sociedade civil brasileira (CICONELLO; LARROUDÉ, 2007).

Neste trabalho, não se pretende validar um ou outro conceito de ONG, mas apreender as nuances que envolvem os termos sociedade civil, TS e ONGs. Considera-se que a amplitude da análise feita por Scherer-Warren (1999), a partir das dimensões do direito, da economia e da política, possibilita o entendimento mais amplo dos termos e conceitos.

Em sentido inverso, ao tratar a respeito do conceito de TS, Montaño (2007) afunila a análise quando prioriza a relação com o mercado e apresenta conceitualmente a esfera onde se abrigam as ONGs, o TS, como um conceito engendrado pelo discurso neoliberal. Ao fazê-lo, reduz o foco do debate e exclui as outras possibilidades já discutidas nesse estudo.

Entretanto, a história aponta vários fatores que colaboraram para o surgimento ou ressurgimento das ONGs no contexto internacional e nacional. Segundo Carvalho (1995), a sua gênese remonta ao fim dos anos 1960, com o surgimento da ideia de autogoverno, quando se organizaram grupos insatisfeitos com as respostas dadas, no plano político, pelo governo às suas necessidades básicas – saúde, educação, moradia e trabalho.

Esses grupos, denominados “*grassroots*”, em menos de uma década alcançaram um padrão organizativo que os distinguia das demais entidades políticas e sociais, responsáveis, até aquela conjuntura, pela promoção da participação e da integração da cidadania nas malhas da sociedade civil clássica. O dinamismo de suas ações possibilitou a esses grupos estabelecerem-se nos anos 1970 nos países desenvolvidos e rapidamente se disseminaram por todo o mundo.

O processo de caracterização dessas “*grassroots*” foi demarcado pela busca de objetivos em direção a responder às demandas legítimas de governabilidade de seus associados, não atendidas pelos canais burocráticos estatais ou privados. A estratégia de despir suas ações ideologicamente e criar políticas alternativas à burocracia estatal resultou no seu traço distintivo de maior relevância: a antiburocracia. Esse atributo norteia a busca de uma identidade comum entre seus associados, bem como pela fluidez e plasticidade nas quais surgem oportunidades e circunstâncias de intercâmbio entre elas e outras entidades. Não obstante a orientação para o comum, suas ações não têm a cooperação como princípio único

(CARVALHO, 1995).

A autonomia é outra característica dessas organizações. Embora muitas vezes atendendo aos propósitos organizativos, estabeleçam relações associativas com governos, partidos políticos, sindicatos e associações de interesses (corporativas e não-corporativas), não se submetem a estes. Assim, em momentos decisivos, pautam-se como diretivas independentes, autônomas, mesmo diante daquelas instituições governamentais e societárias, civis, corporativas ou classistas. Assim, além de antiburocráticas, são também antiestatais, não hierárquicas ou piramidais, pois a autoridade última nesses grupos organizados reside na assembleia de seus membros e delegados.

Essas organizações mantêm uma relação acentuadamente competitiva com as organizações estatais com as quais disputam as áreas de atuação. Para alguns, esse novo poder social, que se coloca como alternativa ao poder político, ambiciona tão somente o papel de substituto do Estado. Todavia, um olhar mais aguçado aponta para uma evidência de que as respostas estatais têm sido curtas, estreitas e superficiais em relação à crescente questão social, diante da qual o Estado tem sido considerado incapaz e fragilizado, senão corrupto e ilegítimo, para representar as demandas da cidadania.

As ONGs ou *grassroots*, associações de base, à medida que conduziam suas ações de forma participativa, democrática, respeitando a horizontalidade da autoridade interna, definiam para si o modelo das Organizações Não-Governamentais Internacionais (INGOs na sigla em inglês).

As INGOs distinguem-se das ONGs ou *grassroots* principalmente pelo perfil de seus atores sociais e pela amplitude de suas atuações. Podem ser definidas como organizações que se formaram inspiradas nos valores das organizações filantrópicas voluntárias, tradicionais na Europa, de caráter humanista, ativistas pacifistas, formadas por espíritos que colocavam a competência profissional a serviço e em favor do bem-estar mundial – geógrafos, físicos, médicos, cientistas –, pautando suas atuações por normas da ONU, donde extraíam os princípios de rotatividade da liderança, de independência financeira, de diversidade de motivos e de heterogeneidade cultural dos partícipes.

Em síntese, Carvalho (1995) alude a dois tipos de organizações de base: as ONGs e as INGOs. As primeiras, iniciativas de atores locais e pessoas da comunidade; as segundas, de iniciativa de elites altruísticas, tipo smithiniano. Embora atuassem desde o início do século XX, as INGOs somente se caracterizam como um fenômeno relevante para análise política a partir dos anos 1960, quando as *grassroots* americanas e europeias articulam de modo

inusitado demandas de autogoverno das maiorias excluídas. As INGOs,

assim definidas pela tradição que se declina pela experiência altruística de alguns poucos (no mesmo padrão das que existiam no início deste século), encompassam, no entanto, a prática da crítica sistêmica e cotidiana dos muitos responsáveis pela eclosão deste fenômeno neste final de milênio. (CARVALHO, 1995, p. 21)

Ainda considerando a relação conceito, contexto e a celeridade com que se disseminaram, o aspecto pluralidade define o perfil dessas organizações na América Latina, pois, o universo das ONGs é plural tanto na forma quanto nas finalidades, de modo que nele se encontram tanto organizações recreativas como de assistência social, participantes ou atuantes nas políticas públicas e na politização do social. Geralmente esta é a maneira mais corriqueira de identificar essas organizações, ou seja, enfatizando o atributo da diversidade, tanto no aspecto jurídico como na multiplicidade de finalidades.

Esses dois aspectos possibilitam percebê-las a partir de diversos perfis que essencialmente os tem como referência, principalmente na América Latina. Nesse sentido, Scherer-Warren(1999) objetivando a construção de um “conceito operacional”, alude a quatro aspectos importantes na definição do perfil dessas organizações: o modo como se organizam; as funções desempenhadas; a serviço de quem atuam; e seus objetivos.

O delineamento do perfil considerando o modo organizativo, isto é, sua natureza jurídica, as caracteriza como

- organizações formais, isto é, com algum grau de permanência e – estruturação organizacional;
- privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo, porém com fins públicos;
- sem fins lucrativos, para seus organizadores, diretoria, e membros filiados, distinguindo-se das empresas;
- autogovernadas, mediante procedimentos/diretrizes internos próprios;
- com participação voluntária de membros, pelo menos no seu corpo diretor. (SCHERER-WARREN 1999, p. 44)

Se o critério é considerar as funções desempenhadas por essas organizações, teremos um conjunto diverso de instituições voltadas para

mediações e assessorias nos campos educacional, político, técnico, legal, informacional e similares; articulações entre a sociedade civil e o Estado; Apoio material, de serviços, de construção de conhecimento (pesquisa) e de solidariedade a causas humanitárias e de respeito ao meio ambiente; formação de redes entre experiências semelhantes, organizações e movimentos afins e complementares; e outras atividades no campo de promoção da cidadania (SCHERER-WARREN, 1999, p. 44).

Quando considerado o terceiro aspecto – a serviço de quem atuam –, o que se coloca como relevante é saber para onde essas organizações canalizam seus esforços, isto é, os sujeitos em função dos quais atuam: grupos-alvo ou segmentos específicos da sociedade civil, tais como: os movimentos populares, as comunidades de base, populações marginalizadas ou discriminadas para as quais os direitos humanos, cívicos ou de respeito à natureza não estão sendo observados (SCHERER-WARREN, 1999).

Quanto à definição de perfil que considera os objetivos perseguidos por essas organizações, busca-se identificar se a organização canaliza seus esforços para o

fortalecimento da sociedade civil, mediante micro transformações (locais ou no cotidiano) ou de macro transformações (globais ou sistêmicas), ou seja, se sua atuação ocorre no sentido da “construção de pontes” para a realização da cidadania, da democracia, da justiça social; do equilíbrio ecológico e de outros avanços da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1999, p. 45).

Esses recortes facilitam o re-conhecimento das ONGs. No entanto, a determinação do *locus* de atuação amplia as possibilidades de análise e abordagem, permitindo compreendê-las melhor. De acordo com Scherer-Warren (1999), a definição dos campos de atuação das ONGs pode ser feita a partir de três referenciais abrangentes que se desdobram em vários outros: a filantropia, o desenvolvimento e a cidadania. Como filantropia deve-se compreender ações imediatas prestadas às populações em condições de miserabilidade, ou seja, privadas da satisfação das suas necessidades mais primárias, principalmente as alimentares.

A atenção a problemas dessa natureza, mesmo atendendo a um imperativo moral, tem exposto as ONGs a severas críticas. De um lado estão aqueles que defendem essas ações; do outro, os que as condenam e rejeitam, argumentando que a solução do problema exige a priorização dos processos educativos, de conscientização e de autodeterminação das populações-alvo (SCHERER, 1999).

O desenvolvimento tem sido o campo de ação de diversas ONGs, principalmente as de trânsito internacional. Recentemente, os modelos de desenvolvimento implementados nos países têm sido objeto de crítica por ampliarem, ainda mais, as desigualdades. A magnitude do problema levou as ONGs a repensarem a sua atuação nesse campo, onde se entrecruzam ações para o desenvolvimento com ação para a cidadania. Desenvolvimento, sob essa ótica, tem como pré-requisito a sustentabilidade ecológica e a justiça social.

Assim, atuar no campo de desenvolvimento significa considerar e priorizar questões de gênero, zelar pela sustentabilidade ecológica, o que implica produzir o que se necessita,

mas preservando a natureza.

No campo da cidadania, essas organizações têm prestado relevantes serviços – na esfera internacional e nacional. Scherer-Warren (1999) destaca, nesse campo, as ações denominadas, naquela conjuntura, “lutas de libertação”, que compreendem tanto as contra o imperialismo econômico e político (sistema de dominação externa), como aquelas contra as ditaduras militares (sistema de autoritarismo interno). A partir de 2000, as ações das ONGs têm sido orientadas para a consecução dos Objetivos do Milênio – ODM que visam à redução da pobreza e suas implicações: insegurança, fome, déficit educacional, dentre outras. A consecução dos ODMs, dentre outros, implica a interatividade de diversas organizações, que, por sua vez, determina um novo arranjo espacial dessas organizações: as redes.

1.2.1 Redes: o novo formato organizativo das ONGs

A multiplicidade de conceitos pelos quais se definem as ONGs leva Scherer-Warren (1999, p. 31) a indagar: “De que ONGs se está falando?” A autora também considera relevante delimitar na diversidade das organizações não-governamentais, ancorada num conceito geral, o objeto de sua abordagem:

Nesse universo incluem-se tanto organizações meramente recreativas ou de assistência social como as participantes ou atuantes nas políticas públicas e na politização do social. É desse último tipo que estamos tratando aqui. Refiro-me às que têm como finalidade melhorar ou fortalecer a própria sociedade civil, objetivando provocar micro transformações, locais ou no cotidiano ou macro transformações, mais globais ou sistêmicas. Atuam, pois, para superar discriminações (de gênero, étnicas, etárias, etc.) ou desigualdades (econômicas, de participação política, cultural etc.) ou para melhorar a qualidade de vida (saúde, meio ambiente, moradia, etc.) (SCHERER-WARREN, 1999, p. 31).

A resposta à questão formulada pela autora anteriormente baseia-se na interatividade dos relacionamentos e nos papéis desempenhados pelas organizações em análise. Esses últimos são os vetores que as impulsionam para a transformação em elos de uma rede de movimentos.

Considerando os formatos organizacionais e respectivos processos de interação dos atores, tanto das ONGs quanto de outros atores envolvidos na gestão urbana ou na formulação de políticas públicas, dividem-se dois tipos dessas organizações.

O primeiro tipo englobaria, no entendimento de Scherer-Warren (1999, p. 32), “ONGs que atuam em movimentos populares, associações de bairro, grupos comunitários, minorias

ou excluídos, pretendendo desempenhar papel mediador entre estes e a gestão pública, ou nos processos educativos e organizacionais” também denominadas organizações não-governamentais intermediárias – ONGIs.

O segundo tipo agrupa atores que, usando sua identidade própria, organizam-se em torno de uma causa comum – de discriminação, de desigualdade ou de degradação da qualidade da vida – em que esses autores se consideram participantes da situação (Idem, p. 32).

Da conjugação dos papéis desempenhados por essas organizações, são tecidas as redes de movimentos nas quais as ONGs configuram-se como elos, determinando seus novos formatos. Na esteira desse processo, constata-se acontecimentos fundantes denominados “revisão paradigmática, fatores históricos circunstanciais e renovação das utopias”, (Idem, p. 32) todos concorrendo para esse fim e implicando no redesenho e na interatividade, isto é, no modo de as organizações agirem.

Como manifestação da revisão citada, as redes de solidariedade redefinem a noção de territorialidade de realidades físico-espaciais em que determinadas práticas sociais se renovam a partir da percepção dos atores sociais, cômicos da complexidade dos cenários e da importância dos movimentos sociais na transformação da sociedade.

Fischer & Carvalho (*apud* SCHERER-WARREN, 1999, p. 35-36) analisam as redes a partir do “local” como espaço territorial delimitado e também como espaço de formação de identidades e práticas políticas específicas, buscam as formas de sociabilidade desenvolvidas, distinguindo dois tipos de redes sociais:

a) As redes submersas: “que se constituem a partir de uma base social informal, constituída por vínculos de parentesco, vizinhança e amizade” em que a ênfase recai no entendimento das relações no cotidiano mais imediato dos indivíduos, de seus vínculos culturais e simbólicos (a cotidianidade).

b) As redes associativistas: que seriam o “conjunto de relações que se podem identificar entre diversos coletivos, gerando o chamado tecido social local, associativo”, em que se buscam “as interações políticas entre grupos, tendo em vista a formação de movimentos, organizações reivindicativas, etc. (a politização)”.

Naturalmente, os elos das redes submersas constituem as bases de formação e perpassam as redes associativistas. Porém, mais que o novo desenho das ONGs, ressalta-se, em relação à visão tradicional – marcada pela dicotomia social configurada por dois grupos nitidamente opostos e conflitantes entre si –, seu rompimento e superação. A realidade social

emergente, decorrente da interação dos setores e agrupamentos sociais heterogêneos que a compõem e nela atuam, caracteriza-se não só pela elevada complexidade, pelas contradições, diversidades e pela pluralidade dos discursos, mas também pela lógica da cooperação e da solidariedade. Essa noção é ratificada na alusão de Fischer & Carvalho (1993):

princípio da solidariedade é o fundamento ético na formação de muitas redes. Solidariedade, no caso, significa responsabilidade social com o bem comum, conciliando interesses individuais e comunitários, e promovendo o bem comum mediante a participação complementar e ampliada de atores e organizações sociais. (FISCHER & CARVALHO, 1993, p. 35).

Uma amostra dessa complexidade pode ser identificada nos diversos tipos de conexões já formadas ou em formação na América Latina. Dentre elas, registram-se:

- a) As redes temáticas, compostas por organizações que tratam das questões ecológicas, da mulher, da saúde, das crianças e adolescentes, dos jovens, do negro;
- b) Os fóruns de ONGs, espaços em que se articulam representantes de várias ONGs com o objetivo de discutir programas de ação, estratégias políticas, projetos comuns, formas de cooperação;
- c) As associações de ONGs, que reúnem várias organizações de um país ou de uma região em torno de uma associação;
- d) As redes de informação, de reflexão política e cultural entre cidadãos, responsáveis pela difusão de informações rápidas para outras ONGs, movimentos sociais e cidadãos interessados;
- e) As interfaces de experiências, compostas por ONGs locais unidas em torno de um problema e um projeto comuns.

O resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo no que Scherer-Warren (1999) denomina *rede de movimento social* a partir do que se ousa e permite vislumbrar a tessitura de uma nova realidade social apesar da crise por que passam as ONGs.

Com o intuito de ampliar o entendimento a respeito das organizações do terceiro setor – OTS, Canton (2002), faz uma abordagem com base na estrutura dessas organizações, apoiada nos mundos doméstico, associativo e burocrático.

O mundo doméstico diz respeito àquelas sociedades desorganizadas em que as respostas para os problemas sociais são de responsabilidade dos parentes, amigos e vizinhos; no mundo associativo encontram-se pessoas e grupos que já estabeleceram fronteiras entre si e os demais, de modo que se encaminham juntos para a busca de soluções para os seus

problemas (nesse cenário, por menor que sejam, as organizações apresentam uma estrutura organizativa, as relações passam a ter uma denominação e seus atores tornam-se seus membros); o mundo burocrático é o espaço da burocracia: pode-se defini-lo como um sistema que congrega funcionários pagos, organizados de acordo com papéis hierarquicamente definidos. Ser um sistema implica estar integrado de modo interdependente, mantendo relações interativas com outros elementos do conjunto. Logo, um sistema burocrático diz respeito a um conjunto de organizações orientadas pelos conceitos de racionalidade, subordinação, autoridade e tem a cadeia de comando como princípio básico.

As OTS atuam nas zonas fronteiriças desses três mundos, gerando ambiguidades que se resolvem à medida que os grupos nelas atuantes iniciam um processo de transformação, que consiste no movimento de deslocamentos entre os mundos. Por exemplo, no mundo doméstico, marcado pela inexistência de organização e identidade formal, para o associativo, ressalta-se que os grupos nele atuantes, apesar da precariedade organizativa, desempenham importantes papéis de assistência social, mas não lidam com aqueles de natureza mais grave.

Uma segunda ambiguidade se verifica na intersecção do mundo associativo e burocrático. As organizações de relações fronteiriças entre esses mundos são marcadas pela indefinição, ou seja, por apresentarem características peculiares aos dois mundos. Facilitando o entendimento, observe-se o seguinte: uma associação caracteriza-se pela união voluntária de seus membros, em prol de uma causa comum, isto é, trabalhando em conjunto para a consecução dos seus objetivos.

Aqui, faz-se oportuna uma observação. Note-se que o fato de serem fundadas na participação voluntária de seus membros não significa que elas não podem ter empregados. Podem tê-los, sim. O importante para sua caracterização como uma associação é que esses empregados atuem apenas dando suporte às ações dos membros e não desenvolvam atividades operacionais. A ambiguidade se realiza quando os empregados passam a desenvolver atividades-fim. Assim agindo, estariam em dois lugares concomitantemente – no mundo associativo e burocrático – redundando em uma organização ambígua entre a informalidade do primeiro e a formalidade do segundo, pois o deslocamento do último para o primeiro implica o surgimento de processos de diferenciação de papéis, categorias e *status* não peculiares ao mundo associativo, onde há a predominância de relações lineares.

O mundo burocrático abriga alguns tipos de organizações ambíguas, tais como: Associação de Orientação Governamental (AOG), Associação de Orientação Lucrativa (AOL) e Associação Empreendedora (AE).

Ao grupo da AOG correspondem as organizações mantidas pelo governo que desempenham atribuições de responsabilidade do governo, a exemplo das organizações civis, autarquias, entre outras.

Canton (2002) refere-se ao tipo denominado AOL como aquela cujo contingente humano – os membros, empregados e dirigentes – são orientados por valores, crenças e práticas com raízes no mercado. Pertencem ao mundo associativo em face de sua natureza jurídica, mas operam no mundo privado, de onde procedem cem por cento dos recursos necessários à sua sobrevivência em forma de taxas cobradas por seus serviços. A ambiguidade gerada por estarem em um mundo estranho à sua natureza organizacional a coloca como foco de cerradas críticas, ações de controle e investigação das autoridades, pois, muitas vezes, torna-se difícil discernir onde termina o seu lado não lucrativo. É o caso de grupos de medicina privada, fundos de pensão e congêneres.

A AE, por sua vez, encontra-se numa interseção entre diferentes mundos e subzonas, mas, pode-se dizer com certeza, antes de tudo, que pertence ao mundo associativo, pois tem raízes fortemente fincadas em uma base associativa. No entanto, também participa do mundo burocrático à medida que possui funcionários que executam atividades-fim. Sua manutenção é viabilizada por taxas de filiação, doações, heranças e fundos próprios. No cenário brasileiro, as fundações privadas e muitas ONGs são exemplos de organizações dessa natureza.

Chama-se a atenção ao recorte dado ao se tratar das ONGs. A escolha foi determinada pelas motivações subjacentes a este trabalho. Scherer-Warren (1999) aponta uma tendência observável no mundo das ONGs, um novo formato de organização em rede com implicações no perfil, relação, papéis e ações das organizações, aspecto pouco explorado nas abordagens feitas.

Canton (2002), por seu turno, ancorado na natureza organizacional das organizações do terceiro setor – OTS, embora inicialmente se faça de modo genérico, posteriormente se concentra num aspecto muito relevante para o entendimento dos debates conceituais em torno do setor e para a compreensão da crise vivenciada pelas ONGs e do mundo das associações voltadas para a geração de renda, como é o caso da organização *locus* desta pesquisa, a ARPA.

O mundo das OTS consigna não somente ambiguidades, conforme mostra Canton (2002), mas também crises as quais a atual conjuntura notoriza.

1.2.2 A crise atual das ONGs

A crise protagonizada pelo Estado e as ONGs parece ter na sua base o enrijecimento crescente dos controles de convênios que regem as parcerias entre ambos. Para Singer (2008), esse enrijecimento é consequência do crescimento quantitativo acelerado das ONGs, registro constatado nos censos do IBGE (ver tabela 1).

ANO	NR. FASFIL	CRESCIMENTO %
1996	107.332	
2002	275.895	257
2005	338.162	122

Tabela 1 - Ritmo de crescimento das Fasfil, baseado em IBGE/IPEA (2005)

Fonte: A pesquisadora

Para Singer (2008), além do ritmo de crescimento, o levantamento do IBGE aponta alguns fatos que parecem pertencer ao curso de formação do problema: a idade média das Fundações e Associações da Sociedade Civil – Fasfil, é de apenas de 12,3 anos, e a maior parte delas (41,5%) foi criada na década de 1990 – período de fortalecimento da democracia e da participação da sociedade civil na vida nacional –, visando à promoção do desenvolvimento e à defesa de interesses dos cidadãos.

Esse fenômeno social, que teve como pano de fundo a crise econômica que se estendia desde 1970, como visto anteriormente, que ampliava as desigualdades e as mazelas sociais. Os governos, à medida que o Brasil se redemocratizava, eram pressionados a resolver a questão social, de forma que as políticas sociais visavam à redistribuição da renda e à luta contra a exclusão social e a pobreza. A implementação dessas políticas exigia o envolvimento de um número crescente de ONGs dedicadas à educação popular e à promoção da saúde, focadas para a prevenção da mortalidade infantil e subnutrição, além da organização dos trabalhadores excluídos em associações autogestionárias. (SINGER, 2008).

A expansão dessas entidades implicou também a maior visibilidade das “falsas ONGs”. Essa expressão tem sido usada para identificar organizações cujos objetivos de fato não correspondem aos formalmente legais. Isso que dizer que a motivação subjacente às ações dessas organizações é de cunho individual e visa à apropriação de parte das verbas destinadas a políticas públicas. Essas estratégias implicam fraudes e igualam-se às praticadas “pelos que

desviam o recurso público destinado à compra de bens e à contratação de serviços a fim de assim se locupletarem” (SINGER, 2008).

Os atos praticados pelas “falsas ONGs” repercutem de forma idêntica aos demais escândalos de corrupção: compromete todo o segmento, instala situação de desconfiança a respeito das políticas sociais do governo federal, destrói a confiança mútua construída em anos de colaboração entre os dois lados que conveniam e, em seu lugar, instaura a competição entre ONGs que atuam nos mesmos setores. (SINGER, 2008).

Nesse contexto, a exacerbação das medidas é compreensível, pois fraudes têm de ser prevenidas e severamente reprimidas, mediante controles cuidadosos e eficazes da natureza da entidade a ser conveniada, do valor a ser expendido, da efetiva execução das ações programadas e dos resultados alcançados.

Singer (2008) defende a necessidade dos controles, mas pontua as implicações dos exageros nas medidas. Em sua percepção, se forem implementadas, tornam-se um supraobjetivo, seus efeitos tendem a ser desastrosos para o pobre, que depende de serviços gratuitos de saúde, educação, assistência social, entre outros. A alternativa está em desenhar mecanismos que “separem o joio do trigo”.

Nesse sentido, o processo de elaboração dos instrumentos de controle devem contar com a participação e contribuição de representantes dos órgãos de controle e prevenção de fraudes, dos órgãos do governo responsáveis pela realização celebração convênios e, sobretudo dos representantes das próprias ONGs autênticas - as maiores interessadas em coibir as práticas desonestas, que só as prejudicam (SINGER, 2008).

Na mídia, a expressão “CPI das ONGs” é assunto recorrente. No final de 2007, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar indícios de desvio de dinheiro para “ONGs de fachada”, tendo como atores sociais o governo e algumas organizações não-governamentais.

Como objeto de seus esforços investigativos, a comissão vai

centralizar as investigações sobre as entidades que receberam recursos acima de R\$ 200 mil do governo federal desde 1999. Como o número de entidades beneficiadas com recursos abaixo desse valor chega a mais de 7.000, a CPI decidiu estabelecer um marco para os trabalhos, já que estima que cerca de 250 se encaixam nesse perfil.

Apesar da restrição, as investigações vão atingir ONGs beneficiadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). ‘As ONGs que receberam abaixo de R\$ 200 mil anuais são mais de 7.000, é impraticável, por isso houve a sugestão de examinarmos as que recebem acima desse valor porque diminui o leque, senão jamais concluiremos a CPI’, disse o relator da comissão, senador Inácio Arruda (PC do B-CE).

Na sessão em que se definiu o plano de trabalho para os próximos meses, integrantes da comissão também decidiram priorizar as ONGs e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) acusadas de irregularidades, além daquelas que recebem recursos vindos do exterior.

‘Queremos saber do dinheiro de renúncias fiscais [do governo para ONGs] e o dinheiro vindo do exterior. É uma área na qual não temos investigações, temos zero de informações’, disse Arruda. Segundo o relator, a CPI vai trocar informações com o Banco Central e a Receita Federal em busca de irregularidades nas ONGs.

O presidente da comissão, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), disse que a CPI terá como foco analisar as relações entre o governo federal e as ONGs. Um dos objetivos da comissão, segundo Colombo, é contribuir na formulação de leis que regulamentem a atuação das entidades. (GUERREIRO, 2007).⁴

Ainda sobre os sucessivos escândalos tendo como protagonistas o governo e as ONGs, a mídia denúncia que

Cerca de R\$ 330 milhões foram repassados pela União a 546 organizações não-governamentais por meio de convênios com indícios de irregularidades, segundo um levantamento da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. O estudo analisou convênios assinados entre julho de 2003 e abril de 2007 e poderá servir de subsídio para linhas de investigação da CPI das ONGs, instalada na última quarta-feira no Senado para averiguar denúncias de desvio de recursos públicos entre 1999 e 2006. Segundo o estudo, repasses financeiros relacionados a 860 convênios em sete ministérios desobedeceram duas normas da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Uma veda as transferências de capital para obras de construção civil e aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, entre outros, e a outra exige um mínimo de três anos de funcionamento para a entidade estar apta a receber recursos da União. Sobre as transferências, ministérios e ONGs afirmam que os bens adquiridos são revertidos para a União, ao término dos convênios. A LDO, segundo a consultoria da Câmara, não prevê incorporações ao patrimônio da União nas modalidades de convênios averiguadas pelo estudo. (VALENTE, 2007)⁵

Os fatos em âmbito nacional têm envolvido instituições de variadas naturezas, inclusive algumas de referência nos meios acadêmicos. Ilustrativo, nesse sentido, é o escândalo que vincula a FINATEC/UNB às irregularidades no repasse de recursos. Segundo o Ministério Público do Distrito Federal, a organização teria gasto R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos para a residência do reitor. Entre os gastos constata-se a aquisição de três lixeiras (R\$ 2.738), equipamentos de TV e som (R\$ 36.603), telas artísticas (R\$ 21.600) e 16 vasos com plantas diversas na cobertura (R\$ 7.264) (GUERREIRO, 2007).⁶

Como ratificação da recorrência na mídia, à guisa de exemplo, com vistas a facilitar a averiguação da informação, sugere-se consultar a Folha UOL, instrumento de comunicação de referência no Brasil.

⁴ Reportagem intitulada *ONGs: convênios suspeitos chegam a R\$ 330 milhões*

⁵ Reportagem intitulada: *CPI vai investigar ONGs que receberam recursos da União acima de R\$ 200 mil*. Folha.

Há indícios de que esses eventos, de modo subjacente, se relacionem mais a suscetibilidades interpartidárias que ao rigor com a coisa pública. Independentemente dos ânimos que motivam o debate e as ações moralizadoras, a repercussão nos meios de comunicação contribui para a construção de uma imagem muito negativa das organizações do terceiro setor. Mesmo assim, segundo pesquisas do “*Global Integrity*” (2006)⁷, que mensura o grau de corrupção em nível mundial, as organizações da sociedade civil individualmente são mais confiáveis que a mídia, o governo e as instituições jurídicas anticorrupção.

Em relação ao debate em torno da CPI das ONGs, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG, 2007) considera importante a investigação de qualquer irregularidade no trato de recursos públicos, independente de quem as pratique. O propósito de uma CPI séria, em um contexto democrático, deve-se apresentar à sociedade, instituições e órgãos competentes investigação acurada dos fatos em torno do seu objeto. Em um país com uma cultura visceral de impunidade, principalmente no que se refere à corrupção, o sério funcionamento de uma CPI deve assegurar apuração profunda dos fatos, bem como fornecer a base necessária para as providências punitivas cabíveis em relação às denúncias comprovadas.

O posicionamento da ABONG acerca da CPI das ONGs de modo pertinente e necessário ressalta a corresponsabilidade do Estado, e orienta o debate para o que de fato se coloca como importante: fazer desse fato um momento de aprendizagem para o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, é um momento também oportuno para as ONGs, de um modo geral, refletirem sobre suas competências de gestão e sobre as possibilidades de promoverem melhorias em seus processos, pois disso depende a eficiência, a eficácia e a efetividade de suas ações. É o que se abordará a seguir.

1.2.3 Importância da gestão para as Organizações do Terceiro Setor – OTS

O problema da gestão das OTS se torna relevante em virtude de vários fatores: crescimento quantitativo dessas organizações, competição por recursos, que são escassos, a pressão da sociedade por mais transparência nas relações público-privado e por ser um processo em construção, dentre outros.

Discutida por várias disciplinas, a gestão se define, conforme Cabral (2007), no âmbito da disciplina Administração, como um conjunto de técnicas usadas para a realização

⁷ Sobre esse assunto consultar : www.globalintegrity.org/reports/2006/BRAZIL/scorecard.cfm.

de metas e objetivos, pois está intimamente relacionada à missão das organizações.

Seu desenvolvimento enquanto teoria ocorreu no início do século XX e tem em Fayol seu teórico de referência, o qual a sistematizou em quatro funções básicas, as quais, interativamente, constituem o que se denomina atualmente funções do processo administrativo, a saber: planejamento (operacional tático e estratégico), organização, direção e controle.

Para Tenório (2006, p. 27), o *planejamento* define-se como “o processo de estabelecer antecipadamente a finalidade da organização, escolher objetivos e prever as atividades e recursos necessários para atingi-los”; a *organização* compreende “a ação de agrupar pessoas e recursos, definir atribuições, responsabilidades e normas, de modo a atingir a finalidade e os objetivos previstos”; a *direção* “é a ação de conduzir e motivar pessoas a exercerem suas tarefas a fim de alcançar os objetivos organizacionais”; e o *controle* “compreende a ação de comparar os objetivos estabelecidos com os resultados atingidos e os recursos realmente gastos, a fim de tomar medidas que possam corrigir ou mudar os rumos fixados”.

As funções mencionadas, segundo Cabral (2007), aprendidas ou ensinadas, são comuns a todos os empreendimentos humanos. No entanto, assume papel relevante no espaço das organizações com fins lucrativos, especificamente nas empresas, *locus* de seu surgimento e símbolo do capitalismo. Conforme Weber (*apud* CABRAL, 2007) este se faz presente onde as necessidades humanas são cobertas economicamente por meio de empresas lucrativas de qualquer natureza.

A evolução do pensamento administrativo, ou da gestão, obedece ao fluxo e reflete as tendências do contexto socioeconômico e político em que se inserem as organizações (FISCHER, 2004). Isso explica o uso de métodos e técnicas de gestão empresarial exportados para o âmbito das OTS, onde, na maioria das vezes, são usados sem passar por uma crítica em relação à pertinência, no tocante à lógica e à racionalidade dessas organizações \|\composto por uma multiplicidade de atores, com papéis e finalidades diversas, tendo que responder a demandas por resultado e garantir a sustentabilidade de suas ações.

Retomando-se a questão do surgimento da gestão no seio do capitalismo⁸, com base em Queiroz (2004), é inconteste que os valores dessa cultura estejam impregnados nas práticas de gestão das OTSs, conflitando com sua racionalidade substantiva, pressupostamente caracterizada pela autorrealização, autenticidade, entendimento, valores

⁸ A partir de agora, em referência à discussão sobre o uso de métodos e técnicas de gestão peculiares à administração de empresas, usar-se-á, por medida de simplificação, a expressão “a questão da gestão”.

emancipatórios e pela autonomia, e sublinhando os efeitos das mudanças por que passa o mundo, captar essa realidade através de um foco reducional, em detrimento de um olhar mais abrangente, só amplia as dificuldades.

Para Queiroz (2004), assim como não há uma estratégia correta e sim uma estratégia mais apropriada para uma situação específica, perde o sentido envidar esforços na elaboração de juízo de valor sobre qual é a melhor metodologia ou método. Em termos de implementação, a escolha dos instrumentos deve considerar as características peculiares da organização, suas necessidades, circunstâncias e os resultados a alcançar.

Nesse sentido, aponta Queiroz (2004), o conceito e a prática do planejamento estratégico devem ser destacados, pois evoluíram da simples concepção de arte de coordenar esforços militares, políticos, econômicos e morais implicados na condução de um conflito ou na preparação na defesa de uma nação ou comunidade de nações, para mais de duzentos conceitos reconhecidos pela *Strategic Planning Society*.

Ainda conforme Queiroz (2004), à ampliação do quadro conceitual correspondeu também uma grande variedade de metodologias e aplicações fomentadas por fatores diversos, tais como: a evolução do próprio “problema estratégico”, o que implicou a necessidade de se lidar com situações mais complexas, com fatores inter-relacionados, em um ambiente externo de rápidas e profundas transformações; o desenvolvimento científico determinante de novas formas de pensamento e visão de mundo com desdobramento em todos os campos do conhecimento humano que se desloca da concepção mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística; a evolução dos conceitos de gestão e administração de empresa com a notada fundamentação na valorização do capital humano, e os avanços nos campos da aprendizagem e do desenvolvimento organizacional, que determinou a busca de novos métodos para lidar com essas dimensões; a intensificação da competição entre as empresas por novos mercados e o próprio amadurecimento da prática de planejamento estratégico, que proporcionaram as condições para a investigação e o surgimento de novos conceitos e abordagens.

Todos esses elementos engendraram uma nova concepção do planejamento estratégico, cujo termo, na atual conjuntura, reporta-se aos processos de gestão de alto nível, com alcance de longo prazo, que envolve:

- a revisão da missão, ou uma reflexão sobre o que ela representa;
- o atendimento das necessidades atuais e futuras dos seus clientes;
- os resultados que a organização pretende alcançar;

a definição de sua linha de atuação e programas;
o posicionamento que a organização deverá ter perante seus principais desafios (a questão da sustentação de longo prazo, por exemplo)
a discussão das competências necessárias para que a organização obtenha sucesso, e a maneira como pretende desenvolvê-las (intensamente ou através de parceiros).
(QUEIROZ, 2004 p. 35-48).

Assim concebido, sua elaboração implica esforço coletivo de reflexão, atenção e acuidade pela importância de que se reveste para a sobrevivência da própria organização. Destaca-se que a ferramenta de autoavaliação, desenvolvida por Peter Drucker – o primeiro a pensar a gestão das organizações sem fins lucrativos a partir da experiência capitalizada em empresas com fins lucrativos – possibilita um mergulho ao âmago das OTS, reflexivamente a partir das respostas a cinco questões essenciais, segundo Queiroz (2004):

Qual é a nossa missão?
Quem são os nossos clientes?
O que eles valorizam?
Quais são os nossos resultados?
Qual é o nosso plano?
(Queiroz, 2004, p.50).

Neste sentido, o fato de um instrumento ter surgido no âmbito das empresas não parece significar que não se possa pensá-lo e aplicá-lo em outras formas organizativas. A própria administração, no seu desenvolvimento, foi assimilando práticas de outras instituições. Neste trabalho, a partir das alusões dos autores discutidos, assume-se e se entende possível, respeitada a lógica e valores próprios das OTS, o emprego das ferramentas de gestão nascidas em outros ambientes, desde que redimensionadas e não excludentes.

Trazendo para o âmbito deste estudo, o desconhecimento dos processos de gestão organizacional nas associações e cooperativas de catadores tem sido apontado como uma das causas impeditivas do desenvolvimento dessas organizações e do aproveitamento das possibilidades inerentes à atividade de reciclagem.

CAPÍTULO II

RECICLAGEM, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA

Considerando que o *locus* desta pesquisa é uma Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental, este capítulo objetiva discutir a atividade de reciclagem em sua relação com a temática do meio ambiente e com movimentos sociais, além de outros aspectos socioeconômicos e políticos, determinantes para o entendimento dessa relação, principalmente no que diz respeito ao papel e à importância das associações de reciclagem, com destaque para as atividades do próprio catador.

2.1 A questão ambiental

A questão ambiental começa a construir uma nova ordem internacional. Segundo Conceição (2005), as preocupações para com o meio ambiente têm despertado atenção em diferentes partes do planeta e grupos sociais, configurando nova ordem ambiental internacional, *locus* de uma crescente demanda pelo conhecimento da história ambiental.

A partir da década de 1960, observa-se a intensificação na formação de movimentos ambientalistas globais, institucionalizados de diversas formas: ONGs de proteção ao meio ambiente: Greenpeace, GIFE, Vitae civilis, WWF-World Wide Fund For Nature (Fundo Mundial para a Natureza), dentre outras. A questão ambiental, apesar disso, somente veio a ser foco das atenções a partir da década de 1970, com a Conferência de Estocolmo (1972) e, mais recentemente, por meio do encontro internacional do Meio Ambiente Rio 92, com o objetivo principal de apresentar propostas sobre a gestão ambiental e desenvolvimento sustentável do planeta, questão posta explicitamente na ordem do dia (DORINI 1999 *apud* CONCEIÇÃO, 2005).

Face aos resultados de estudos e pesquisas, preservar o meio ambiente e adotar políticas de desenvolvimento sustentável deixaram de ser um modismo ou ideologia de ecologistas para ser uma necessidade universal de preservação da espécie humana na terra. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA divulgou um relatório em que chamou a atenção dos principais líderes do planeta para o nível atual de consumo mundial, já

excedido em 40% em relação à capacidade de restauração da biosfera, no que diz respeito ao consumo de alimentos, recursos naturais e energia; destacou que esse déficit aumenta 2,5% ao ano e que, se o mundo consumisse na mesma proporção dos norte-americanos, alemães e franceses, o homem precisaria de três planetas e não de um para sobreviver.

Dentre os diversos elementos que compõem a questão ambiental, a produção dos resíduos deve ser destacada. Figueiredo (*apud* CONCEIÇÃO, 2005), sustenta que a problemática socioambiental vem sendo agravada devido ao aumento da população mundial e ao aumento da produção de resíduos sólidos. Nas últimas décadas, esse aumento vem transcendendo a capacidade de adaptação do meio ambiente, o qual passa a não incorporar esses elementos em ciclos originais, revertendo-se, dessa forma, em elementos artificiais e/ou em altas concentrações, muitos dos quais são nocivos à vida na biosfera.

Antes da internacionalização das ONGs, os problemas ambientais eram tratados regionalmente e as questões, por serem simples, facilitavam suas próprias resoluções. No entanto, entre os anos de 1945 e 1970, a prática de testes com bomba atômica, quando se iniciaram centenas de detonações nucleares, provocando sérios danos ao meio ambiente (como chuva de granizo radioativo, na Austrália, e a chuva radioativa, em Nova Iorque), ocasionou uma nova percepção em relação à dinâmica do meio ambiente (DORINI, 1999).

Os impactos provocados por essas iniciativas resultaram, em 1970, na formulação da Teoria de Gaia, pelo engenheiro químico, ex-funcionário da NASA (USA), James Lovelock, segundo a qual

O reconhecimento da Terra como um imenso ser vivo deveu-se ao desequilíbrio químico de sua atmosfera, diferenciada das de Vênus e Marte. [...] Para que a Terra desse sinal de equilíbrio, ela deveria apresentar em sua atmosfera o índice de 99% de dióxido de carbono e, no entanto, só apresenta a porcentagem irrisória desse gás em cerca de 0,03%, comparada às proporções de nitrogênio e oxigênio, 78% e 21%, respectivamente. De acordo com o cientista, essa proporção de gases só ocorre e é mantida mediante atuação de organismos vivos. A ciência contemporânea aceita como certa a hipótese de que não havia nem oxigênio nem nitrogênio na atmosfera primitiva da Terra e, hoje, esses gases estão presentes graças à liberação de nitrogênio pela ação bacteriana e a produção de oxigênio, no fenômeno de fotossíntese. A redução de quantidade de dióxido de carbono teria ocorrido através da atividade biológica, que o teria fixado nas rochas sob a forma de carbonato de cálcio presente na pedra calcária. [...] Seguindo o raciocínio de Lovelock, a atmosfera, a erosão das rochas, a química dos oceanos e a estrutura geológica da Terra foram tão profundamente transformadas pelos seres vivos que, hoje, eles só podem ser compreendidos um em relação aos outros. Assim, os organismos interagem de forma conjunta para manter a estabilidade que garanta a existência da vida no planeta, como um gigantesco ecossistema (LOVELOCK *in* FRANCO, 2000, p.120).

A hipótese desta teoria pressupõe que a Terra é um ser vivo e autorregulador. Outros

cientistas também já haviam abordado o tema de modo semelhante: Claude Bernard (1813-1878) e Walter Cannon (1871-1945). Esses trabalhos fomentaram, em nível global, forte pressão popular e dos meios exigindo que se pusesse fim aos testes nucleares e se dispensasse melhor atenção a problemas de ordem ambiental da terra (CONCEIÇÃO, 2005).

Destaca-se o papel da mídia nesse debate a favor do planeta. Iniciou-se uma sequência de denúncias de problemas ambientais, causados por muitas organizações capitalistas internacionais que, por força de geração de emprego e renda, passam a destruir o meio ambiente. Nesse sentido, é exemplar o relatório recém-publicado do PNUMA, conhecido como GEO-3 – Panorama Ambiental Global, na sigla em inglês –, construído com vistas a facilitar o balanço da saúde ambiental do planeta e estimular os debates sobre os rumos da política ambiental nos próximos anos, contribuindo para que se evitem desastres ambientais e seus severos impactos sobre as populações indefesas (CONCEIÇÃO, 2005).

O conteúdo do citado relatório destaca os principais problemas que afligem a humanidade na atual conjuntura, tais como: a concentração de gás carbônico na atmosfera, provocadora do efeito estufa; a crescente escassez de água potável para 40% da população mundial; a degradação dos solos erodidos, a qual, por causas diversas, contribui para a escassez de terras e ameaça a segurança alimentar da população; a poluição dos rios, lagos, zonas costeiras e baías, que tem causado degradação ambiental contínua por despejo de volumes crescentes de depósitos de resíduos e dejetos industriais e orgânicos; e o crescimento da população acompanhada de novos padrões de consumo e produção, o que resulta em quantidades de resíduos e substâncias tóxicas poluentes com efeitos desastrosos na biodiversidade.

A somatória desses elementos compõe um quadro particularmente dramático, principalmente nas áreas urbanas e metropolitanas, nas quais vive quase metade da população mundial, a maioria sem condições de alimentação, habitação, saneamento e acesso a facilidades de lazer, as quais se encontram cada vez mais precárias. São mais de 800 milhões de pessoas da população urbana vegetando abaixo da linha de pobreza e extremamente vulnerável a desastres naturais e mudanças ambientais. Todos esses fatores juntos conformam o que se denomina “questão ambiental”, agravada pelo modo de produção capitalista, conforme será detalhado a seguir.

A influência do homem sobre o meio ambiente torna-se significativa a partir da Revolução Industrial, quando, com auxílio de máquinas, intensifica-se o processo produtivo. É evidente que este foi um processo em cujo curso duas invenções foram fundamentais e

determinantes para se chegar ao estágio de desenvolvimento atual: a confecção de ferramentas e o cultivo da terra (CONCEIÇÃO, 2005).

O domínio dessas técnicas muda radicalmente sua relação com a natureza e o seu próprio modo de viver: não mais peregrino em busca de alimentos, mas um produtor, controlador, armazenador e comercializador de alimentos. Sim, porque, com o advento da agricultura, surgiram novas ferramentas facilitadoras do cultivo e intensificadoras da produtividade agrícola. Segundo Burnie (2001),

O cultivo da terra é culpado pelo materialismo da sociedade humana. Culpado ou não pela ganância acumulativa da sociedade, a utilização do arado, com a adoção do sistema de três campos, instituído na Europa na Idade Média, provocou um aumento da produtividade agrícola sem precedente na história e uma das conseqüências foi o crescimento populacional, fruto da melhoria da qualidade de vida e uma relação mais científica do homem com a terra, procurando tirar dela tudo o que mais necessita para seu sustento e ambição acumulativa (comercial). (BURNIE, 2001, p. 86).

Para Conceição (2005), a capacidade de inventar, aprimorar e desenvolver novas tecnologias permitiu ao homem dominar a natureza, modificar o meio em que vive; por outro lado, verifica-se a emergência por novas e crescentes necessidades, cuja satisfação exige grandes esforços. Ao tentar tirar da terra novos elementos, ancorando-se em conhecimentos científicos, propicia o advento das Revoluções Industriais e Tecnológicas, o que levou ao aparecimento da energia elétrica, motor a combustão, válvula, televisão, transístor, telefone, fibra ótica, energia nuclear, avião supersônico, computador e internet, dentre outras inovações.

Essas tecnologias trouxeram na sua esteira mudanças de hábitos, alterando, ao longo dos últimos 200 anos, o padrão de consumo, que ameaça inviabilizar a própria vida, por meio dos impactos causados pela produção exacerbada de vários tipos de resíduos descartáveis jogados em lixões a céu aberto, nos rios e atmosfera; são milhões de toneladas todos os dias (CONCEIÇÃO, 2005).

Ao concordar com Leff (2000), Conceição (2005) atribui ao processo histórico, do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial, as principais causas da problemática ambiental, na medida em que deram lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à segmentação da realidade em campos disciplinares confinados, com o propósito de incrementar a eficácia do saber científico e a eficiência da cadeia tecnológica de produção.

Para Foladori (2001) apud Conceição (2005, p. 80):

Sem um aproveitamento/reciclagem e uma gestão responsável, este lixo continuará sendo irracionalmente jogado na biosfera e as conseqüências serão sentidas pelas futuras gerações. Somando-se a isso, a emissão diária de milhões de toneladas de gases nocivos na atmosfera forma um quadro endêmico da Terra, que já começa a responder às agressões da modernidade. Tais crises econômicas têm-se configurado em problemas ambientais novos e o homem ainda não sabe direito como lidar com seus efeitos e nem tem certeza das causas (origem) destas anomalias climáticas; efeito estufa, degelo das camadas polares, aquecimento global, desertificação, chuvas ácidas, devastação das matas, contaminação da água, costas e mares, erosão do solo, destruição da camada de ozônio, perda da diversidade agrícola etc. E a esses indicadores de ordem natural, acrescentam-se também alguns de ordem econômica, resultado do modo de produção capitalista; a superpopulação e a pobreza. Hoje, há mais de um bilhão de pessoas subnutridas, ou seja, 20% da população mundial e, para piorar a situação, dois terços delas fora do mercado formal de trabalho.

Essa relação predatória do homem com a natureza se explica como uma decorrência da dinâmica do modo de produção capitalista, onde o resultado do trabalho torna-se mercadoria, ou seja, é expropriado do valor de uso e, por conseguinte, perde vínculo com a natureza. Segundo Marx (*apud* CONCEIÇÃO, 2005)⁹, o trabalho, que proporciona a ligação entre objeto e sujeito, poderia minimizar o desprezo deste pela natureza, mas a avidez capitalista, orientada para a incessante transformação dos recursos em mercadorias, realiza saques de matérias virgens, como se estas fossem inesgotáveis, gerando crises ambientais, ressaltando-se a questão da produção e destinação do lixo, objeto de análise do tópico seguinte.

2.2 A cadeia produtiva da reciclagem e a complexidade dos resíduos sólidos

A nossa relação com o lixo ainda é pouco pensada. Normalmente o vemos como algo que não presta, do qual precisamos estar distante. Com esse olhar, deixa-se de perceber que todos os processos são geradores de resíduos, do mais elementar processo metabólico de uma célula até o mais complexo processo de produção industrial. Essa percepção empobrecida talvez seja a razão pela qual se considere que o lixo é um assunto para o governo, para a indústria, para engenheiros e sanitaristas, e que cabe a eles encontrar as soluções para o problema. Pautando-se nesse senso comum, desconhece-se que o lixo é constituído por uma parcela de 40% de materiais recicláveis, ou seja, que nele existem valores a serem resgatados por meio do não desperdício, da separação na fonte e do fomento à cadeia produtiva da reciclagem (GONÇALVES, 2003).

Como fenômeno inexorável, a produção e destinação do lixo são elementos que

⁹ O autor, na página 83, cita Marx, porém sem precisar o ano.

também conformam a crise social e ambiental, decorrente das formas de produção e de consumo capitalista. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (*apud* Conceição (2005, p. 39), a geração de lixo no planeta está na ordem de 0,5 quilo/habitante/dia, ou 3 bilhões de quilos de lixo diariamente. Somente os Estados Unidos produzem mais de 700 quilos por habitante durante um ano, enquanto nas cidades mais populosas do Brasil essa geração resulta em cerca de 180 kg/hab/ano.

Tal quantitativo encerra, como dito anteriormente, valores em forma de materiais que podem e precisam ser reciclados, não apenas pelo seu significado econômico, mas também pela preservação dos recursos naturais. Os números do desperdício dos valores contidos no “lixo” no Brasil, nas mais variadas modalidades, são bastante expressivos: movimentam-se mais de 7 milhões de toneladas de embalagens por ano, representando mais de 7 bilhões de dólares anuais, somente em custos de embalagens descartadas após o consumo do produto interno, tendo com destino certo os lixões do país; produz-se diariamente 125.281 toneladas de lixo urbano, das quais somente 15% tem seu destino em aterro sanitário, joga-se fora 61% da produção agrícola – de cada 100 caixas de produtos agrícolas plantados, só 39% chegam a ser consumidas. A quantia que se perde pelo caminho, por falta de uma boa gestão do processo, até chegar ao consumidor seria suficiente para alimentar milhões de pessoas que hoje passam fome em nosso país. (CONCEIÇÃO, 2005).

A questão dos resíduos ainda está por merecer o tratamento adequado. Segundo Conceição (2005), boa parte do lixo no Brasil termina depositada em terrenos a céu aberto ou lixões, aterro controlado ou aterro sanitário, sendo apenas uma pequena parte reciclada. No entanto, já existem iniciativas modelares nesse sentido, como a coleta seletiva.

Apesar da difusão crescente de programa de coleta seletiva no Brasil nos últimos anos, do que resultaram teses, artigos e pesquisas, não se tinha o escopo de sua abrangência. Esse “vazio” determinou esforços em direção à sua avaliação. Em 1994, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo – IPT/USP realizou, em conjunto com a organização não-governamental Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE, um estudo junto às prefeituras brasileiras, objetivando identificar o quantitativo dessas organizações que já haviam adotado o programa. Identificou-se que existiam 82 programas de coleta seletiva implantados em diversos municípios do país: São Paulo (26 programas), Rio Grande do Sul (12), Paraná (08), Minas Gerais (8), Santa Catarina (7), Bahia (4), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (4), Espírito Santo (2), Paraíba (2), Acre (1), Brasília (1), Goiás (1), Mato Grosso do Sul (1), Pará (1); todos iniciados a partir de 1990.

Dados apresentados pelo SIS/IBGE (2002) indicaram avanços significativos em relação ao serviço de coleta seletiva, apontando sua existência em 451 municípios do Brasil, distribuído pelos seguintes Estados: Rondônia (1), Paraíba (1), Pernambuco (9), Bahia (2), Ceará (2), Rio Grande do Norte (2), Alagoas (1), Minas Gerais (37), Espírito Santo (7), Rio de Janeiro (14), São Paulo (82), Paraná (73), Santa Catarina (63), Rio Grande do Sul (138), Mato Grosso do Sul (5), Mato Grosso (1), Goiás (2), Distrito Federal (1).¹⁰

Ainda que sejam considerados os dados anteriores, precisa-se avançar bastante quanto à questão da destinação dos resíduos. Segundo o IBGE (2000), 70% das comunidades brasileiras tem no lançamento a céu aberto a forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos, ou seja, são simplesmente descarregados sobre o solo, em lixões, sem medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

Essa forma de disposição facilita a proliferação de vetores (moscas, mosquitos, baratas, ratos), geração de maus odores, poluição das águas superficiais e subterrâneas pelo lixiviado – mistura do chorume (líquido) gerado pela biodegradação da matéria orgânica, com água de chuva –, além de não possibilitar o controle de resíduos que são encaminhados para o local de disposição. Esta é, sob todos os aspectos, a pior forma de disposição final de resíduos sólidos (BIDONE, 1999 apud CONCEIÇÃO, p. 36, 2005).

2.3 O problema dos resíduos em Manaus

A questão dos resíduos não pode ser deslocada do contexto onde se insere – tempo, espaço e características específicas. Assim, para compreender as questões que estão relacionadas ao lixo no município de Manaus, recorre-se a Vicentini (2004) apud Chaves (2008, p. 17, para quem o declínio da economia da borracha amazônica provocou um intenso fluxo migratório do interior dos seringais para a cidade de Manaus, amplificando a problemática urbana, pois a maioria dos migrantes nordestinos e parte da população rural foram obrigadas, em face à ausência de planejamento da infraestrutura para abrigá-los, a permanecer em áreas de ocupação insalubres, como às margens dos igarapés de Manaus, onde construíram residências (palafitas) sujeitas a constantes alagamentos, erosões e epidemias, principalmente no período de inverno amazônico.

No final dos anos 1940, com a decadência da borracha, foram implantados esforços para impulsionar o desenvolvimento da região. Esse desenvolvimento foi amparado por uma

¹⁰ Não existe detalhamento da informação que possibilite análise de especificidades desses programas.

política de integração da Amazônia pelo Governo Federal, sob a forma de uma Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que ganhou força no final da década de 1960 e determinou a formação de diferentes modalidades produtivas para alavancar o crescimento econômico. Sob o discurso de “vazio demográfico”, o governo patrocinou a implantação de projetos de desenvolvimento regional, cuja base era a ocupação da região e a sua integração ao restante do contexto brasileiro (BARROSO, 2005 apud CHAVES 2008, 16).

Resultou daí outro movimento de deslocamentos humanos rumo à capital do Estado, cujo fluxo estimado entre 1968 e 1969 era de 100 pessoas/dia, 3.000 pessoas/mês e 36.000 pessoas/ano. Essa população, com baixa escolaridade, analfabeta ou semi-analfabeta, não foi incorporada pelo mercado de trabalho, pois não tinha a qualificação necessária para os empregos criados, estabelecendo-se em favelas na periferia de Manaus (BATISTA, 2007).

Esse fenômeno impingiu à cidade inúmeros problemas, dentre os quais a questão do lixo. Monteiro (1986, p.14-19) registra que o centro urbano de Manaus tinha seus buracos ‘aterrados’ por lixo, objetos de família – antiquilhas da *art nouveau* representativa do gosto fino da aristocracia do cacau e da borracha – transportados por carros apropriados ou caminhões particulares, sobre o que não poderia afirmar se já havia passado pelas mãos do catador de coisas inúteis, isso numa época de prodigalidade fastigiosa.

A obra em referência, *Elogio do lixo*, reveste-se de importância na medida em que propicia uma representação da problemática do lixo nessa cidade, pondo em relevo a figura do catador e do empresário, e a atividade de reciclagem, antes da intensidade dos debates ambientais intensificados a partir de 1992.

Havia singularmente no famoso bairro da Cachoeirinha (Manaus) na covanca da Pelarga, assim denominada a depressão em cuja berma residia certa mulher de idade e de existência praticamente confinada entre a pesquisa diuturna do lixo residual e os recursos proporcionados aqui e ali pela venda de bruxas de pano, material colhido na lixeira. Diziam dela que comia o que urubus e porcos, seus concorrentes habituais, rejeitavam. Tirante este e alguns outros comportamentos semelhantes como o do Bode no mesmo bairro, e dos irmãos Avancini, são mais recentes os exemplos de indivíduos que se aperceberam da riqueza ofertiva dos resíduos domésticos e comércios-industriais postos à margem diariamente (MONTEIRO, 1986, p.13).

Nos idos de 1890, os irmãos Avancini, coletores de lixo residual, deram início à modesta fábrica de papel cuja existência nem foi longa nem promissora, passando os dois a fabricar cerveja (MONTEIRO, 1986, p.20).

A questão socioambiental na cidade de Manaus abrange inúmeras problemáticas e

pode ser tratada sob diversos enfoques. Embora não seja recente, a partir da criação da Zona Franca, no ano de 1967, os problemas relacionados à produção dos resíduos sólidos ganharam outra dimensão em virtude da intensidade de sua produção, a qual, em 2002, alcançou o volume de 1.300 toneladas por dia (SANTOS 2002, *apud* CHAVES, 2008, p.22).

Embora o que mais chame a atenção, num primeiro momento, seja o volume de resíduos produzidos, a sua complexidade diz respeito à gestão do problema, o qual se inicia com o planejamento e/ou a organização de um sistema de limpeza urbana, o que exige algumas medidas como, por exemplo, a estimativa do volume produzido e a sua caracterização. Isso porque cada cidade possui uma peculiaridade residual e os processos de planejamento de limpeza urbana devem ser nela embasados (SANTOS 2002, *apud* CHAVES, 2008).

Trata-se de uma questão que, de fato, apresenta-se multifacetada. E uma de suas faces diz respeito à responsabilidade pela solução do problema. Embora no Brasil atribua-se, historicamente, ao poder público municipal a tarefa de delimitar o destino final dos resíduos sólidos, já há mobilização no sentido de envolver as indústrias na solução do problema, por meio da reciclagem, o que impacta diretamente o tratamento e a destinação final dos materiais.

Em que pese o crescimento de Manaus e o volume maior do lixo, o endereço dos resíduos na cidade é o único aterro controlado, localizado no km 19 da rodovia AM-010 (Manaus/Itacoatiara), que não pode ser considerado tecnicamente um aterro sanitário. O aterro controlado possui uma estrutura para acondicionamento do lixo, mas o serviço da limpeza urbana não possui um sistema que envolva todos os processos de seleção e acondicionamento por categorias de resíduos, que se iniciam com a coleta seletiva (GONÇALVES, 2003).

Segundo Santos (*apud* CHAVES, 2008, p. 22), no município de Manaus existe também um incinerador para lixo hospitalar, o qual se encontra desativado desde a sua implantação, e outro está instalado no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e somente vem sendo utilizado para a queima do lixo das aeronaves. A cidade conta, ainda, com uma usina de reciclagem de material orgânico para compostagem, que também está desativada; quando inaugurada, operava uma média de 85 toneladas por dia de material orgânico¹¹.

De acordo com estudo de Santos (*apud* CHAVES, 2008), a produção de lixo, seja na zona urbana seja na rural, ocorre em quantidades e composições que variam de acordo com as condições socioeconômicas de seus habitantes, pois se entende que o modo de vida das

¹¹ Esse dado também é ratificado pelo levantamento do IBGE (2000).

sociedades influencia na quantidade e na qualidade da composição dos resíduos sólidos descartados. Neste sentido, a questão dos resíduos está associada, dentre outros fatores, ao crescimento populacional e ao seu adensamento espacial, o que resulta no aumento da geração *per capita* de resíduos; à evolução qualitativa dos mesmos; e ao emprego dos materiais empregados pela sociedade, o que determina suas características utilitárias e econômicas (FIGUEIREDO, 1995 apud CHAVES, 2008, p. 23).

Em Manaus, a questão do lixo ainda carece de melhor tratamento. Segundo IBGE/PNSB (2000), a quantidade diária de lixo produzido é de 2.400 toneladas, das quais apenas 16 toneladas são destinadas ao aterro controlado, na rodovia AM-010 (Manaus/Itacoatiara). Esse material, diverso em qualidade, é resultante do serviço de limpeza do município, o qual exige um contingente de 1.490 pessoas, a cargo da Prefeitura Municipal de Manaus, que exerce função normativa, fiscalizadora e executora, e de uma empresa concessionária. O impacto no orçamento relativo à despesa com pessoal afeta o orçamento municipal em até 5%.

Vale ressaltar que a cidade não realiza coleta seletiva, aliás nenhum município do Amazonas a realiza. A destinação dada aos resíduos domiciliares é detalhada no quadro 2:

Destinação	Volume (tonelada)
Queimado (na propriedade)	20.200
Enterrado (na propriedade)	947
Jogado em terreno baldio ou logradouro	6.304
Jogado em rio, lago ou mar	1.619
Outro destino	1.356
Total	30.426

Quadro 2 - Destino do lixo domiciliar em Manaus
Fonte: IBGE/Censo 2000

A questão do lixo em Manaus é bem expressa por Andrade (2009):

Na Amazônia os serviços relacionados aos resíduos sólidos não contemplam uma preocupação efetiva com o meio ambiente, nem motivam a sociedade a se posicionar. Pelo contrário, no âmbito dos resíduos sólidos, excluem-na de quaisquer participações ativas.

De modo geral, nos municípios da Amazônia as prefeituras não têm desenvolvido políticas inovadoras, e a escala de comprometimento do setor empresarial ainda é muito restrita, o que tem representado a manutenção do *status quo* gerencial e operacional.

Atualmente, nos municípios da Amazônia, quando muito, tem prevalecido uma preocupação voltada apenas para a realização da coleta do lixo, não se estabelecendo quaisquer iniciativas que tenham como foco uma mudança de

comportamento na relação que o cidadão tem com os resíduos que produz.¹²

Ainda segundo Andrade (2009), o serviço de limpeza pública em Manaus, uma cidade com 1,6 milhão de habitantes, atende somente cerca de 70% desse total. Segundo Bretas (2002) *apud* Braga (2007, p.388), “a coleta e transporte de lixo regular, dentre as demais atividades de limpeza pública, é a que gera, pela população, reclamações intensas e imediatas quando da sua não realização”.

Contrapondo-se à visão de Andrade (2009), a revista eletrônica *Cidades do Brasil*, em sua seção “Limpeza Pública”, da edição de abril de 2005, registra: “aterro de lixo de Manaus é considerado o terceiro melhor aterro das Américas. O sistema utilizado tem melhorado a cidade sob dois aspectos: tratamento adequado do lixo urbano e eliminação da desoladora cena de catadores de lixo, misturados a urubus. Atualmente, Manaus é uma referência nacional”.

Todavia, Tenório (2004) afirma que, embora seja a mais barata e simples forma de destinação dos resíduos, não é a forma mais adequada de gerir o problema, que exige um programa de gerenciamento integrado – sistemas de estocagem, coleta, tratamento e destinação final interligados. Nesse sistema, a coleta seletiva e a reciclagem são de fundamental importância, o que será abordado no tópico seguinte.

2.4 Coleta Seletiva e Reciclagem

A reciclagem é uma decorrência da coleta seletiva, aqui entendida como o processo de separação prévia de materiais passíveis de reaproveitamento, que segundo Conceição (2005), pode ser definida como o processo de reaproveitamento do material já utilizado, na obtenção ou fabricação de novos produtos, ou seja, é tomar o material já passado por todo o ciclo – coleta, triagem, seleção e prensagem (enfardamento) – e reutilizar para confecção de novos produtos.

Sua prática iniciou-se nos Estados Unidos, no início do século XX, sendo mais introduzida nos países escandinavos e no norte da Alemanha, de onde provavelmente disseminou-se para outras partes da Europa. Segundo Calderoni (2003), esse método de tratar os resíduos teria sido iniciado oficialmente na Itália, no ano de 1941, determinado em grande parte pelas dificuldades acarretadas pela Guerra.

¹² Apresentação em PowerPoint, referente ao 2º FÓRUM INTERNACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, Porto Alegre (RS) Julho – 2009.

Na prática, consistia na separação do lixo domiciliar, cuja destinação não era responsabilidade das prefeituras, em três grupos de resíduos: materiais orgânicos; cinzas resultantes da combustão – geralmente da madeira e do carvão; e materiais de valor comercial – como papel, cacos de vidros, metais e tecidos, os quais, posteriormente, eram retirados por comerciantes ou industriais (IDEM).

De acordo com Nichols e Dezenhall (1990) afirmam que:

Nos Estados Unidos, papel e papelão constituem o principal item presente no lixo sólido municipal (fato que ocorre usualmente em todos os países). As projeções da Environmental Protection Agency – EPA, para o ano de 2010, são de que 121 milhões de toneladas desse item comporão o lixo coletado pelas prefeituras, isto representa 48% do total. A recuperação de papel e papelão para reciclagem atingiu 25,6% do total gerado, prevendo-se para 1995, um crescimento dessa cifra para um nível entre 31% e 38%. (apud GONCALVES, 2003, p. 28)

Não obstante o pioneirismo dos Estados Unidos, o Japão assumiu, atualmente, a vanguarda das iniciativas no campo da reciclagem. A ação direta dos governos e a atuação proativa das empresas e das instituições da sociedade civil o colocam na liderança, pois recicla-se entre 40% e 50% do total de lixo produzido. Em destaque, o elevado nível de participação social nessa questão, a qual se inicia na escola, permeando o cotidiano da população, desde os edifícios residenciais e comerciais até os supermercados e centros de lazer (GONÇALVES, 2003).

O autor atribui as situações de crise e de guerra na Europa como elementos determinantes para que a recuperação e a reciclagem de resíduos tenham taxas nunca antes registradas, sobretudo nos anos de 1973 e 1974. Seguindo-se à Guerra do Yom Kippur, a coleta seletiva voltou a constituir-se em objeto de atenção e interesse (GONÇALVES, 2003).

As feições da reciclagem mudam de país para país, de acordo com os materiais priorizados para recuperação. Assim, enquanto a recuperação das latas de alumínio é insignificante na França, na Suíça, atinge taxas elevadas. Na Suécia, os altos patamares de coleta alcançados permitiram que fosse fixada como objetivo uma taxa de recuperação de 75% (BERTOLINI, *apud* CALDERONI, 2003).

Na Austrália, a enorme produção de resíduos domiciliares determinou a implantação da coleta seletiva, iniciada em Sidney, em 1990, por iniciativa governamental, operando com eficiência de 40%. Já na China, a seleção do lixo nas residências ocorre oficialmente desde 1950. Os materiais são levados a pontos de coleta nas imediações, onde são trocados por dinheiro. Na cidade de Sanghai, chegou a existir entre 400 e 500 desses pontos, mas 50%

foram desativados por falta de motivação da população (CAMPOS, 1994, *apud* CALDERONI, 2003, p. 141).

No Brasil, Tenório (2004) é enfático ao afirmar que os programas de reciclagem, que tem como pré-requisito a coleta seletiva, ainda são muito inexpressivos no meio urbano. A própria reciclagem é um conceito vago sobre o qual todos pensam ter um claro entendimento, até o momento de praticá-lo. Um programa de coleta seletiva, em todo o mundo, é muito caro, não se custeia com a venda dos produtos gerados por ele. Assim, a decisão quanto à sua adoção cabe à comunidade baseada na sua capacidade financeira e nos benefícios de sustentabilidade e cidadania.

Não obstante isso, cresce, de acordo com Gonçalves (2003), a consciência da necessidade de reciclagem, de modo que um número crescente de municípios vem implantando programa de coleta seletiva. Destaca-se a primeira experiência sistemática de coleta seletiva implementada no Brasil, em Niterói, no bairro de São Francisco, em abril de 1985; e a experiência de Curitiba, considerada uma cidade-referência no tratamento e disposição do lixo, sendo assim reconhecida e premiada pela ONU.

Ainda sobre a importância da reciclagem do lixo, frisa-se a sua relação com o porvir das futuras gerações, na medida em que poupa os saques às matérias virgens existentes na natureza, assegurando os recursos necessários à sobrevivência. Além disso, afeta as principais áreas de decisão com relevância ambiental, econômica e social, com muitos desdobramentos fragmentados e interdependentes entre si, tais como: organização espacial, preservação e uso racional dos recursos naturais, conservação e economia de energia, geração de empregos, desenvolvimento de produtos, finanças públicas, saneamento básico, geração de renda e redução de desperdício (CALDERONI, 1997).

Vale ressaltar, com base no que aponta Calderoni (1997), que a reciclagem compreende um processo constituído de várias etapas que, por sua vez, conforma uma cadeia produtiva, pela qual as associações são responsáveis, mas apenas parcialmente, por meio de coleta, separação, prensagem e enfardamento.

Segundo Gonçalves (2003), o fluxo dessa cadeia produtiva – ver figura 2 – pode ser desenhado em três passos:

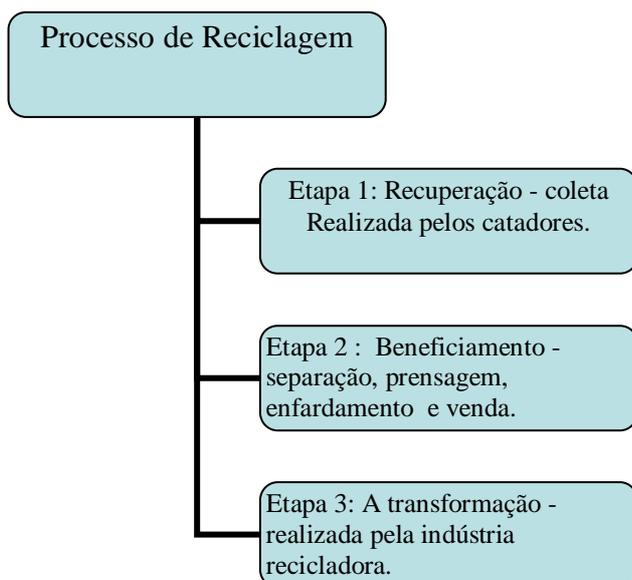


Figura2 - Etapas do processo de reciclagem
 Fonte: Adaptado de Gonçalves (2003, p. 34)

Ainda que se considere a representação aproximada do fluxo na cadeia produtiva da reciclagem, pontua-se, porém, que, de acordo com a matéria-prima, esta pode apresentar outras etapas, como no caso da reciclagem do plástico, apresentado por Gonçalves (2003). Ou, por exemplo, como algumas cooperativas que não coletam, apenas beneficiam o material coletado pela administração pública, como é o caso de Porto Alegre.

A operacionalização do processo de reciclagem inicia-se com beneficiamento primário, que corresponde à classificação, ou seja, separação por tipo de material e outras especificações que variam regionalmente; depois, segue-se o enfardamento, ou seja, prensar em fardos. Realizadas essas etapas, o material fica estocado, aguardando o alcance da quantidade mínima que o comprador exige para o processo de comercialização. Esse procedimento visa à otimização do custo de transporte por parte do comprador e o alcance de melhores preços pela matéria-prima do ponto de vista da cooperativa (GONÇALVES, 2003).

Existem várias maneiras de se pensar a reciclagem. Particularmente, Gonçalves (2003, p. 21) propõe que ela seja econológica, isto é, contemple os aspectos ambientais, sociais e econômicos na sua operacionalização. Composta pelas palavras ética, economia e ecologia, a palavra econológica qualifica “[...] o pensador comprometido que entende o processo pelo qual, a partir de elementos da natureza, se forma a civilização e que milita na tentativa de dar uma direção, um destino e um propósito a esse processo civilizatório”

A fim de facilitar o entendimento do conceito aludido, Gonçalves (2003) apresenta dois modelos conceituais da cadeia produtiva da reciclagem: o círculo perverso da reciclagem

e o círculo virtuoso da reciclagem, apresentando uma contraposição das atitudes e valores dos elementos constitutivos da cadeia produtiva da reciclagem: o consumidor, o catador, o intermediário e a indústria, conforme detalhado no quadro 3, a seguir:

Atores da Reciclagem	Círculo perverso da reciclagem	Círculo virtuoso
O consumidor	<ul style="list-style-type: none"> - Não recicla - não leva em consideração no ato da compra a natureza da embalagem, isto é, se é reutilizável; - Não pratica o consumo responsável (critérios socioambientais); - Não destina os resíduos para reciclagem - Não busca a melhoria do seu conhecimento sobre o assunto; - Tenta praticar conceitos pré-estabelecidos e incompatíveis com a realidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pratica o consumo responsável baseando-se em critérios socioambientais; - Recicla – leva em consideração a característica da embalagem do produto no que diz respeito à sua reutilização; - Separa os materiais recicláveis na fonte; - Destina para reciclagem os resíduos produzidos; - Busca melhorar seus conhecimentos sobre o assunto; - Mantém sua prática coerente com a realidade local; - Sua prática o torna um multiplicador.
O catador	<ul style="list-style-type: none"> - Não se organiza em cooperativas ou associações; - Rasga sacos na rua; - Leva sacos de lixo com conteúdo não separado na fonte para fazê-lo na cooperativa; - Pega só latinha ou papelão; - Não tem força política; - Não estabelece parcerias, ou estabelece parcerias paternalistas e impositoras de condições que inviabilizam a autossuficiência e independência; - Vive no lixo e não do lixo; - Vende pouca quantidade e barato; - Frequentemente tem alguma dependência química; - Não tem ética ambiental; - Não desenvolve seu empreendedorismo; - Mantém-se marginal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não cata em lixão; - Se organiza em cooperativa ou associações; - Não rasga sacos na rua; - Tem responsabilidade ambiental; - Coleta todos os recicláveis; - Se articula com a sociedade para formar unidades domiciliares para separarem na fonte; - Coleta apenas materiais previamente separados na fonte em recicláveis e não recicláveis; - Tem ou busca fortalecimento político com organização e articulação; - Estabelece parcerias libertadoras e não paternalistas; - Vive do lixo e não no lixo; - Vende em maiores quantidades e melhores preços; - Vende de forma consorciada; - Mantém-se afastado do poder do tráfico e da dependência química; - Se é cooperativa, é autogestionária; - Tem ética ambiental; - Investe em seu empreendedorismo; - Busca novas formas de comercialização;
O intermediário	<ul style="list-style-type: none"> - Constitui uma cadeia de vários atravessadores, o que desvaloriza o material vendido pelo catador, que não alcança escala; - Escraviza os catadores com propostas indignas (troca de material reciclável por comida ou bebida alcoólica); - Os pequenos não têm área de acúmulo, 	<ul style="list-style-type: none"> - É autogestionário e propõe parcerias realmente interessantes aos dois dentro da economia solidária; - Prática melhores preços; - Investe na articulação e organização do mercado; - Tem área de acúmulo, diminuindo a cadeia; - Alcança o passo seguinte do beneficiamento

	<ul style="list-style-type: none"> - aumentando o número de atravessadores; - Não verticaliza o beneficiamento; - Não atua de forma ética social e ambientalmente falando; - Não investe no catador como peça importante do fluxo reverso; - Faz demagogia ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> (verticalização); - Tem ética socioambiental, atua de forma engajada.
A Indústria	<ul style="list-style-type: none"> - Não tem políticas socioambientais; - Não atua com responsabilidade ambiental; - Não acredita no desenvolvimento dos critérios de compra de seu cliente final, - Não investe na cadeia de fluxo reverso de forma socialmente responsável; - Não utiliza matéria-prima reciclável; - Atua de forma oligopsônica como comprador final de matéria-prima reciclável; - Não se sente responsável pelo destino final de suas embalagens; - Produz embalagens sem coerência ambiental, sem <i>ecodesign</i>. - Beneficia-se da falta de consciência socioambiental do seu cliente; - Mantém o catador como um ingênuo útil; - Não fecha o ciclo da cadeia produtiva da reciclagem, pois não vende o reciclado como um valor e não divulga o material reciclado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tem filosofias e políticas socioambientais; - Atua com responsabilidade social; - Acredita no desenvolvimento dos critérios de compra de seu cliente final; - Investe no fortalecimento da cadeia do <i>fluxo reverso</i>; - Investe no fortalecimento e desenvolvimento das cooperativas; - Utiliza matéria-prima reciclável; - Pratica preços justos; - Contrata com justiça social e dentro da lei; - Considera-se responsável pelo destino final de suas embalagens; - Investe em <i>ecodesign</i>, produzindo embalagens com coerência socioambiental; - investe no fortalecimento do círculo virtuoso da reciclagem; - Investe em produtos verdes; - Ocupa-se de, com seus programas de comunicação e publicidade, formar a opinião de seu cliente final sobre o valor ambiental e social do produto reciclado; - Retorna para o consumidor o produto com matéria-prima reciclável, fechando a cadeia produtiva da reciclagem.

Quadro 3 - Aspectos distintivos dos círculos perverso e virtuoso da reciclagem, baseado em Gonçalves (2003, p.36)

Fonte: Pesquisadora

O quadro 3 acima indica dois momentos possíveis para a solução do problema do lixo, envolvendo todos os atores ao longo de sua cadeia produtiva. O atual apresentado pelo círculo denominado perverso, e o virtuoso, ainda em construção.

Na concepção de Conceição (2003), a importância da reciclagem diz respeito ao imperativo de preservação dos ecossistemas planetários e se relaciona de forma social, política e econômica à superação de vários problemas: pobreza, exploração do trabalhador, negligência do Estado em relação às condições de vida dos indivíduos, dentre outros:

Preservar o meio ambiente e adotar políticas de desenvolvimento sustentável deixaram de ser um modismo ou ideologia de ecologistas para ser uma necessidade universal na preservação da espécie humana na Terra. Recentemente, o programa das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente divulgou um relatório que chama a atenção dos principais líderes do planeta, dizendo que, no nível atual de consumo no mundo, já ultrapassamos ou excedemos em 40% a capacidade de restauração da biosfera, levando-se em conta o consumo de alimento, recursos naturais e energia;

que este déficit aumenta 2,5% ao ano e, se o mundo consumisse na mesma proporção dos norte-americanos, alemães e franceses, o homem precisaria de três planetas, e não um, para poder sobreviver” (NOVAES 2002 *apud* CONCEIÇÃO, 2005, p. 17).

O ressurgimento da reciclagem é uma determinação do modo de produção capitalista, segundo Gonçalves (2003). Embora o discurso neoliberal se assente sobre a premissa de que o mercado possua mecanismo de ajustamento social, o fato é que, na sua dinâmica funcional, deixa na esteira bilhões de excluídos. Esse contingente, alocado no mercado de mão de obra disponível, premido pelo desemprego, engendra formas de sobrevivência, dentre as quais trabalhar e viver do lixo é uma delas (GONÇALVES, 2003).

2.5 Os Sujeitos da cadeia produtiva da reciclagem

Os olhares de Gonçalves (2003) e Conceição (2005) convergem para o mesmo ponto quando analisam os sujeitos da reciclagem. Sustentam que a exclusão social em que se encontram bilhões de seres humanos é um produto do funcionamento do sistema capitalista, concentrador e criador de uma reserva de mão de obra que, ao objetivar controlar salários, tem levado à formação de um exército de pessoas que trabalham e vivem do lixo urbano no mundo todo. Essas pessoas, por sua vez, têm formado cooperativas para melhor serem aceitas na cadeia produtiva de reciclagem de lixo.

O catador, em que pese sua importante contribuição na problemática ambiental, constitui a base da pirâmide configurada pela cadeia produtiva da reciclagem. Denominado de diversas formas – andarilho, rampeiro, margarida, xepeiro, badameiro e boia-fria do lixo –, esse trabalhador possibilita o resgate dos *bilhões perdidos no lixo*¹³ e permanece “lutando por sua própria sobrevivência nessa floresta urbana, onde sua matéria-prima é abundante é gratuita e muitas pessoas pagam pra se livrar dela (lixo)” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 32).

Os perfis desses “agentes ecológicos” apresentam traços comuns, independentemente do contexto em que se inserem: indivíduos do sexo masculino (quase 80%), baixa escolaridade, ex-empregados formais, andarilhos e/ou moradores de ruas (alguns deles) e solitários – em decorrência de rompimento social e familiar causado pela perda do emprego, (CONCEIÇÃO, 2005).

A informalidade do setor dificulta determiná-los em termos quantitativos, mas se estima que aproximadamente um milhão de pessoas, presentes em mais de 3.800 municípios –

¹³ Título do livro de Calderoni – *Os bilhões perdidos no lixo* – referência nos estudos.

em 37% das capitais brasileiras e em 68% das cidades com mais de 50 mil habitantes – são responsáveis pela reciclagem de mais de 20% dos resíduos urbanos, mais de 60% do papel e papelão reciclado no Brasil, bem como 90% do material que alimenta as indústrias recicladoras (CONCEIÇÃO, 2005).

Esses trabalhadores submetem-se a uma rotina diária de trabalho escorchantes. São, muitas vezes, mais de doze horas ininterruptas empurrando seus carrinhos, carregando por dia mais de 200kg de lixo, cerca de quatro toneladas por mês, e percorrendo mais de 20km por dia. Explorados pelos donos dos depósitos de lixo ou sucateiros, recebem pelos resíduos coletados durante o dia: bebida alcoólica ou um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (CONCEIÇÃO, 2005).

No Brasil, há muitas décadas, a coleta seletiva ocorre informalmente com o trabalho do catador, outrora conhecido como papeleiro, garrafeiro, sucateiro ou por denominações pejorativas. Seja em tempos idos ou atuais, o catador sempre esteve presente, de forma mais ou menos institucional, no processo de gerenciamento de resíduos. Ele trabalha na sombra das idiosincrasias de consumo da sociedade, que teima em não refletir sobre consumo e geração de resíduos, para o bem e para o mal, (CONCEIÇÃO, 2005).

2.6 Associação ou cooperativa?

Veiga (2001, p. 16) entende que as associações se definem como “qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando a superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados”. Em relação a essas formas organizativas, a legislação brasileira recomenda que, quando se desejar desenvolver atividades de natureza civil (ação social, promoção e mobilização, assistência e serviços), opte-se por um dos tipos de sociedade civil – com ou sem fins lucrativos – dependendo da natureza da atividade.

As associações são percebidas por Veiga (2001) como um instrumento para solucionar problemas concretos por meio da somatória de esforços, dinheiro, equipamentos, vontade e desejo de várias pessoas e, ainda, recurso de participação e democracia conferido pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo art. 5º, XXI: “As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente” (BRASIL/CF., 1988).

O uso de organizações sem fins lucrativos com fins de geração de renda gera conflito

com a lei. As sociedades civis com fins lucrativos têm finalidade econômica, isto é, visam a obter ganhos financeiros para os seus proprietários, os quais contribuem para formação do seu capital. Normalmente, dedicam-se a atividades inerentes ao setor de serviços (escolas e hospitais particulares, empresas de segurança) as profissões liberais e os imóveis (exceção feita às construtoras que são comerciais, diferentes das sociedades civis sem fins lucrativos, que vinculam a sua finalidade necessariamente ao “fim público”). Isso significa que o seu objetivo é essencialmente servir desinteressadamente à coletividade de forma exclusiva e predominante, o que não quer dizer que lhes sejam vedadas as possibilidades de desenvolver atividades econômicas, no entanto essa possibilidade é restrita à obtenção de fundos necessários à realização dos objetivos delineados.

A interpretação estrita da legislação caracteriza como irregular a situação em que as iniciativas sem fins lucrativos transacionam, isto é, realizam atividades comerciais, distribuindo, inclusive, entre os associados, os resultados. Nesse caso, fica caracterizado o não pagamento de tributos correspondentes.

Nas últimas décadas, constata-se a utilização de associações sem fins lucrativos para fim comercial, o que é contestável do ponto de vista legal, pois fere a natureza dessas organizações, ainda que tenham se multiplicado e se tornado a forma mais utilizada pelos pequenos produtores – agrícolas, artesanais ou mini-industrial das cidades – por serem menos dispendiosas e mais simples de constituir: é irregular seu uso para esse fim (VEIGA, 2001).

Já as cooperativas são uma modalidade associativa ideal e pertinente quando se deseja desenvolver atividades com fins econômicos. A Lei 5.764, de 12.12.1971, em seu artigo IV, as define como: “[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971).

O cooperativismo é uma forma antiga de se lutar pelo bem comum. A ajuda mútua era uma prática comum dos povos antigos, vivenciada na busca de alimentos. Na Idade Média, Huberman (1986) *apud* Conceição (2005) registra a união de agricultores, artesãos e mercadores na defesa de seus interesses. Na Revolução Industrial, no século XVIII, essas iniciativas intensificaram-se, criando ambiente propício ao surgimento de pensadores e reformuladores que construíram seus princípios doutrinários.

Ainda segundo Huberman (1986) *apud* Conceição (2005) as cooperativas não escapam às investidas do modo de produção capitalista. Sem uma fiscalização para manter sua jurisprudência, o cooperativismo tende a ser usado por capitalistas, os quais, de forma

gananciosa, visam somente a burlar as leis trabalhistas e utilizar as cooperativas para acobertar uma subcontratação por meios de subsídios e isenções, tanto de ordem tributária quanto trabalhista.

As cooperativas classificam-se, segundo Conceição, (2005, p. 64), em abertas e fechadas. Essa disposição leva em consideração a sua forma e ramo/tipo, os objetivos dos cooperativados e, seguindo a legislação pertinente, em duas formas, que comunicam a lógica, a cultura e as concepções/convicções daqueles que constituem esse tipo de associação:

Abertas – as que admitem pessoas que queiram a elas se associar, sem qualquer impedimento ou critério. Ex: CORESO, COPAMARE, COMAREI etc.

Fechadas – são as que admitem somente pessoas ligadas a uma mesma profissão, empresa, sindicato ou objetivo comum. Muitas vezes, este tipo de cooperativa oferece infra-estrutura para seu funcionamento, tornando o cooperativismo um mero agente de trabalho. Ex: UNIMED, (...) CAC, AFBB etc. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 51-75).

Ressalta-se que as sociedades cooperativas diferem das mercantis. Nesse sentido, o quadro 4 facilita o entendimento dos traços distintivos:

Sociedade cooperativa	Sociedade mercantil
O principal é o homem	O principal é o capital
Cada cooperativado conta com um voto	Cada ação ou cota conta com um voto
O controle é democrático	O controle é proporcional ao capital
É sociedade de pessoas, que funciona democraticamente	É sociedade de capital, que funciona hierarquicamente
Os resultados retornam aos sócios proporcionalmente às operações	Os dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao capital investido
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida	Contrata o trabalhador como empregado subordinado

Quadro 4 - Diferenças entre a sociedade cooperativa e a mercantil, com base em Conceição (2005, p.71)

Fonte: Pesquisadora

Considerando o trabalho como um espaço de criação, de construção social – construção de si, do outro, enfim, do mundo –, a sociedade cooperativa se coloca como um espaço vocacionado para o desenvolvimento do ser humano, pois o coloca como centralidade num contexto democrático.

Conceição (2005, p.134) traz à tona a discussão acerca do papel do sucateiro e da indústria – agentes exploradores dos catadores dos quais expropriam a maior parte do valor primário da reciclagem do lixo. O sucateiro possui infraestrutura para o trabalho – balança, prensa, triturador, caminhões, galpão, telefone e capital –, o que permite que leve vantagem

na negociação com as cooperativas e associações: “Esse monopólio comercial do sucateiro representa a espoliação desses ‘agentes ambientais’ e sua perpetuação em condições de plena degradação humana”.

Já os setores industriais e comerciais, por sua vez, são os que determinam os valores da matéria-prima virgem e dos produtos reciclados e, com isso, mantêm a hegemonia capitalista de exploração, favorecida pela informalidade das organizações dos catadores, o que implica a formação de cartel. Além disso, ainda segundo ótica de Conceição (2005), as indústrias, grandes poluidoras, acabam optando pelo manto “social” da geração de emprego e questões econômicas, consideradas de primeira ordem, deixando para a sociedade civil e o governo as questões que deveriam ser de responsabilidade delas, como dar destino ao lixo gerado. Essa é, sem dúvida, mais uma complexa questão.

2.7 Associações de reciclagem como instrumentos de geração de renda

O olhar de Conceição (2005, p.30) acerca da reciclagem é pleno de perspectivas. Nesse sentido, defende-a “como uma alternativa econômica e ambientalmente correta, pois, além de criar renda, minimiza os problemas ambientais gerados pelo lixo; a reciclagem do lixo pode ser viável economicamente” e localiza as cooperativas como forma organizativa adequada para esse fim, enfatizando o aspecto da gestão profissional como condição *sine qua non* para tal: “Essas associações de cunho autogestionário, com uma gestão profissional e com planejamento ambiental voltado para a melhoria da qualidade de vida do catador, acabam por gerar um serviço de sustentabilidade do planeta enquanto gerador/sustentável de vidas.”

Em termos de geração de renda, Veiga (2001) sublinha a inadequação dessa forma organizativa para transações comerciais, ao ponderar que:

Mesmo que esta forma de utilização da associação seja contestável do ponto de vista legal, já que não é de natureza das associações se dedicar ao comércio e sim apenas à promoção e assistência social, os pequenos produtores rurais e os artesãos organizados desconhecem (onde puderam) as possíveis reações das Coletoras Estaduais e das delegacias de Receita Federal, para as constituir em intermediárias de comercialização de produtos em quase todas as partes do Brasil.

A forma mais adequada para a realização de atividades comerciais para os/as trabalhadores/as é a cooperativa, mas como a associação é mais fácil de administrar e sua legalização é menos dispendiosa, num primeiro momento e dependendo do contexto do grupo, esta tem se mostrado uma forma adequada para os grupos de trabalhadores que iniciam uma atividade conjunta, sobretudo os artesãos e pequenos produtores rurais (VEIGA, 2001, p.20).

Explicita também sua preocupação em relação à possibilidade de ranhura nos

princípios democráticos que devem nortear esses arranjos:

Qualquer organização gera uma ação comum a partir da união de forças. Entretanto, ela pode se transformar em um instrumento de dominação e exploração por parte do poder instituído e assim torna-se um meio para alienar e massificar pessoas, colocando-as a serviço dos interesses de poucos. Para que isso não ocorra, voltamos a insistir que a organização não pode existir sem antes haver uma formação /capacitação do grupo, educando a todos para a ação crítica e consciente que garanta os princípios e os objetivos da organização através de uma gestão democrática e transparente (VEIGA, 2001, p.20).

Parece oportuno questionar, à guisa de reflexão, até que ponto os instrumentos legais respondem à questão da justiça social. Subjacente à questão da renda está a questão da pobreza que, segundo Benvenuto (2006, p. 105) (in: *Mídia e Direitos Humanos*, p.105-109, UNESCO, 2006), “[...] é ausência de Direitos Humanos”. Nessa perspectiva, o conceito de pobreza e suas manifestações se alargam para significar, além da falta de acesso a bens materiais, a ausência de capacidades que permitem o desenvolvimento do indivíduo. Sen (2002, p.109-138), citado na obra já referida, concorda que a renda baixa é uma determinante da pobreza, mas também argumenta que, para desfrutar de uma vida plena, as pessoas necessitam também de outros recursos que incluem direitos, liberdades e oportunidades, além das bases sociais do respeito próprio. Sublinha-se que essa abordagem é, acima de tudo, uma provocação e se distancia de uma apologia à ilegalidade.

A atividade de reciclagem, quer realizada por uma associação quer por uma cooperativa, é necessária por várias razões: ecológica, por evitar as devastações das florestas pelo saque de matérias virgens; sanitárias, por aumentar a vida útil dos aterros sanitários; econômicas, por implicar também economia de energia – reciclagem de alumínio, por exemplo, além de preservar os estoques de minerais promove uma economia de 95% em gastos de energia - política; e, ainda, como instrumento e geração de emprego e renda.

Note-se o destaque dado à questão da gestão, aspectos comuns às ideias de Conceição (2005) e Veiga (2001). Nesse sentido, retoma-se, como um dos instrumentos de gestão, a questão da avaliação como mecanismo de cidadania, defendida neste trabalho, e objeto de discussão do capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E CIDADANIA

As mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas no cenário brasileiro têm implicado a crescente participação das OTS, atuantes no espaço público, onde desempenharam funções, através de prestação de serviços nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, geração de renda, dentre outras.

Concomitantemente à expansão de sua atuação, têm crescido as exigências de transparência no uso dos recursos e de efetividade dos programas por elas desenvolvidos. Nesse contexto, a avaliação surge como instrumento capaz de responder a essa solicitação, com notável potencialidade em direção à cidadania.

Dentro da ótica dessa última, a inserção econômica (aumento do poder de compra com reflexos na melhoria da qualidade de vida ou do tipo política), por meio da participação efetiva dos beneficiários do projeto, tem demandado inúmeros esforços. Não se trata aqui daquela participação do tipo “colaboração”, mas da inclusão dos sujeitos nos processos de planejamento e no compartilhamento dos resultados.

Sob tal perspectiva, cresce o uso da avaliação como ferramenta de mensuração nas mais diversas áreas, seja no espaço privado, seja no espaço público. Entretanto, segundo Gomes (2001), no campo social, especificamente quanto à gestão social, a avaliação ainda não constitui uma tradição.

No âmbito internacional, a linha histórica registra iniciativas dos Estados Unidos, na década de 1960, em busca de um instrumento que permitisse verificar o grau de sucesso do Estado nas suas intervenções. Referido contexto histórico da emergência e legitimação do processo de avaliação centra-se no modelo funcionalista clássico de avaliação de políticas sociais e está estreitamente ligado à emergência da avaliação de políticas públicas relativas a programas de combate à pobreza (SILVA *et al.*, 2001, p.18). Neste enfoque a mensuração dos objetivos previstos, dentro da tradição tecnocrática, preocupa-se primordialmente com os instrumentais técnicos e metodológicos, desconsiderando-se, por sua vez, os aspectos políticos envolvidos na questão.

Na América Latina, a crise econômica mundial, a partir de 1980, determinou que houvesse maior controle dos gastos públicos de forma a permitir uma maior e melhor alocação dos recursos públicos, dadas as consequências que a crise econômica mundial provocou nos orçamentos públicos e na capacidade de arrecadação do Estado (SILVA *et al.*, 2001).

A década de 1980 data um novo momento na história da avaliação no Brasil. A exigência se faz rigorosa em relação à avaliação das políticas públicas, ganha espaço em documentos oficiais e em estudos científicos. Entretanto, como prática sistemática, os resultados se mostraram muito tímidos. Na década de 1990, com a estabilidade econômica do país garantida e a retomada do desenvolvimento, as diferentes instâncias governamentais começaram a envidar esforços para modernizar a administração pública, minimizando custos e maximizando resultados (GOMES, 2001).

Nesse cenário, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas adquirem maior importância em face da necessidade de ferramentas que possibilitassem ao governo o controle e a articulação de suas ações na busca de melhores resultados. Nesse contexto, concebe-se como imperativa uma reforma administrativa, visando a uma gestão pública mais eficaz, eficiente, flexível, transparente, profissionalizante e, principalmente, comprometida com os resultados efetivos.

Ultrapassando os limites governamentais, a importância da avaliação é ratificada por especialistas que a veem como elemento estratégico para consecução de resultados ótimos das políticas, programas e projetos. Cohen (1993, p.16) defendem a importância da avaliação em programas governamentais: “A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes, se não forem avaliados os resultados de sua aplicação”.

A partir de 1998,

[...] performance e resultado ganharam destaque e reconhecimento no interior das organizações governamentais, levando a um novo modelo de se planejar as ações do governo: O modelo de gestão por programas. Uma das características fundamentais desse novo modelo consiste na avaliação anual dos programas e do plano, chamada de avaliação de desempenho (BERNARDONI *et al.*, 2008, p. 382).

Esse tipo de avaliação é sinônimo de

avaliação formativa, avaliação de processo ou de eficácia e tem por objetivo fazer as coisas certas. A essência do trabalho do avaliador é acompanhar, observar e testar o

“desempenho” do programa para aprimorá-lo. Este acompanhamento inclui o diagnóstico das eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos, bem como da adequação ao público-alvo e do impacto do programa, aumentando sua adequação aos seus objetivos e metas. A interferência orientada pelos resultados da avaliação, nos casos de avaliação formativa, é direcionada para os aspectos intrínsecos ao Programa (FARIA *apud* BERNARDONI, 2008, p. 382).

A definição de Faria, que se coaduna com a da UNICEF (1990, p. 72), entende tratar-se

[...] do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultado, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos” (FARIA, 1998 *apud* BERNARDONI, 2008, p. 382).

Já Cohen (1993, p.76) explica que a ONU define avaliação como o “processo orientado a determinar a sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos”. Disso pode-se inferir que é uma atividade realizada em etapas, com a finalidade de comparar objetivos delineados e resultados alcançados, utilizando-se a racionalidade no emprego dos recursos e almejando-se a qualidade dos resultados alcançados.

Para esses autores, a avaliação “é uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos” (1993, p. 77). A noção referida apresenta-se reduzida em relação à de Carvalho e Paz (1999) e permite inferir a sua pertinência e aplicabilidade em avaliação do tipo clássica, pela relevância dada à eficácia e eficiência, em detrimento da efetividade.

A referida concepção guarda consenso com Ramos (2007), o qual prima pela perspectiva de comparação entre medidas e parâmetros para chamar a atenção quanto aos riscos envolvidos de superestimação ou subestimação de metas ou objetivos. Metas superestimadas poderiam levar a julgamentos como fracassos em programas de qualificada implementação; de outra forma, a subestimação de metas poderia levar a falsas avaliações positivas. O fato é que tanto uma situação quanto a outra poderia decorrer de um plano mal formulado.

Carvalho e Paz (1999), em material elaborado para o seminário técnico do Programa Habitar Brasil¹⁴, fazem alusão à avaliação como um ato de “julgar uma ação a partir de um referencial de valores explícitos e aceitos como tal pelos sujeitos que avaliam” (Slide 3).

¹⁴ Apresentação em PowerPoint, Sobre o assunto consultar: <http://www.cidades.gov.br.secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoehbb/biblioteca/avaliacao-de-pos-ocupacao/subsidios-para-avaliacao-de-pos-ocupacao/4-2%20-AvaliacaoProjetosSociaisIdeiasPrincipaisMariaCarmoBrantCarvalho.pdf>.

Nesse fazer identificam-se processos e resultados, comparam-se dados de desempenho, julga-se, informa-se e propõe-se. Nesse sentido, apresenta-se como ação referenciada em compromisso ético-político, e consiste em: instrumento de gestão, *accountability* - prestação de contas e transparência, de controle social, estratégia e de aprendizado coletivo, pois produz conhecimento sobre a ação. Ressalta-se, que é uma atividade educativa e, se baseada em valores, não neutra.

Distanciando-se das alusões de caráter geral feitas anteriormente por Cohen (1993) e Carvalho e Paz (1999), Roche (2002, p. 37) delimita sua abordagem e explicita seu entendimento sobre avaliação de impacto. Para isso, recorre aos estudos de revisão teórica sobre avaliação realizados por consultores da *Oxfam* e da *Novibs*,¹⁵ os quais a define como: “a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações. Tais mudanças, resultantes das ações” de materialização dos programas sociais não se dão de forma linear. Cada uma pode ocorrer repentina ou imprevisivelmente e está sujeita a uma concorrência de fatores que se combinam de determinada forma.

Ressalta, ainda, o entendimento de que tanto na literatura quanto na rotina das empresas, a avaliação e o monitoramento são vistos como processos semelhantes. A esse respeito, diz que o monitoramento: “(...) é o acompanhamento sistemático das atividades ou ações executadas; dos produtos, resultados e impactos gerados; do processo de sua execução; do contexto em que ele se realizou; ou de qualquer outra dimensão que se queira acompanhar”, enquanto a “avaliação é a análise dos produtos gerados, dos resultados alcançados ou dos impactos de um projeto ou programa de um projeto, de um programa ou do plano estratégico.” (EHLERS & CALIL, 2004, p. 104).

Cohen & Franco (1993, p.76) também abordam a questão, sublinhando a distinção entre os dois termos. Denominando também “acompanhamento”, definem monitoramento como “o exame contínuo ou periódico efetuado pela administração, em todos os seus níveis hierárquicos, do modo como se está executando uma atividade”. Divergem, pois, da concepção dos autores sobre a avaliação anteriormente mencionada.

Em consenso, Ehlers & Calil, (2004, p.104) e Cohen & Franco (1993), pontuam a característica básica que distancia o monitoramento da avaliação. Acreditam que o monitoramento é uma atividade gerencial de âmbito interno que se realiza durante o período de execução de operação. Assim, jamais poderá ser realizada antes ou depois da realização de

¹⁵ Pressupõe-se não se tratar de siglas, pois o autor consigna uma lista de siglas da qual essa não consta.

qualquer etapa de um projeto. A avaliação, no entanto, pode ser realizada antes (avaliação *ex-ante*) e depois (avaliação *ex-post*), e muito tempo depois (avaliação de impacto) (ONU 1984 *apud* COHEN, 1993).

Chianca et al. (2001 *apud* AGOSTINI, 2001) distinguem avaliação de pesquisa avaliativa com base na finalidade de cada uma. Para eles, a pesquisa avaliativa compromete-se claramente com a geração de conhecimento, testes de teorias, estabelecimento da verdade e/ou generalizações no tempo e no espaço, enquanto a avaliação de programas visa a gerar informações relevantes para tomadas de decisões, melhoria de programas existentes, orientação para o desenvolvimento de outros no futuro.

Cohen (1993) distingue a avaliação da pesquisa social a partir dos objetivos a que se propõe e ainda tipifica esta última em pesquisa social básica e aplicada. Nessa configuração, pesquisa social básica efetiva-se a partir de métodos próprios, visa a um fim puramente cognitivo, orienta-se para a produção científica e resulta no que se denomina “ciência pura”. A pesquisa aplicada também objetiva a produção de conhecimentos, mas para modificar a realidade. É fundamental para a elaboração de projetos, pois se envolve na busca de informações para aumentar a racionalidade nas tomadas de decisões, hierarquizando os projetos, proporcionando instrumentos para escolher a melhor alternativa de execução e melhorando seu processo de implementação. O grau de maior aproximação constata-se entre a pesquisa aplicada e a avaliação. No entanto, ambas se distanciam na medida em que a avaliação utiliza-se de metodologias e técnicas próprias, tais como: análise custo-benefício – ACB e análise custo-efetividade – ACE.

3.1 Tipos de avaliação

A avaliação tem sido pensada e realizada por diversos autores de diversas formas, desde que se colocou como disciplina. Igualmente, os avaliadores têm adotado uma multiplicidade de concepções, ensejando especificar concretamente o processo avaliativo que defendem. Assim, existem vários tipos de avaliação baseados em critérios distintos (CANO, 2006).

O modelo mínimo centra-se nos objetivos estabelecidos para um programa e tem como ponto focal o modo de apresentação dos resultados observados. Esse modelo apresenta um padrão básico de resposta que vai se ampliando pelo que chama de extensão. Nesse primeiro

momento, o avaliador, ao elaborar o relatório de apresentação dos resultados, responderá “sim” ou “não” sem emitir nenhum juízo de valor ou mesmo sugestão alguma.

Como referido anteriormente, esse modelo básico pode ser estendido. A sua primeira extensão seria a formulação de juízos, modalidade em que o avaliador, na apresentação do resultado encontrado, não emite juízo de valor e não oferece nenhuma sugestão. Nesse caso, cabe a elaboração de uma síntese final, visando a responder sobre a eficácia do programa, recomendações relativas às tomadas de decisões, cuja realização ficará por conta de quem encomendou a pesquisa.

A segunda extensão aborda os efeitos do programa. Objetiva examinar se o programa surtiu os efeitos esperados e indicar as intercorrências havidas. Nesse sentido, analisam-se as etapas de implementação e a intensidade dos tratamentos para determinar a eficiência de cada um desses componentes.

A terceira extensão volta-se para o próprio uso da avaliação. Nessa perspectiva, o avaliador tem como preocupação quem irá fazer uso da avaliação. O propósito é orientar esforços para facilitar o uso da mesma.

A quarta extensão pressupõe que os resultados do programa podem apresentar um *plus* a mais em termos de resultados. Isto é, além dos previstos, podem-se detectar outros imprevistos – positivos e/ou negativos, anuladores do benefício original. Essa extensão, portanto, consiste na análise das variáveis dependentes e qualquer outra capaz de ser diretamente influenciada.

A quinta extensão tem como foco o beneficiário do processo avaliativo – quem deve ser informado, influenciar os objetivos da avaliação. O avaliador deverá levar em conta os setores interessados: financiadores, governos, comunidade, enfim, a sociedade em geral.

A sexta e última extensão foca a posição do avaliador no que diz respeito à neutralidade e à objetividade do processo. Parte-se do pressuposto de que inexistem ciência social e avaliação neutra, e mostra-se algumas alternativas para assegurá-la. Assim, alguns autores sugerem que o avaliador deve apresentar a interpretação dos resultados colhidos na avaliação, considerando cada um dos setores interessados, divulgando-os para posterior debate.

Em relação à questão da objetividade inerente à sexta questão, Cano (2006), interpretando diversos autores, sustenta que os especialistas deveriam, para assegurar a objetividade, interpretar o impacto à luz de valores socialmente aceitos e consensuais, como igualdade, liberdade entre outros; também existe a indicação de que deveriam optar por um

esquema valorativo concreto, inerente aos usuários do programa. Outros, cômicos de que esse processo é político, sugerem que o avaliador assuma uma posição em defesa das minorias.

Relacionadas a essas abordagens do modelo mínimo ampliado, existem vários tipos de avaliação: avaliação de processos; avaliação de impacto - tida como a mais importante; avaliação custo-benefício; avaliação custo-efetividade; avaliação consumada, que implica na formulação de juízo do avaliador; avaliação de especialistas; avaliação de metas; avaliação dirigida pela teoria; avaliação focalizada na utilização; avaliação livre de metas e avaliação de necessidades.

Ainda em relação modelo mínimo estendido, em que a discussão centraliza a questão da objetividade do processo, Cano (2006) destaca que:

Uma coisa é advertir os problemas da objetividade e da neutralidade na avaliação e exigir que a perspectiva e as bases dos juízos do avaliador sejam claramente explicitadas. Outra coisa muito diferente é renunciar propositadamente à tentativa de avaliar os programas da forma mais neutra possível, convertendo a avaliação numa militância em prol de uma visão de mundo. Obviamente, todos podem e devem defender seus ideais, inclusive o avaliador. Só que essa luta política deve ser realizada enquanto cidadão, não enquanto avaliador. (CANO, 2006, p. 99)

Vale ressaltar que, de alguma forma, num ou noutro aspecto, a modalidade de avaliação apresentada por Cano (2006) relaciona-se com um conjunto de abordagens analisadas a seguir.

Oliveira (1999, p.54), dialogando com Pestana (1998), contribui para a discussão sobre a avaliação, apontando requisitos, princípios e enfatizando sua importância. Na sua concepção, a avaliação é um importante instrumento para o efetivo exercício do controle social, cuja construção deve ser pautada em princípios e requisitos básicos dos quais a visibilidade social é o primeiro a que se faz referência. Nesse contexto, o princípio ético recomenda “a prestação de contas a todos os envolvidos nos programas sociais de forma a identificar e apresentar os resultados e os produtos obtidos, sinalizando os caminhos que ainda devem ser percorridos”.

O segundo, responsabilidade compartilhada, implica identificar a parcela de contribuições de cada segmento envolvido na obtenção de resultados. Essa medida, além de assegurar a eficácia do processo, suscita o comprometimento de todos em torno da implementação de ações corretivas e de constante aperfeiçoamento,

O terceiro princípio – legitimidade – diz respeito à fidedignidade do processo e seus resultados. Trata-se de estabelecer e apresentar claramente as regras, pautadas “no rigor

metodológico, na análise crítica e consciente que leva a diagnósticos válidos e confiáveis, evitando conclusões superficiais” (OLIVEIRA, 1999, p.14), além do compromisso com a utilização dos resultados para a (re)formulação de políticas, programas e projetos sociais.

O quarto princípio – continuidade – aponta para o caráter de recorrência do qual deve se revestir a avaliação como meio de aperfeiçoamento, tanto do programa como de si própria enquanto instrumental. Compreende o fluxo circular e contínuo por que passam as várias etapas do programa, avaliam-se os impactos e se procede aos ajustamentos necessários.

Some-se aos princípios mencionados a implementação, etapa de conserto em que se procede a “entendimentos e cooperação, mobilização de parcerias, politização e capacitação dos atores envolvidos” para identificação das demandas e necessidades. O importante é que, nesse conserto, priorize-se o coletivo, em detrimento do particular, (FARIAS, 1988 *apud* OLIVEIRA, 1999).

Oliveira (1999) apresenta também as tendências de avaliação de programas sociais fundamentadas nos critérios de efetividade, eficácia e eficiência correntes na literatura. Trata-se de uma classificação que deve ser entendida como meio de separação de aspectos distintos dos objetivos e, por consequência, da abordagem, dos métodos e técnicas de avaliação.

Assim, avaliar a efetividade de um programa significa examinar os impactos produzidos efetivamente na vida das pessoas, especificamente em decorrência da implementação de um programa. Isso significa a constatação de mudanças efetivas nas condições sociais prévias de vida da população atingida pelo programa sob avaliação. Destaca-se que tais estudos são demarcados pela dificuldade de se estabelecer o vínculo causal entre produtos/serviços oferecidos e impactos.

A avaliação de eficácia visa a examinar a relação entre os objetivos e instrumentos de um determinado programa e seus resultados efetivos. Implica comparar os objetivos e metas definidos para o programa e relacioná-los, baseando-se nas informações disponíveis dos resultados alcançados (OLIVEIRA, 1999).

Avaliação de eficiência tem como finalidade avaliar a inter-relação do esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. Essa modalidade se faz necessária e urgente, tendo em vista a dificuldade crescente de se obterem novas fontes de recursos. Assim, o meio mais acessível para potencialização e economia dos recursos é racionalizar seu uso (ARRETICHE, 1998, *apud* OLIVEIRA, 1999).

Farias (1998 *apud* OLIVEIRA, 1999), alarga as possibilidades explicitadas por Arretche (1998) e propõe que se classifiquem os estudos de avaliação em quatro tipos:

avaliação *ex-ante*, de eficiência, formativa e somativa ou *ex-post*. A avaliação *ex-ante* consiste no levantamento do que será necessário para a implementação do programa, bem como sua real possibilidade de realização. “Inclui a definição de seus objetivos, âmbito de aplicação, caracterização dos beneficiários e de suas necessidades” (FARIAS, 1998 *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 58).

A avaliação de eficiência recai sobre as atividades destinadas ao acompanhamento e monitoramento dos programas. Trata-se de examinar para adotar as medidas cabíveis em tempo hábil, corrigindo qualquer distanciamento ou estrangulamento dos itens definidos quando da avaliação *ex-ante*. “Isso pode implicar modificação dos cenários jurídico-administrativo, financeiro, organizacional, bem como requalificar recursos humanos envolvidos (FARIAS, 1998 *apud* OLIVEIRA (1999, p. 58).

A avaliação formativa consiste na implementação simultânea da avaliação de processo e da eficácia no curso do programa, com o objetivo de correção das atividades e, por conseguinte, do aprimoramento do programa. O papel do avaliador é acompanhar a realização das atividades, a cada etapa do processo – observando e testando seus desempenhos com vistas a garantir o aprimoramento, visando à eficiência (Idem p.58).

A avaliação somativa ou *ex-post* consiste num olhar retrospectivo e comparativo direcionado para dois programas concorrentes, com vistas à maior ou menor efetividade destes. Esse olhar pode resultar na determinação de continuidade “do projeto executado e a validade de sua aplicação em outros campos de trabalho”; poderá evidenciar os fatores determinantes para o êxito ou limitação do projeto; e, ainda, “elaborar um juízo acerca do custo do projeto” (Idem, p. 58).

De modo sintético, a apreensão das especificidades pode ser facilitada pelo quadro 5 abaixo:

DIMENSÃO	MONITORAMENTO	AVALIAÇÃO FORMATIVA	AVALIAÇÃO SOMATIVA
Caracterização	Acompanhamento de ações e tarefas referentes ao plano de execução	Acompanhamento de ações e tarefas referentes ao conteúdo, método e instrumentos do programa	Exame e análise de objetivos, impacto e resultados
Momento/ Tempo	Processo contínuo durante a execução	Acompanhamento do processo, com coleta de dados e registros de observações específicas para avaliação	Tomadas pontuais antes, durante e depois para avaliar o impacto
Objetivo	Identificar o progresso com respeito ao plano de trabalho	Identificação dos aspectos do programa que devem ser aprimorados	Análise das relações entre processo, resultados e impacto, comparando

			diferentes programas
Atitude	Gerencial	Descritiva, clínica, corretiva	Análítica, normativa, prescritiva
Recomendações	Ajustes do plano, das condições operacionais e correção dos rumos	Aprimoramento do conteúdo, objetivos, foco e metodologia do programa	Revisão de ações recursos e metas

Quadro 5 – Principais características das atividades de monitoramento, avaliação formativa e somativa.
Fonte: FARIA (1998, p.46)

Quanto às avaliações *ex-ante* e *ex-post*, Cohen (1993) consigna os vários elementos a partir dos quais se tipificam as avaliações, tais como: tempo de sua realização, objetivos perseguidos, quem as realiza, a natureza que possuem, a escala que assumem e a alçada decisória a que são dirigidas. Assim, em função do momento de sua realização, e com raízes fincadas na economia, a distinção clássica se faz entre a avaliação *ex-ante* e *ex-post*.

Avaliação *ex-ante* é implementada no início do projeto, antecipando fatores considerados decisórios no processo – tem por finalidade propiciar critérios racionais para uma tomada de decisão qualitativa no que diz respeito à implementação ou não do projeto. Permite, ainda, organizá-lo segundo sua eficiência, orientada para a consecução dos objetivos propostos.

Para esse tipo de avaliação, indica-se como metodologia adequada a análise custo-benefício – ACBe a análise custo-efetividade – ACE. Ressalta-se, no entanto, que a ACB é mais adequada para análise de projetos econômicos, enquanto a ACE apresenta maiores potencialidades para a avaliação de projetos sociais.

A avaliação *ex-post* é aplicada em projetos em andamento ou já concluídos, visando à obtenção de elementos de apoio à tomada de decisões qualitativas ou quantitativas. À dimensão temporal “do durante a realização do projeto” ou “após a conclusão do projeto” correspondem as avaliações de processo ou avaliação terminal.

A avaliação de processo ocorre durante a realização dos projetos, afetando a organização e as operações. Via de regra, objetiva detectar as dificuldades que ocorrem na programação, administração e controle, visando à sua correção oportunamente. O seu resultado determina duas decisões de natureza qualitativa e quantitativa. A primeira recai sobre a pertinência ou não de se continuar com o projeto, tendo em vista os resultados constatados. Em face de decisão afirmativa, surge outra dimensão, a quantitativa, que também implica duas opções: manter o desenho original ou introduzir modificações na programação.

O diagrama a seguir elucida aspectos da análise *ex-post*:

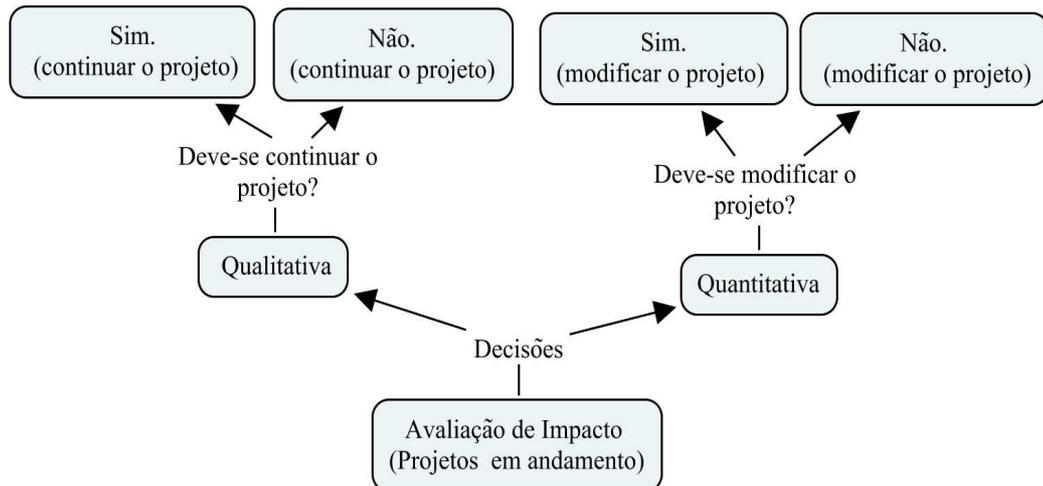


Figura 3 – Diagrama das decisões na avaliação ex-post - projetos em andamento, baseado em COHEN(1993).
Fonte: Pesquisadora.

Tratando-se de projetos concluídos, tem-se a avaliação de impacto, a qual, analisando o realizado, tenta determinar em que medida o projeto alcança seus resultados e quais são os efeitos secundários não previstos de sua aplicação. Visa ao posicionamento acerca do uso futuro da experiência realizada e se expressa na resposta à pergunta: deve-se continuar aplicando esse tipo de projeto?

A resposta coloca em evidência duas dimensões: quantitativa e qualitativa. A dimensão qualitativa implica decidir se, no futuro, deve-se realizar projetos similares ou não. Ocorrendo a resposta afirmativa, ou seja, decidindo-se pela aplicação no futuro, emerge a dimensão quantitativa.

O formato dicotômico, o tipo “sim ou não” (ver Figura 5), visa a decidir sobre a manutenção ou não do desenho original do programa. Dessa forma, o *sim* implica a conservação do modelo; o *não* implica a sua modificação.

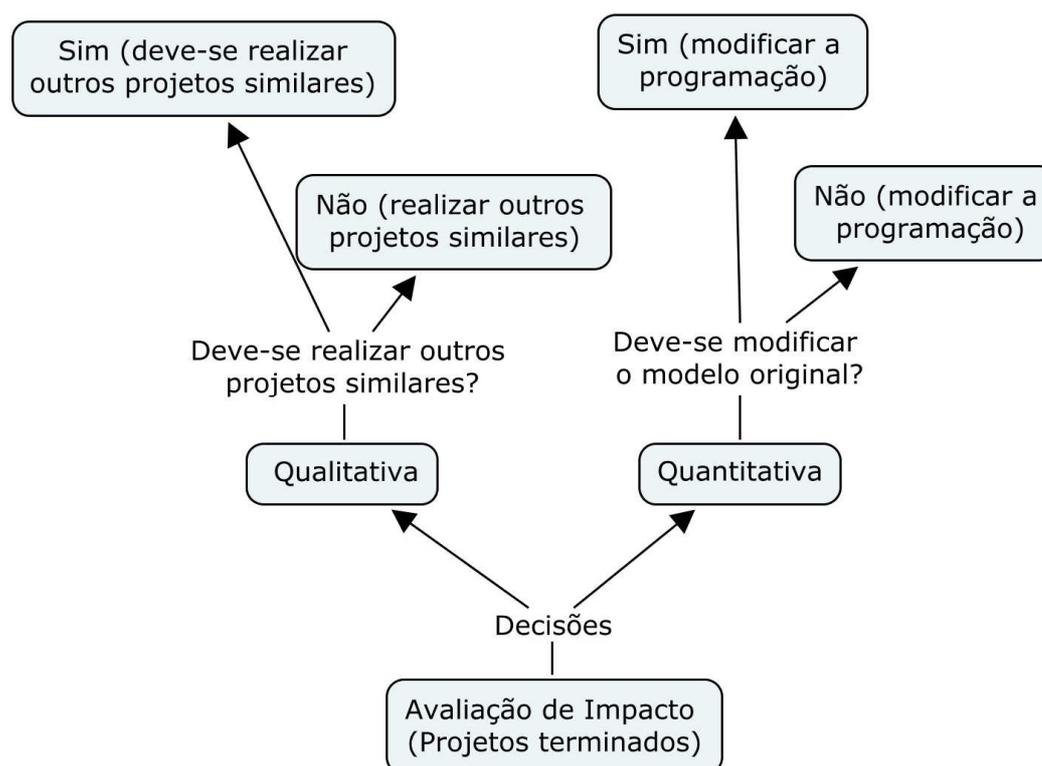


Figura 4 – Diagrama das decisões na avaliação *ex-post* – projetos terminados
Fonte: Elaboração própria, baseada em COHEN (1993).

A avaliação também pode ser tipificada em função de quem realiza o processo. Nessa abordagem, apresentada por Cohen (1993), apresentam-se quatro possibilidades: a avaliação externa, a interna, a mista e a participativa.

A avaliação externa é realizada por pessoas alheias à organização-agente. Ou seja, os avaliadores não pertencem aos quadros da organização que implementa o programa e/ou projeto. Normalmente, a escolha desses atores fundamenta-se na pressuposição de que tenham capitalizado conhecimento e experiência decorrentes de outras vivências, as quais servem de parâmetro para o estabelecimento da eficácia e eficiência de diferentes soluções para os problemas emergentes (COHEN, 1993).

A avaliação interna é realizada dentro da organização gestora do projeto. Os realizadores podem ser pessoas ligadas ao projeto ou mesmo a um setor específico. A ideia subjacente a essa opção é a não geração de conflitos próprios da avaliação externa – entre o pessoal da organização responsável pelo projeto e o pessoal externo encarregado de realizar a avaliação. Como ponto positivo identifica-se a possibilidade de colaboração e conhecimento dos atores envolvidos. Destaca-se, entretanto, a questão da objetividade como fator crítico,

[...] já que a organização agente seria 'juiz e interessado'. Dizem que seus membros teriam idéias preconcebidas a respeito do projeto tanto por interesses (já que foram eles que o formularam ou o executaram e, por isso, não irão querer mostrar um possível fracasso), como por valor (no sentido que se encontram identificados com os objetivos e a forma escolhida para atingi-los) estando portanto menos capacitados para apreciar o projeto de forma independente e imparcial (COHEN, 1993, p. 112).

A avaliação mista associa num mesmo processo as avaliações anteriores: interna e externa. Assim, trabalham juntos tanto os avaliadores internos quanto os externos. Pensa-se, com isso, superar as dificuldades inerentes a cada uma.

Por fim, a avaliação participativa pode ser definida como aquela em que atuam juntos o avaliador e a população-objetivo. Tenta resolver uma lacuna presente nas anteriores – a ausência da população-objetivo. É aplicável a pequenos projetos que procuram fixar as mudanças propostas a partir de uma resposta endógena do grupo. O fato relevante nessa prática é o envolvimento dessa população no planejamento, programação, execução, operação e avaliação do projeto.

Cohen (1993) apresenta a possibilidade de se considerar o tamanho do projeto como critério de avaliação. Nesse tipo, considera-se o tamanho do projeto, que está relacionado ao número de pessoas afetadas e ao volume de recursos necessários para a consecução dos objetivos delineados. Considerando esses aspectos, é possível distingui-los pela estratégia, lógica e roteiro da avaliação.

A estratégia da avaliação nos grandes projetos é analítica e objetiva. A primeira implica a decomposição dos projetos em suas dimensões constituintes, seguida de avaliação parcial das diversas etapas para medir o sucesso alcançado em objetivos intermediários, apreciar o progresso na busca dos objetivos específicos e o grau de eficiência da organização. Em síntese, focaliza a adequação administrativa aos objetivos do projeto como também os fluxos para o projeto. Nos projetos de pequeno porte, a estratégia de avaliação é basicamente qualitativa, com ênfase na compreensão do conjunto e dos casos individuais que o integram.

Em relação à lógica da avaliação, a diferenciação entre grandes e pequenos projetos corresponde à predominância da lógica indutiva nos primeiros, e indutiva nos segundos. Em consonância respectiva, “os objetivos decorrem de um modelo causal que se expressa em hipóteses articuladas entre si. Sua verificação exige construir variáveis, indicadores e índices que permitam determinar em que grau o projeto modificou a realidade em relação aos seus objetivos” (COHEN, 1993, p. 116). Nos pequenos (ver Quadro 7) é prescindível a desagregação em dimensões componentes. O avaliador, a partir da observação da realidade, julga o projeto como um todo.

Para Cohen (1993, p. 116) “Os objetivos supõem hipóteses de caráter geral, que não admitem a rigorosa especificação (...). Tenta-se encontrar convergências nos valores, atitudes e comportamento do grupo focal e construir, a partir disso, hipóteses em que sejam incluídos” Em decorrência, é comum descobrir que os objetivos reais do projeto – constatados pelo avaliador – diferem substancialmente dos que orientam sua formulação.

Considerando o roteiro da avaliação – em destaque as técnicas de análise – os resultados da avaliação e os avaliadores, observam-se também discrepâncias importantes, visíveis nos quadros a seguir, que devem ser vistos apenas como um recurso para facilitar a apreensão do assunto:

Grandes projetos		
Técnicas de análise	Resultados da avaliação	Avaliadores
Quantitativas, às vezes complementadas por outras do tipo qualitativo	Gerais (Cabe diferenciar etapas, dimensões, processos ou níveis diferentes, fazer afirmações relacionadas às suas particularidades, tratar os indivíduos participantes ou afetados pelo projeto como classes de atores e não individualmente	Faz parte de uma equipe, e não está em permanente contato com as pessoas envolvidas – populações-meta, administradores e implementadores)

Quadro 6 – Elementos relevantes na avaliação de grandes projetos, baseado em COHEN (1993).
Fonte: Pesquisadora

Pequenos projetos		
Técnicas de análise	Resultados da avaliação	Avaliadores
Qualitativas (da antropologia cultural e etnografia): observação participante, as entre-vistas em profundidade, as histórias de vida	Fazem-se considerações específicas daqueles que participam, analisando-se os casos desviados	O avaliador está no próprio projeto

Quadro 7 – Elementos relevantes na avaliação de pequenos projetos, baseado em COHEN (1993).
Fonte: Pesquisadora.

As técnicas de análise são elementos distintos. Nos grandes (ver Quadro 6), predominam as técnicas quantitativas, às vezes complementadas por outras do tipo qualitativo. Nos pequenos, recorre-se mais ao qualitativo. Usam-se técnicas “próprias da antropologia cultural e da etnografia, como a observação participante, as entrevistas em profundidade, as histórias de vida, dentre outras” (COHEN, 1993, p. 116).

3.2 Importância da avaliação

Pensar a importância da avaliação implica refleti-la sob os aspectos técnicos, socioeconômicos e políticos. Ramos (2006) inicia uma reflexão a respeito, citando o pensamento de Sêneca, o qual traduz a questão da importância da avaliação de programas e da gestão do desempenho nas organizações em geral.

Normalmente, no exercício de refletir sobre a avaliação, emergem os aspectos técnicos e, como tal, a identificação de uma ferramenta capaz de informar. Tal informação, entretanto, necessita ser vista sob a ótica social, econômica e política. Assim, do ponto de vista social, o aporte que se dá ao fluxo corresponde à tessitura de uma sociedade civil,

composta de numerosas e influentes organizações; maior diversidade de interesses representados; cooperação e diálogo entre organizações, democracia interna, maior capacidade propositiva, legitimidade, autonomia e independência no sentido de resistir a pressões e interferências externas, responsabilidade social e cidadania democrática (BIEKART, 1996, *apud* RAMOS, 2006, p. 150)

Do ponto de vista econômico, impõe-se um olhar mais racional sobre o uso dos recursos, oportunidades, inteligências; componentes estratégicos em face da inadequação que se formata, evidenciando multiplicidades de necessidades a serem respondidas. Nesse sentido, a prática de avaliação leva a uma reflexão sobre a qualidade das ações e programas, no que se refere aos critérios de eficiência, eficácia e efetividade, de forma a maximizar os recursos e, por conseguinte, os benefícios. Leva a pensar, sobretudo, se os fins traçados para uma organização, um programa ou projeto são os mais apropriados e estão de acordo com sua vocação e missão.

A dimensão política abre janela para o exercício da cidadania. Gomes (2001) aborda o tema da avaliação de políticas sociais, inserindo-o no âmbito da discussão sobre a cidadania e a democracia no Brasil. A tese defendida é

de que a avaliação tem uma perspectiva política que deve ser resgatada no sentido de contribuir para garantir a efetivação e universalização dos direitos de cidadania, mas essa contribuição só se realiza quando os resultados por ela produzidos servem para a instrumentalizar a população nessa luta por cidadania (GOMES, 2001, p.18).

Arendt, (1983) *apud* Gomes (2001, p. 21) concebe a cidadania como um direito básico do homem, pois significa nada menos que o direito a ter direitos. Nessa linha, os direitos humanos pressupõem a cidadania como um princípio, pois a sua privação afeta a condição

humana. Assim, é através da garantia dos direitos inerentes à cidadania que nos tornamos iguais como membros de uma coletividade. Essa igualdade deve ser assegurada pelo direito, é uma conquista política, construída e elaborada convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização da comunidade política.

No Brasil, a construção da cidadania não é o resultado da ação conjunta dos homens através da organização política. Diferentemente, conforme Santos (1979) apud Gomes (2001), efetiva-se através da ação do Estado, de forma regulada, seletiva, privilegiando grupos sociais estratégicos no atendimento das suas necessidades e garantias de direitos sociais.

A centralização do poder no Estado facilitou a cooptação e a corrupção na oferta dos benefícios sociais à população. Assim, a política social não se constitui uma relação contratual entre pares, tampouco uma contrapartida dos direitos de cidadania (GOMES, 2001, p. 22).

Num contexto social marcado pela desigualdade e exclusão dos indivíduos, uma avaliação de natureza participativa pode se consubstanciar em processo de intervenção política. Nesse sentido, se concebida para além de um processo burocrático, levando em conta os valores do contexto e se publicitando os resultados conseguidos, certamente será um instrumento de inserção e cidadania.

Não se trata de desconsiderar os aspectos econômicos, mas de ultrapassar a lógica econômica própria do Estado ou da noção de rentabilidade econômica, definindo claramente o lugar dos setores econômico e social. Significa ir além do “caráter estritamente econômico e técnico da avaliação fundado no modelo funcionalista ou racionalista clássico que escamoteia seus princípios políticos, sem, contudo, negar a importância da dimensão técnica da avaliação de políticas sociais” (GOMES, 2001, p. 18).

Deve-se destacar, ainda, que a avaliação apresenta uma dimensão geral e outras específicas. A primeira, é pertinente em relação a qualquer organização. As específicas exigem atenção para sua aplicabilidade em setores não tradicionais como o TS. Como visto anteriormente, esse setor congrega as organizações não-governamentais.

Fowler (1996) apud Ramos (2006) ressalta, nesse segmento, uma tendência de crescimento da importância da avaliação em decorrência de vários fatores, dentre os quais o volume crescente de recursos oficiais para o segmento, o relacionamento com financiadores, convenientes abrigados por formas contratuais rigorosas das quais constam termos que exigem avaliações de impacto, o crescente reconhecimento da importância do trabalho de auxílio a países periféricos com o advento do final da Guerra Fria, a cobrança para que ONGs

demonstrem sua propalada capacidade junto à sociedade, a crescente percepção de que a efetividade organizacional é fortemente afetada pela capacidade de aprender destas organizações, exigindo-se, para isso, que atuem como sistemas abertos em intenso intercâmbio com seu ambiente.

Assim, destacam-se as ONGs que têm como finalidade melhorar ou fortalecer a própria sociedade civil, objetivando provocar microtransformações locais, ou no cotidiano, e/ou macrotransformações, mais globais ou sistêmicas. Atuam, pois, para superar discriminações (de gênero, étnicas, etária, entre outras) ou desigualdades (econômicas, de participação política, cultural, entre outras); ou para melhorar a qualidade de vida (saúde, meio ambiente, moradia). Esse conjunto de demandas e respectivas proposições para mudança remetem a dois eixos principais quanto à questão da cidadania e ao modelo de desenvolvimento.

Assim, a avaliação torna-se uma ferramenta de suma importância para essas organizações, na medida em que mostra o fluxo de suas ações, permitindo compará-las em vários momentos aos objetivos ensejados. Além disso, a avaliação confere transparência e possibilita controle social, necessários para

que a liberdade conferida ao terceiro setor não se traduza em irresponsabilidade, [uma vez que] a busca pelo incremento dos níveis de transparência na gestão e funcionamento das entidades que o compõem é um imperativo. Do mesmo modo, deve-se buscar o fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas, tendo como destinatário final a sociedade, e não mais o Estado — o que resultará na superação do atual paradigma de fiscalização estatal-burocrática (que se mostra ineficaz) pela idéia de amplo controle social, exercido *a posteriori*. Destaque-se que essas exigências assumem hoje redobrada importância não apenas na esfera nacional, como também na internacional, devido a suspeitas de que entidades sem fins lucrativos teriam sido utilizadas, em outros países, para acobertar atividades de grupos terroristas. Nesse contexto, a capacidade do terceiro setor brasileiro de ampliar o seu acesso a recursos técnicos e financeiros internacionais será largamente influenciada pela sua capacidade de atender às demandas por maior *accountability*. (GIFE, 2008, p. 71)

Do excerto acima se pode inferir o quanto é ilimitado o impacto negativo do que no Brasil se costuma denominar “falsas ONGs”. Ao agirem na contramão do bem-estar social, descapitalizam socialmente as outras organizações, pois o clima de desconfiança instalado desobedece fronteiras. Fortalecem-se, nesse caos, aquelas zelam pela transparência de suas ações.

As ideias de Gomes (2001), Ramos (2006) e GIFE (2008) se colocam como referenciais neste estudo de avaliação das atividades de uma ONG que tem como finalidade, dentre outras coisas, a melhoria do bem-estar social. Em função disso, o capítulo que segue

aborda análises referentes à ONG denominada ARPA, *locus* desta pesquisa, inserida na cadeia produtiva da reciclagem.

CAPÍTULO IV

A EFETIVIDADE DA ARPA: FONTE DE GERACÃO DE RENDA?

Este capítulo trata das análises e correlações elaboradas com base nas informações coletadas sobre a ARPA. Do seu conteúdo, dentre outros, consta o resgate histórico da formação da organização com ênfase à dinâmica das relações associativas; destacam-se também as condições físicas do ambiente – sopesando principalmente suas condições de higiene; aspectos da gestão do trabalho dentro do galpão, apresentando-se a precariedade da organização das relações de trabalho, e os conflitos; o perfil socioeconômico dos associados, em que se busca precisar a efetividade da reciclagem como geradora de renda, ratificada por mudanças reais nas condições de vida dos pesquisados. Ademais, focalizam-se as ações da associação com o fito de responder aos seus objetivos de preservação ambiental.

4.1 ARPA: Emergência e Constituição

A ARPA é uma decorrência da iniciativa do pároco Afonso, da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, de ajudar um grupo de pessoas que coletavam materiais recicláveis – papelão, papel, dentre outros –, no entorno daquela paróquia.

Essas pessoas trabalhavam precariamente, pois não dispunham de uma estrutura física onde pudessem estar e guardar os materiais coletados; usavam carrinhos cedidos por um atravessador que determinava o preço e lhes comprava os materiais coletados. Normalmente, a sua jornada de trabalho começava no horário da tarde, quando os comércios dos arredores liberavam os resíduos do dia (lixo), e só acabava altas horas da noite. Trabalho finalizado, essas pessoas não tinham onde guardar o produto do seu trabalho, de modo que dormiam nas calçadas da igreja, vigiando os carrinhos para não serem roubados, e esperavam a empresa abrir no dia seguinte a fim de negociar seu material.

Atento observador, incomodado com a situação dessas pessoas, o pároco percebeu em uma das catadoras, a senhora Alcinéia Cunha de Souza, atributos como determinação, capacidade de diálogo, articulação e auditividade. Em face disso, convidou-a para uma conversa, falou da ideia de formar uma associação e lhe propôs que tratasse do assunto com

as demais pessoas, enfim, que atuasse como articuladora no projeto.

Cheia de dúvidas, apostando pouco na sua capacidade para reunir o grupo, mas consciente das dificuldades vivenciadas como parte desse grupo, aceitou o desafio e conseguiu levar o grupo para uma reunião com o padre, ocasião em que a ideia foi compartilhada com todos. Houve outros encontros visando à materialização da proposta, o que resultou na formação de uma associação de catadores.

Como bem afirma Veiga (2001, p.9), as pessoas se juntam buscando “melhorar a vida, afirmar seus direitos, propor soluções para seus bairros, municípios e para o país, fortalecer-se e construir-se como sujeitos coletivos ativos, autores de transformações políticas, econômicas, e sociais”. Assim, são as necessidades que superam a capacidade individual de resposta das pessoas, que as impulsionam para a formação de associações.

O processo de construção da organização não foi orientado por um projeto formal. Nesse sentido, foram envidadas ações de respostas às demandas peculiares do empreendimento social em tese. Sucessivamente, além de outras, desenvolveram-se ações em busca de apoio e parcerias para a locação de um espaço físico – um terreno ou galpão, onde pudesse funcionar a sede da associação. Foram socorridos pelo projeto da Caixa Econômica Federal, que custeou, pelo período de um ano, o aluguel de um barracão. A essência da proposta era dar condições para que pudessem formar uma poupança e, ao fim do acordado, custearem suas próprias despesas.

Essa organização se desintegrou por conflitos diversos, inclusive relacionados aos critérios de repartição dos rendimentos do trabalho, partilhado igualmente com todos os associados, o que era percebido por alguns como injusto, pois colocava na mesma situação os que envidavam muitos esforços e aqueles que pouco o faziam. Os que deixaram a organização anterior resolveram formar sua “própria associação” e, dessa decisão, resultou a ARPA.

Iniciou-se também o processo de busca de apoiadores e parceiros para a construção do novo empreendimento. Dentre os dissidentes estava o senhor Raul Miranda Neto, esposo da senhora Alcinéia, o qual, depois de reiterados convites e superação do preconceito em relação à atividade, também tornou-se um catador. Segundo seu relato, um dia participou de uma reunião da qual já saiu com a ideia de criar a ARPA.

Imediatamente escreveu o estatuto, que mais tarde veio a ser registrado com o apoio da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no contexto das ações da Rede Universitária

Nacional (UNITRABALHO).¹⁶

A ARPA foi consultada e convidada a fazer parte do projeto na condição de incubada. A aceitação do convite propiciou à Associação, além de assessoria para o seu registro legal, a participação em diversos cursos relacionados ao viver e fazer de uma associação de reciclagem. De direito, a ARPA foi criada em 25.04.2007, tendo como sócios-fundadores: Raul Lima de Miranda Neto, Diretor-Presidente; Landy Lácio da Silva, Vice-Presidente; Sebastiana Assunção Calpes, Diretora Administrativo-Financeira; Joelson Amaral de Andrade, Diretor Operacional; Alcinéia Cunha de Souza, Conselho Fiscal; Maciel da Silva Lopes, Conselho Fiscal Suplente (ARPA/ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO E POSSE DA 1ª DIRETORIA E CONSELHO FISCAL, 2007).

Em 12 de dezembro de 2008 ocorreu eleição para a escolha da nova diretoria para o quadriênio 2009/2012, estruturando-se, posteriormente, o seguinte organograma na organização:

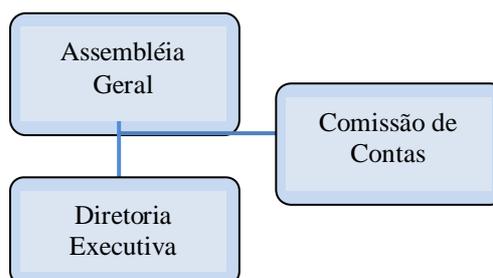


Figura 5 – Organograma Administrativo da ARPA
Fonte: A pesquisadora

A Assembleia Geral é composta por todos os associados de direito, em conformidade com o disposto no estatuto. A Diretoria é constituída, conforme Ata de Eleição de 12.12.2008, ainda não registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documento – RTD, pelos seguintes membros: Raul Lima de Miranda Neto, Presidente; Alcinéia Cunha de Souza, Vice-Presidente; Landy Lácio da Cunha, Diretor Administrativo-Financeiro; Cezar Sena de Oliveira, Diretor Operacional. O Conselho fiscal é constituído de uma única pessoa: Alcinei Izidoro da Cunha.

Em síntese, a ARPA é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos,

¹⁶ Conforme informação telefônica, em 24.05.10, às 09h13, entre a pesquisadora e Alexandre Costa, assessor administrativo: Unitrabalho é um nome de fantasia, e não uma sigla, composto pelas três primeiras letras da palavra universidade seguida da palavra: trabalho. Integrada por 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil, tem como missão “ (...) integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para isso, busca a síntese do saber da academia com o saber dos trabalhadores e, assim qualificar a organização e a ação social.” No âmbito da UFAM, as atividades são Prof^a Antonieta do Lago Vieira.

fundada, de fato, em 01.07.2006 (com Estatuto registrado em cartório em 25.07.2007), com os seguintes objetivos:

(...) congregar e apoiar o desenvolvimento dos catadores em suas diversas vocações tais, respeitando as políticas ambientais, sociais e culturais, inclusive a preservação de valores paisagísticos, históricos, éticos estéticos, visando a garantir a integridade dos processos naturais e equilíbrio ambiental e o bem-estar social, com base no conceito do desenvolvimento sustentável, buscar participação voluntária, parcerias, e convênios dos governos federal, estadual e municipal, organizações governamentais e não-governamentais, de instituições públicas e privadas, grupos empresariais de médio e grande porte, visando a elaborar e executar projetos, programas e planos de ações de trabalhos nas áreas agrícolas, sociais, econômicas, tecnológicas e ecológicas, em consonância com as políticas de desenvolvimento nacional, regional, estadual e municipal. (Lei 9.790 - art. 3º)¹⁷

Inicialmente, há que se ressaltar que a análise dos objetivos definidos pela Associação em estudo denota falta de clareza quanto ao entendimento do significado de objetivos e missão, também comumente referidos nos estatutos das organizações sem fins lucrativos como “finalidades”. Tenório (2006, p.30), explica que a missão “[...] é a razão de ser, a mais elevada aspiração que legitima e justifica social e economicamente a existência de uma organização [...] deve ser pensada e definida pela direção da organização, com a participação dos cidadãos-beneficiários”; já os objetivos “são propósitos específicos, alvos a serem atingidos ao longo de determinado período de tempo, que em conjunto, resultarão no cumprimento da missão da organização”. Assim, enquanto a missão comunica de forma genérica aos seus públicos interno e externo a finalidade do seu trabalho, os objetivos possuem um caráter mais gerencial e uma base para analisar o desempenho dos responsáveis por seu cumprimento.

Veiga (2001, p. 44), em suas orientações, “Passo a passo, para a fundação de associações”, registra que as finalidades consignadas no estatuto representam aquilo que se pretende fazer dentro da associação, formam um conjunto composto pelos objetivos e as linhas de ação e empenho dos integrantes da organização e devem ser marcadas pela generalidade a fim de evitar o engessamento das possibilidades de atuação da entidade. A autora lembra, ainda, que nem tudo o que a associação vai fazer precisa constar nas “finalidades”, mas devem constar do estatuto as atividades comerciais que visem à implementação dos seus objetivos, e, da mesma forma, atividades de impressão, propaganda e convênios com organizações oficiais. Estes somente poderão ser firmados se o estatuto explicitamente os autorizar.

¹⁷ Vide Estatuto Social, capítulo 1, Art. 2º.

A ARPA, em seu Estatuto, parece confundir aspecto geral com imprecisão. Retornando à definição dos objetivos em discussão, chama-se atenção para seu leque de abrangência no que se refere a “[...] congregar e apoiar o desenvolvimento dos catadores em suas diversas vocações [...]”. A tarefa de apoiar o desenvolvimento dos catadores já é um desafio de larga escala, e fazê-lo “em suas diversas vocações tais” torna-se algo muito amplo, quase indefinido. Tal questionamento pode ser mais bem compreendido à luz do modelo de estatuto social de associação, proposto por Veiga (2003, p. 67).

Neste, o caráter geral das “finalidades” não implica uma imprecisão das ações que a organização se propõe realizar. Especificamente o artigo 2º, alínea “b”, comunica claramente a situação: “Organizar a produção coletiva, prestar assistência técnica e operacional para a conquista de espaços de mercado para os produtos da comunidade”. Como se pode observar, desenhado em caráter geral, mas preciso na sua proposta de trabalho com a comunidade.

Não obstante as incoerências apontadas, o estudo que se segue nessa entidade fundamenta-se no conjunto dos objetivos dispostos nos Artigos 4º e 5º do seu estatuto, a saber:

I Estimular a cultura do associativismo entre os associados;
 II Formar e capacitar os associados para a coleta seletiva evitando impactos ecológicos;
 III Proteger e valorizar a fauna e a flora, rios, mananciais, igarapés e a natureza amazônica;
 IV Conciliar parcerias e convênios com apoio técnico-científico e financeiro para o desenvolvimento das atividades produtivas;
 V Preservar áreas que possuam especial valor pela diversidade de espécies e pela importância ecológica;
 VI Criar uma base de produção de artesanatos, atendendo ao aproveitamento de produtos florestais, gerando ocupação e renda para as famílias;
 VII Formar parcerias com IDAM, EMBRAPA, INCRA, UEA, UFAM, SDS, IPAAM, etc., para o desenvolvimento e monitoramento técnico;
 VIII Programas educação ambiental, favorecendo o crescimento da consciência ecológica coletiva e obedecendo as vocações regionais de acordo com as leis ambientais. (ARPA/ESTATUTO, artigo 4.)

I realizar estudos, pesquisas, assistência técnicas e projetos especiais para seus associados;
 II Firmar parcerias ou contratos com entidades públicas privadas com vistas à contratação e treinamento de mão-de-obra para suprir as necessidades em recursos humanos;
 III Cursos e treinamentos visando ao desenvolvimento e à capacitação dos associados. (ARPA/ESTATUTO, artigo 5, 2007.)

Ainda em relação ao estatuto da ARPA, chama-se atenção para o seu processo de construção, por se considerar este um momento de suma importância para a Organização. Ressalta-se, em consonância com Veiga (2003, p. 43), que numa associação todo fazer é

coletivo. Trata-se de:

uma sociedade em que os próprios associados se organizam, decidem fundá-la, aprovam seu estatuto, elegem sua diretoria e o conselho fiscal. Portanto, são os associados que fazem a associação. Após fundada, são eles que planejam as atividades da associação, decidem pela ampliação ou pelo encerramento de suas atividades. A isto chamamos autogestão.

Como se pode depreender, não existe espaço numa associação para ações que não nasçam da ação conjunta ou se legitimem na ação coletiva e democrática do grupo. Entretanto, o estatuto da ARPA não foi construído coletivamente. Segundo declaração do próprio presidente, ao sair de uma reunião, na UFAM, em que se tratou de organização de associação, ele “já tinha tudo na cabeça e redigiu o documento”. Segundo um dos pesquisados, a elaboração do estatuto, bem como suas alterações posteriores, têm ocorrido à revelia da Assembleia Geral, que nunca foi sensibilizada a discutir o documento nem suas alterações. Nenhum dos entrevistados informou ter participado de reuniões nesse sentido.

Apesar das críticas à centralização das ações e decisões expressas ao longo deste estudo, a iniciativa de legalização da Organização significou um avanço: a saída da informalidade. No entanto, outro desafio se coloca: o de reconstruí-la coletivamente.

4.2 Estrutura física

A estrutura física da ARPA consiste num galpão construído no fundo de um terreno de aproximadamente 20m x 40m, respectivamente frente e fundo, passivo de alagações no inverno, alugado, na Rua dos Andradas, 100 – Centro (Figura 6). A construção resume-se a uma estrutura de aço coberta com telha de amianto, sem paredes ou divisórias, piso em cimento, sem quaisquer compartimentos do tipo: cozinha, refeitório, banheiros, escritório, entre outros. Quanto ao mobiliário, há apenas uma mesa em péssimas condições.

Na área coberta encontra-se uma prensa, uma balança e, geralmente, os materiais já prensados e enfardados, prontos para serem encaminhados à fábrica (Figura 7). Na área externa, num pátio de terra e barro, alagadiço em dias de chuva, amontoam-se os materiais que vêm da coleta da rua e das doações das fábricas.



Figura 6 – Visão frontal da sede da ARPA
Fonte: Pesquisadora



Figura 7 – Prensa: vista frontal
Fonte: Pesquisadora

As condições de higiene, saneamento e segurança coletiva são precárias (Figura 8). Em termos de serviços básicos, o ambiente possui somente energia elétrica. Observou-se, durante as visitas, que o chão está recoberto por um tipo de material plástico, de cor preta, ao qual se misturam de forma pouco perceptível objetos perfuro-cortantes, clips e outros.



Figura 8 – Pátio da Associação
Fonte: Pesquisadora

Segundo um dos administradores, a área é considerada boa, pois é no centro da cidade, mas precisa melhorar em termos de estrutura física. Essa percepção afina-se com a de outros entrevistados:

- R1 - Falta um ambiente melhor, pra gente se sentar, porque a gente trabalha no sol. Por isso a gente trabalha mais à noite.
- R2 - É meio bagunçado, precisa arrumar.
- R3 - Tem muita coisa errada, bagunçada, sem organização. A pessoa quer ajeitar, mas não consegue.
- R4 - Pra ficar bom, a Associação tem que agir, de uma hora pra outra tem que sair...
- R5 - Não tem que dar palpite, o que eles estão fazendo tá bom.
- R6 - A limpeza do ambiente precisa de uma cobertura maior pra gente ficar dentro do depósito. No dia de chuva a gente não faz nada, se tiver cobertura maior, a gente, mesmo chovendo, a gente tá trabalhando.
- R7 - Organização da secretaria e o terreno não ser nosso. Já é um início, onde ficava, era um lugar pequenininho.

Além do explicitado nas falas, os entrevistados classificaram qualitativamente (Gráfico 3), por meio de conceitos, o ambiente físico:

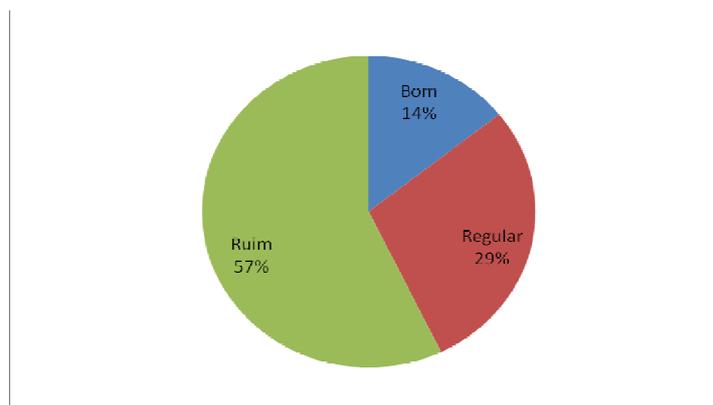


Gráfico 3 – Classificação das instalações físicas pelos entrevistados
Fonte: Pesquisadora.

A Organização Mundial de Saúde – OMS (2009) admite que o ambiente do trabalho tenha se degradado continuamente em todo o mundo, mas considera que a saúde do trabalhador e um ambiente de trabalho saudável são valiosos bens individuais, comunitários e dos países, que podem contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos, motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Neste sentido, tem convocado governos, empresas e a própria sociedade a empenharem-se para garanti-lo. Nesse aspecto é possível afirmar que a ARPA fere frontalmente os esforços de trabalho digno, o qual está fundamentado na Declaração dos Direitos Humanos, conforme aspectos a serem detalhados ao longo deste estudo.

4.3 Perfil socioeconômico dos associados

De acordo com os dados pesquisados, o contingente da Associação é formado por 24 associados cadastrados. No entanto, transaciona com cerca de 60 pessoas, que não quiseram dela fazer parte formalmente, na condição de intermediadora de vendas de materiais colhidos, a fim de melhorar o valor de venda. Esse quantitativo não foi confirmado, pois não existem documentos formais que o comprovem. Nesse sentido, identificou-se que associados legalmente comprovados são somente os sócios-fundadores, constantes do estatuto da associação.

Esse número corresponde à expansão das novas frentes de trabalho da Associação no bairro Santa Inês, na Zona Leste de Manaus, nos Postos de Entrega Voluntária – PEVs, localizados na Praça do D. Pedro e nos arredores do Fórum Ministro Henocho Reis, em frente

ao Cagin, na Rua Valério Botelho de Andrade, no Aleixo, Zona Centro-Sul da cidade (Figura 9), bem como no município de Rio Preto da Eva (a 57 km de Manaus).



Figura 9 - PEV localizado nos arredores do Fórum Ministro Henoch Reis, em frente ao Cagin¹⁸ - Aleixo
Fonte: Imagem cedida pela ARPA

O corpo de associados apresenta bastante rotatividade. O estudo permite afirmar que inexistem procedimentos de formação do corpo de associados, conforme reza o estatuto. Geralmente, os “associados”, segundo informado em entrevista, constituem-se de pessoas que estão passando por uma crise, buscam a Associação para sair do aperto, mas tão logo arrumam outro emprego, deixam a instituição. Quando se deu início a este estudo, na sede da ARPA – no galpão do Centro –, apenas 11 pessoas se encontravam efetivamente trabalhando, dos quais 7 foram entrevistados, conforme perfil estruturado de modo sintético, na tabela a seguir:

Características	Detalhamento	Nr.	%
Sexo	Masculino	7	100
	Feminino	0	0
Estado civil	Solteiro	3	43
	Casado	0	0
	União consensual	1	14
	Separado	3	43
Unidade da Federação de origem	Amazonas	4	50

¹⁸ Cagin é nome de fantasia.

	Pará	1	16
	Roraima	1	17
	São Paulo	1	17
Faixa etária	18 a 30	2	28
	31 a 40	0	0
	41 a 50	2	29
	51 a 60	2	29
	61 a 70	0	0
	70 a ...	1	14
Nível de Escolaridade	Analfabeto	1	14
	Fundamental incompleto de 1ª a 8ª	6	86
Tempo de associação - meses	0 a 12 meses (1 ano)	3	43
	13 a 24 (1,1 a 2 anos)	3	43
	25 a 60 (2,1 a 5 anos)	1	14
Profissão anterior	Agricultor	1	14
	Ajudante em geral	1	14
	Catador	2	29
	Pescador	1	14
	Pedreiro	2	29
Documentação	Não possui documento	4	57
	Possui	3	43
Idade em que começou a trabalhar	7 a 14	7	100

Tabela 2 – Perfil dos entrevistados da ARPA
Fonte: Pesquisadora

Com base na Tabela 1, que retrata as principais características do grupo pesquisado, foi possível a construção da seguinte síntese: há predomínio de pessoas do sexo masculino, com idade compreendida na faixa etária de 18 e 50 anos; 100% apresenta menos de 7 anos de estudo, ficando aquém da média do Estado do Amazonas, que é de 64,3% (Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000). A maioria não possui documentos e trabalhava em ocupações marcadas tradicionalmente pela precariedade em relação à renda e à segurança no trabalho; e 100% começaram a trabalhar com idade entre 7 e 14 anos, quando deveriam estar dedicados integralmente à sua educação formal. Além disso, 37% são pessoas solteiras, 27% vivem juntas – união consensual, e 36% são separadas.

Tratando-se do vínculo com a Associação, 91% se declararam associados, no entanto tal vinculação não revela, por si só, convicção da condição e do papel de partícipes efetivos da Associação e de sua autoridade em relação à administração que os representa (VEIGA, 2001, p. 12). São emblemáticas, nesse sentido, as falas de R3 e R4, quando questionados sobre o vínculo mantido com a Associação: O primeiro se declarou: “Associado informal” e o segundo comentou: “Associado”. Eles dizem que “quem trabalha aqui é associado.”

Os dados inerentes ao perfil desenhado remetem ao ciclo perverso de reprodução da pobreza. Singer (2004), ao discutir as possibilidades de se levar o desenvolvimento a comunidades pobres, afirma que mundialmente os ricos e a classe média adquirem o mesmo padrão de vida e o modo de ser. Diferentemente se dá com os pobres, cujo padrão de vida resulta de processos sociais muito distintos em que pesa a exclusão dos padrões dominantes de consumo. A partir dessa análise e considerando a capacidade de consumo, afirma existir dois tipos de comunidades pobres: excluídas desde há muito tempo, vivendo em economia de subsistência e as recém-excluídas, compostas por pessoas que, em função da abertura do mercado interno e do progresso tecnológico, perderam seus empregos. A ARPA (Quadro 4, p. 131) abriga os “excluídos desde há muito tempo”, pessoas que viviam com menos de um salário mínimo por mês.

A Tabela 2 indica, ainda, o fenômeno que hoje se denomina Trabalho Infantil. Conforme a Organização Internacional do Trabalho – OIT/ANDI (2007):

Trabalho Infantil é o trabalho executado por crianças e adolescentes com menos de 16 anos (salvo na condição de aprendiz, com registro em carteira como tal, a partir dos 14 anos), no setor formal ou informal ou ainda em atividades ilícitas. A aprendizagem pressupõe a matrícula e a frequência do adolescente na escola, caso não tenha concluído o Ensino Fundamental, além de inscrição em programa de formação técnico-profissional sob orientação de entidade qualificada (OIT/ANDI, 2007, p.17).

Da mesma forma, comunica e ratifica os efeitos perversos dessa prática: 100% dos entrevistados, que começaram a trabalhar com menos de 16 anos, apresentam suas marcas indeléveis. Segundo a OIT/ANDI (2007, p.17), o trabalho precoce interfere no desenvolvimento das crianças, sequelando-as nos aspectos físico, emocional, social e educacional. Dentre esses, destacam-se os danos:

Emocional – podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos afetivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores; ou pela ambigüidade na sua condição de “criança” e “trabalhadora” dentro da relação de trabalho confusa ou pouco clara, onde o “patrão” ou “padrinho” também tem obrigações de “responsável” pela proteção da criança.

Educacional – (...) entre as crianças que trabalham é comprovado que existe maior incidência de repetência e abandono da escola. O trabalho precoce interfere negativamente na escolarização das crianças, seja provocando múltiplas repetências, seja “empurrando-as”, de forma subliminar, para fora da escola (...). Crianças e adolescentes oriundas de famílias de baixa renda tendem a trabalhar mais e, conseqüentemente, a estudar menos, comprometendo, dessa forma, sua formação e suas possibilidades de vida digna (OIT/ANDI, 2007, p.17).

Os dados que compõem o perfil retromencionado, relativos à escolaridade, estado

civil, renda, dentre outros (Tabela 2) se colocam como manifestação e consequência da pobreza. Além disso, segundo estudo realizado pela OIT, em 2005, baseado em dados da PNAD, indica que:

[...] pessoas que começaram a trabalhar antes dos 14 anos têm uma probabilidade muito baixa de obter rendimentos superiores aos R\$ 1.000 ao longo da vida. A maioria daquelas que entraram no mercado antes dos 9 anos têm baixa probabilidade de receber rendimentos superiores a R\$ 500', diz o texto. 'Em média, quem começou a trabalhar entre 15 e 17 anos não chega aos 30 anos com uma renda muito diferente de quem ingressou com 18 ou 19 anos. Mas, à medida que a pessoa envelhece, há maior probabilidade de que, se começou a trabalhar entre os 18 e 19 anos, consiga melhor renda do que quem começou a trabalhar entre os 15 e 17 anos. (OIT 2009, p. 17)

As alusões anteriores evidenciam que a questão da renda tem outras implicações mais sutis que o perceptível fluxo do mercado e sua potencialidade para alocação de mão-de-obra. Para a parcela pobre da população, ela se define a partir das condições de vida na infância.

Este estudo analisou também alguns aspectos relacionados ao domicílio dos informantes. Segundo IBGE (2007, p.66 - 84), o domicílio é um indicador social da maior relevância, que informa, além das condições físicas da moradia, sua condição de ocupação, serviços de saneamento disponíveis (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), acesso à iluminação elétrica, existência de linha telefônica fixa, posse de alguns bens duráveis, entre outros.

Na concepção do Instituto, a moradia “pode ser considerada uma necessidade básica, como a alimentação e o vestuário, e compreende a ideia de residência somada com a vontade de se estabelecer num determinado local”. Ademais, adverte que “o acesso à moradia não deve ser confundido simplesmente com o acesso à propriedade, na medida em que se entende moradia como um direito de subsistência, que deixa de ser fruto somente da capacidade econômica dos indivíduos”, (IBGE 2007, p.66-84).

Das ideias expostas, depreende-se que o indicador *domicílio* está diferentemente relacionado à qualidade de vida e saúde da população, razão de neste estudo assumir relevância ao se relacionar de modo subjacente à determinação da efetividade da reciclagem como geração de renda e, por conseguinte, ao bem-estar dos entrevistados.

Nesse sentido, os gráficos comparativos, apresentados a seguir, permitem visualizar as condições materiais de vida em termos de moradia dos entrevistados, antes e após se vincularem à ARPA:

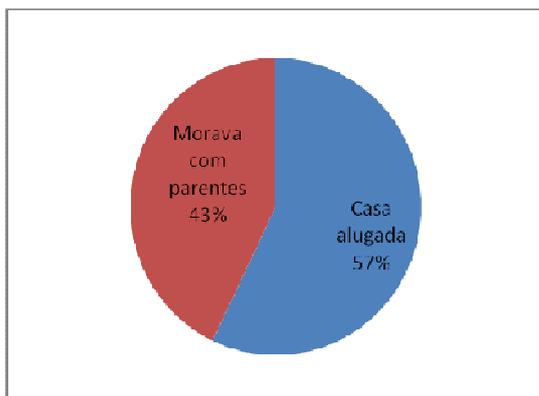


Gráfico 4 - Condições de moradia antes de trabalhar na ARPA
Fonte: Pesquisadora

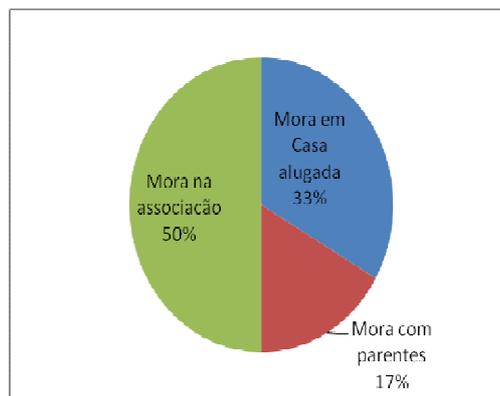


Gráfico 5 - Condições de moradia depois de ingressar na ARPA
Fonte: Pesquisadora

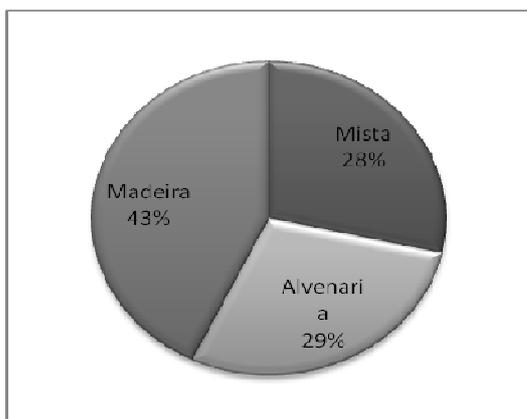


Gráfico 6 - Tipo de habitação em que morava antes de vir trabalhar na ARPA
Fonte: Pesquisadora

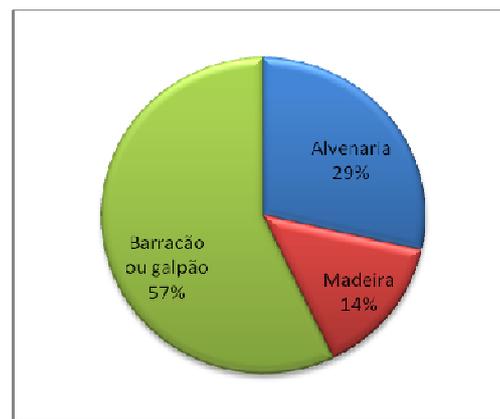


Gráfico 7 - Tipo de habitação em que mora após ir trabalhar na ARPA
Fonte: Pesquisadora

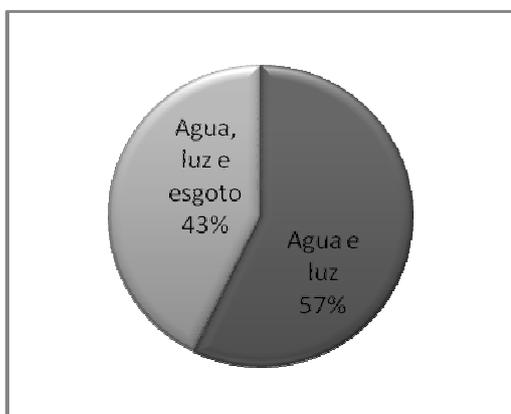


Gráfico 8 - Serviços básicos na habitação em que morava antes de vir trabalhar na ARPA
Fonte: Pesquisadora



Gráfico 9 - Serviços básicos na habitação em que mora atualmente.
Fonte: Pesquisadora

De acordo com os gráficos apresentados, comparando a situação antes e após a vinculação à ARPA, identificou-se que três dos entrevistados que antes moravam em casas mistas ou de madeira, com pelo menos um dos serviços básicos – água, luz e esgoto – perderam essa condição, passando a morar na própria Associação ou em barracão, o que significa uma piora de qualidade de vida. Os demais entrevistados afirmaram manter o que já haviam conseguido anteriormente.

Além de apontar a queda no padrão de moradia, os gráficos anteriores, agregados ao Gráfico 3, comunicam a precariedade das condições de vida dos informantes. Nesse sentido,

Conhecer as condições habitacionais é um aspecto muito importante para se avaliar a qualidade de vida de uma população. Assim, saber números de famílias e de pessoas por domicílio, e de pessoas por dormitório são importantes para a avaliação do grau de conforto dos moradores e para o acompanhamento da demanda por novas construções. (...) Já as estatísticas sobre a infra-estrutura de serviços de saneamento básico indicam o nível de adequação das moradias, fator diretamente relacionado às avaliações sobre o bem-estar e saúde dos moradores. (IBGE, [2005]).¹⁹

Considerando os diversos aspectos que se apresentam como componentes da análise domiciliar, o levantamento dos bens existentes também é um fator importante, pois permite conhecer até que ponto a população tem acesso a equipamentos como rádio, televisão, micro-ondas, entre outros. Isto significa precisar também o grau de inserção econômica dos informantes, a partir do seu poder de compra (IBGE, [2005])²⁰. Neste estudo, o Quadro 3 retrata esse fenômeno:

	Antes de vir trabalhar na ARPA	Depois de vir trabalhar na ARPA
Posse de bens duráveis	R1 - Fogão, televisão.	R1 – Não tenho nada.
	R2 - Fogão geladeira televisão, aparelho de som, DVD, telefone.	R2 – Fogão, geladeira, máquina de lavar, ar-condicionado , televisão, aparelho de som, DVD, telefone fixo, computador, armário de cozinha e guarda-roupas .
	R3 - Fogão, geladeira, televisão.	R3 – Não tenho nada.
	R4 - Fogão, geladeira, aparelho de som.	R4 – Não tenho nada.
	R5 - Fogão, geladeira, máquina de lavar, televisão, aparelho de som, DVD e rádio.	R5 – Não tenho nada.

¹⁹ Informação constante do site do IBGE. Teen: Lar doce Lar “on line”

²⁰ Considerar o informado na referência 18.

R6 - Fogão, geladeira, televisão e aparelho de som.	R6 - Televisão, telefone celular e rádio.
R7 - Fogão, geladeira, máquina de lavar e televisão.	R7 - Fogão, geladeira, máquina de lavar, ar-condicionado (2), televisão (2) DVD (6) telefones (1) computador (5)

Quadro 8 - Amostra do fluxo da aquisição e posse de bens duráveis
Fonte: Pesquisadora

Observa-se a perda de alguns bens domésticos. Isso se confirma nas falas de: R1, R3, R4, R5, e R6. Em relação a R2 e R7, deve-se ressaltar que o primeiro, R2, ao declarar possuir os bens constantes da coluna “Antes de vir trabalhar na ARPA”, ressaltou que esses pertenciam à pessoa com quem passou a viver consensualmente quando veio trabalhar na Associação, de modo que os bens adquiridos posteriormente correspondem aos bens em negrito: **máquina de lavar, ar-condicionado, computador, armário de cozinha e guarda-roupas**. O segundo, R7, ainda mora com os pais e não precisou exatamente os bens adquiridos pessoalmente. De um modo geral, os dados revelam-se críticos nesse sentido.

O quadro a seguir também é esclarecedor:

Rendimentos		Jornada de trabalho na ARPA	Total de horas trabalhadas		
Antes de ingressar na ARPA	Depois de ingressar na ARPA	Detalhamento	Dia	Sem	Mês
R1 - Menos de 1 salário mínimo.	360,00	Segunda a sexta-feira, das 17h00 às 19h00 (2 horas/dia)	2	10	40
R2 - Menos de 1 salário mínimo.	1.600,00	Segunda a sexta das 06h00 às 11h00 e das 13h00 às 20h00; no sábado somente até 11h00	12	65	260
R3 - Menos de 1 salário mínimo.	480,00	Segunda a sábado, das 4h00 às 7h00 da manhã e das 15h00 às 19h00.	5	30	120
R4 - R\$ 500	320,00	Segunda a sábado das 4hh00 às 07h00 e das 15hh às 19hh00	7	42	168
R5 - Menos de 01 salário mínimo.	160,00	Segunda, quarta e sexta-feira; das 14h00 às 16hh00.	2	6	24
R6 - Menos de 1 salário mínimo.	240,00	Segunda a sexta, das 08hh00 às 12h00 e das 13hh00 às 17hh00.	8	40	160
R7 - Menos de 1 salário mínimo.	500,00	Segunda a sexta das 07h00 às 17h00, sábado até o meio dia.	10	55	125

Quadro 9 - Rendimentos e jornada de trabalho ²¹
Fonte A pesquisadora

A análise comparativa dos rendimentos auferidos nos dois momentos – antes e depois de vir trabalhar na ARPA –, constantes na primeira e na última coluna do Quadro 4, apresentam alguns aspectos que não impedem, mas dificultam a determinação das possíveis variações do fluxo nesses dois momentos, isto porque os informantes, exceto R4, não precisaram com exatidão os volumes de suas rendas anteriores, embora tenham indicado uma informação aproximada, tomando-se por base o salário mínimo.

As maiores rendas identificadas, após o ingresso na ARPA, correspondem às de R2, R3 e R7, obtidas por produção. R2, no entanto, além da escorçante jornada de trabalho, conta com a ajuda da esposa – trabalho invisível. Isto significa que sua produção compreende o labor de duas pessoas. R7 recebe salário fixo pela realização de trabalho interno, ou seja, não ganha por produção. Os demais apresentam ganhos inferiores ao salário mínimo vigente, que é de R\$ 510,00.

Em síntese, não se pode considerá-los sob o conceito de Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo, cunhado no âmbito da OIT, (2009) no contexto de discussão sobre o que seja um trabalho digno, decente, uma vez que:

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Trabalho decente diz respeito à dignidade humana. (OIT, 2009, p. 9).

Nesse contexto, o fruto do trabalho é considerado pelo prisma da adequação às necessidades do trabalhador. Assim,

Uma remuneração adequada é aquela que assegure aos trabalhadores de ambos os sexos o sustento próprio e da família e que seja livre de quaisquer formas de diferenciação que tenham por base a discriminação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2007, a renda média do trabalho principal para trabalhadores de 16 anos ou mais correspondia a R\$ 931 por mês, ou aproximadamente US\$ 460. (OIT, 2009, p. 9).

²¹ Por falta de informação detalhada, não foi possível realizar a análise comparativa dos dados.

Conforme se depreende, a obtenção dos rendimentos não deve significar a espoliação do trabalhador em nenhum aspecto. Nesse sentido:

A jornada de trabalho é uma dimensão importante da qualidade de emprego, com repercussões em outros elementos do trabalho decente, como o ambiente de trabalho seguro (...) e a combinação entre a vida pessoal e familiar (...). A primeira convenção da OIT, Convenção sobre as horas de trabalho (Indústria), 1919 (No. 1), estabelece uma jornada máxima de oito horas diárias e 48 horas semanais na indústria, que foi estendida também aos trabalhadores do comércio em 1930, pela Convenção 30. Em 1935, no meio da Grande Depressão, a OIT adotou uma nova convenção, a Convenção sobre as quarenta horas, 1935 (No. 47), que estabelece um limite de quarenta horas semanais para a jornada de trabalho, e cujo objetivo foi expresso como “um padrão social a ser realizado em etapas se for necessário”, na Recomendação sobre a redução da duração do trabalho, 1962 (No. 116). (OIT, 2009, P. 13).

No Brasil, à luz da Constituição Federal, os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais. A Constituição Federal, art. 7º, XIII, define que a duração normal do trabalho em qualquer atividade privada não excederá 8 horas diárias. Ao se referir a “qualquer atividade privada”, ampara a todos os trabalhadores, inclusive os que desenvolvem suas atividades em empreendimento autogestionário – caracterizado pelo trabalho sem vínculo empregatício. Nesse contexto, é dever da organização zelar pelo cumprimento da lei e proteger o trabalhador.

No Brasil, a tríade saúde, previdência e assistência social conforma as políticas públicas de proteção social ao trabalhador ante aos riscos do trabalho assalariado ou aos impositivos de o trabalhador prover sua própria renda em decorrência de doenças, acidentes, invalidez, desemprego temporário, velhice e morte.

A saúde, especificamente, conforme Constituição Federal de 1988, artigo 196, é um direito de todos e dever do Estado, acessibilizada por meio de políticas sociais e econômicas orientadas para minimizar os riscos de doenças e outros agravos, assim como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para que visem à sua promoção, proteção e recuperação (CHAVES, 2008).

As atribuições inerentes à saúde brasileira, no âmbito estadual e municipal, estão a cargo do Sistema Único de Saúde – SUS, instituído nos termos da CF, Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Segundo Silva (2008), além das suas determinações na área de saúde, responde também pela prestação de serviços de vigilância epidemiológica e sanitária, bem como de alimentação, nutrição, saneamento básico e saúde do trabalhador.

No tocante à saúde dos pesquisados, verifica-se um equilíbrio em relação aos dois

momentos – antes de participar da ARPA e após ingressar nas atividades da ARPA, conforme gráficos a seguir:

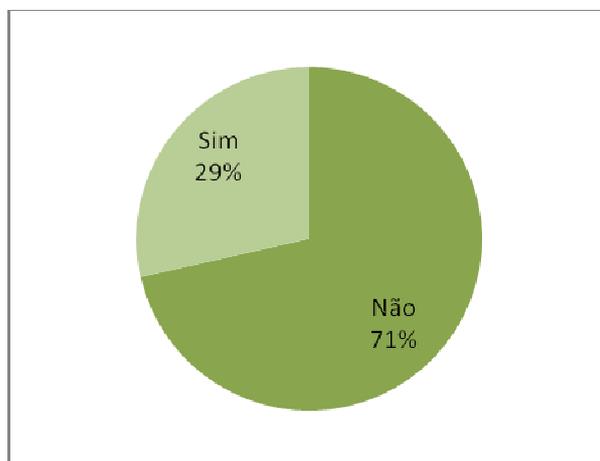


Gráfico 10 - Ocorrências de adoecimentos graves antes de vir para a Associação.
Fonte: Pesquisadora

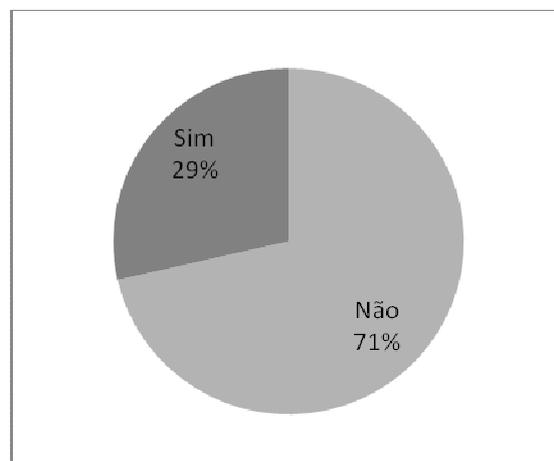


Gráfico 11 - Ocorrências de adoecimentos graves depois de vir para a Associação.
Fonte: Pesquisadora

Observa-se que 71% das pessoas relataram não terem sido acometidas por problema de saúde grave que as tenha impossibilitado de trabalhar. No entanto, chama-se atenção para a natureza dos problemas de saúde apresentados, no segundo momento, diretamente relacionados ao ambiente e ao trabalho explicitado na fala de R7. Quando perguntado se havia tido algum problema de saúde grave depois de vir trabalhar na ARPA, respondeu: “Sim, hérnia, de tanto carregar peso. O médico proibiu, mas tive que fazer de novo”.

Comparativamente aos resultados alcançados por Chaves (2008), em seu trabalho junto à Associação de Catadores de Recicláveis (ACR), no que diz respeito à diversidade de doenças que acometem os trabalhadores daquela Associação, verifica-se que essa realidade distinguiu-se da ARPA onde, quantitativa e qualitativamente, verificaram-se poucos casos de adoecimentos, conforme gráficos 10-11. No entanto, isso não significa que medidas visando à promoção da saúde devam ser desprezadas, até pela existência de queixas já relatadas. Se a situação não piorou, identifica-se que também não há percentuais que indiquem qualquer tipo de melhoria ou avanços.

A literatura referenciada neste trabalho apresenta poucos dados sobre a saúde dos trabalhadores com materiais recicláveis. Especificamente, Gonçalves (2003) apresenta percentuais relativos a problemas de saúde desses trabalhos - doença física: 40%, problemas emocionais: 4,5%, acidente: 1,5% e físicos emocionais: 3% - os quais na somatória considera

bastante significativo: 49,2%.

Em face da escassez já referenciada, recorre-se à pesquisa de Porto (2004) uma análise quanti-qualitativa, denominada: “Um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro”, realizada em 2004, cujos resultados apontam elementos inerentes a essa atividade, que agindo interativamente maximizam as possibilidades de comprometimento da saúde dos trabalhadores, tais como: condições de vida precárias, percepção do lixo como fonte de sobrevivência, e concepção de saúde como capacidade para o trabalho, a qual os leva a negar a relação direta entre o trabalho e problemas de saúde. Essa autora concebe que os riscos levantados e a morbidade referida apontam para a elevada insalubridade e periculosidade dessa atividade.

Ressalta-se haver constatado na ARPA, na fala de R3 ao responder a questão: “Acha o trabalho de reciclagem importante para a preservação do meio ambiente?”; o qual respondeu: (...) “É lixo, mais a gente ganha o da comida com isso.” Isso ratifica a necessidade de ações proativas de promoção da saúde nesse contexto.

Os percentuais referentes a acidentes de trabalho também se apresentam de forma idêntica, antes e depois a vinculação à ARPA, conforme os gráficos a seguir:

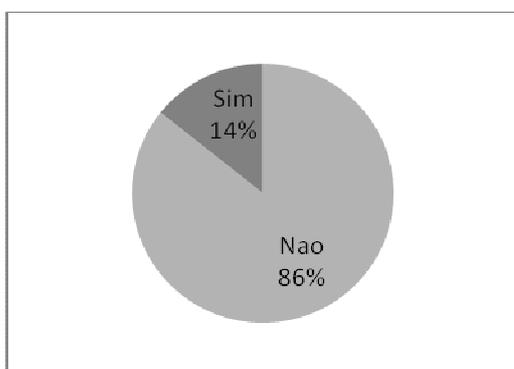


Gráfico 12 - Vivência de acidentes de trabalho antes de vir para a ARPA.
Fonte: Pesquisadora



Gráfico 13 - Vivência de acidentes de trabalho depois de vir para a ARPA.
Fonte: Pesquisadora

Em relação à equação visualizada, nos gráficos 12 e 13, faz-se necessário registrar o distanciamento da realidade confessada no momento da pesquisa e em outros momentos de visita à Associação, dando margem a um verdadeiro paradoxo. Na última visita, um associado, demonstrando insatisfação com a estrutura física da Associação, confessou ser comum pequenos cortes e perfurações pelos resíduos perfuro-cortantes, minúsculos, espalhados pelo piso. Relatou também que outro colega, morador da Associação, havia sido

atacado por alguns indivíduos que adentraram ao ambiente para consumir drogas, ao solicitar que se retirassem do local. Essa mesma pessoa, também em virtude de sua avançada idade, em momentos de sonolência, havia caído e batido com a cabeça no piso, ocasionando um corte e já esteve internada em hospital, acompanhado por uma pessoa da administração, pois é sozinha em Manaus.

Sobre o usufruto da Previdência Social, observou-se o que segue:

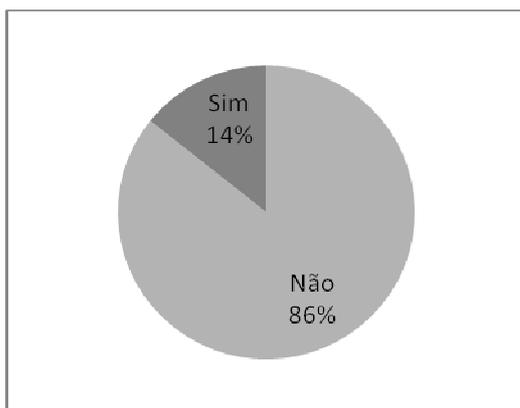


Gráfico 14 – Se possuía algum plano de saúde, antes de vir para a ARPA
Fonte: Pesquisadora

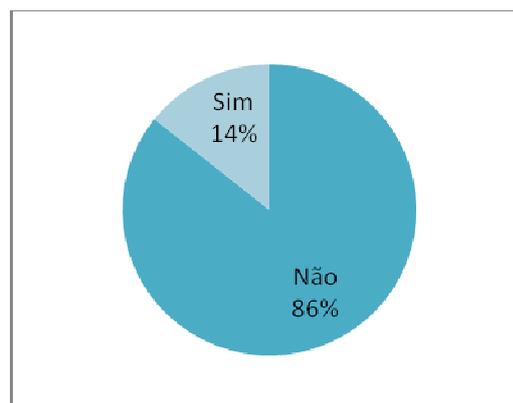


Gráfico 15 – Se possui algum plano de saúde atualmente.
Fonte: Pesquisadora

Evidencia-se, com base no Gráficos 14 e 15, que outro eixo de proteção ao trabalhador de singular importância, a Previdência Social, não é acessível à maioria do grupo em estudo. Aliás, vale ressaltar que a pessoa-alvo do ataque dos bandidos, anteriormente referido, é a única no contexto que é amparado pela Previdência Social na condição de aposentado. Os demais não têm plano de saúde de qualquer natureza e não contribuem para a Previdência Social. Essa situação de vulnerabilidade é percebida pela administração, a qual declarou em entrevista que planejava resolver essa questão no ano corrente.

Os resultados consignados indicam ausência de melhoria em relação à saúde dos associados pesquisados no âmbito da ARPA. Sem dúvida, os percentuais que vêm sendo apresentados fundamentam a posição majoritária obtida em relação ao nível de satisfação no que diz respeito ao trabalho na Associação. Sondada por meio da questão “Está satisfeito com o trabalho na Associação?”, os informantes apresentam variáveis que envolvem insatisfação e conformismo:

- R01 - Sim. Eu não tenho outro jeito, não tenho documento pra trabalhar com carteira assinada, e eles gosta de mim.
- R02 - Mais ou menos. Tens uns problemas aí... Tem muita coisa errada.
- R03 - Não. É muita exigência. A gente faz o trabalho da gente e deixa eles pra lá

com os problemas deles. Eles é o patrão.

R04 - Não respondeu.

R05 - Sim.

R06 - É o jeito, o gosto é meu. Estou satisfeito porque não tenho condição de trabalhar noutra canto.

R07 - Sim.

Com exceção de R04, que não respondeu à pergunta, e R01 e R07, que responderam simplesmente “sim”, os demais se dizem descontentes por razões diversas: R01 e R06 pela inexistência de outras possibilidades: “Eu não tem outro jeito”; “É o jeito”. R02 aponta conflitos velados: “Tem uns problemas aí...”, a respeito do qual não ousa falar. R03 se vê como um empregado que se sente incomodado com as exigências e problemas dos patrões, mas ignora, “deixa eles pra lá [...]”.

Em outros momentos, foi possível ouvir reclamações em relação ao comportamento da administração no que diz respeito ao tratamento grosseiro, descaso com os negócios da Associação, ausências e negligência em relação ao tratado com os associados. Um dos exemplos citados foi o atraso no fornecimento de alimentação. Vale ressaltar que em um dos dias de realização das entrevistas, por volta das 14h00, quando encerramos a coleta de dados, o administrador responsável pela aquisição das quentinhas ainda não havia chegado.

O descontentamento também se faz em relação aos ganhos relativos aos materiais doados pelas empresas do distrito – toneladas de papelão – a custo zero para a Associação, cuja venda não é compartilhada com os associados, pois alguns ganham por produção e outros têm salários fixos. Isso faz com que as rendas obtidas pela Associação com as doações de materiais não sejam repassadas aos associados. Ao agir assim, a Associação gera muita insatisfação pela incoerência entre o que fala e o que faz. Num momento exorta, estimula e orienta a todos que trabalhem solidariamente, “um ajudando o outro”; em outro, exclui e impede os seus “associados” de compartilharem o fruto do trabalho conjunto. As insatisfações são geradas pelo entendimento de que as pessoas têm acerca do que seja viver e trabalhar numa associação, fazer trabalho conjunto e ter o resultado deste distribuído igualmente.

O presidente da Associação não concorda com esse critério, pois, de acordo com a sua concepção e experiência vivenciada em outra associação, isso vai premiar os que trabalham pouco e punir os que trabalham sério. Esse é um exemplo do que Morrin (2002) denomina de trabalho sem sentido, isto é, um trabalho realizado em um lugar que prega valores que não são compartilhados por você, ou melhor, onde existe dissonância de valores.

Particularmente, nesta pesquisa, percebe-se uma visão reducionista em torno do assunto, pois existem alternativas mais equitativas de distribuição de renda, já vivenciadas em

outras associações. As “muita coisa errada” parecem estar resultando em rompimento com a Associação.

Na última visita realizada, foi relatado que três pessoas haviam deixado a Associação. Frente ao questionamento “Se tivesse outra oportunidade de trabalho, ficaria na associação?”, apenas um pesquisado afirmou que permaneceria. Um grupo dos pesquisados respondeu que não ficaria na associação e outro, majoritário, sequer respondeu a questão.

Os relatos anteriores remontam às alusão de Canton (2002) sobre o caráter ambíguo da Associação de Orientação Lucrativa (AOL), a qual, embora pertença ao mundo associativo, orienta-se por valores e crenças típicas do mercado; e a Weill (2001) *apud* Lourenço (2008) quando trata da interdição dos trabalhadores no âmbito das empresas provadas, que praticam heterogestão, onde não têm vez nem voz. Por isso, calam as suas misérias cotidianas, pequenas ou grandes, sem se queixarem, pois sabem que se abrirem a boca serão punidos e humilhados. Se lhes acontece algo de insuportável, só lhes resta calar ou ir embora. As condições de trabalho na ARPA repercutem as idéias aludidas.

É oportuno refletir que, se por um lado, os trabalhadores da ARPA se queixam das condições do trabalho, por outro, encontram nas relações com seus pares, na própria atividade e nas demandas de sobrevivência, um sentido para o que fazem. Em evidência, a percepção do valor de sua contribuição em termos sociais. Segundo Morrin (2002), o exercício das atividades e suas consequências sociais dão sentido ao trabalho e contribuem para a construção da identidade social, além de proteger a dignidade pessoal. As respostas à questão “O que você vê de positivo e negativo em sua atividade?” evidenciaram alguns desses elementos:

R1 – Bom²² Dia de sábado quando o patrão diz que tem dinheiro pra nós. Ruim Quando ele diz que está correndo atrás do dinheiro, porque a gente pensa que vai passar o final de semana sem dinheiro.

R2 - Não sei responder, não.

R3 – Bom. É divertido o trabalho. É bom ir pra rua, a gente brinca, é alegre. Ruim É arriscado ser batido pelos carros, os taxistas não respeitam a gente.

R4 - A gente trabalha pra ajudar a aposentadoria, só a aposentadoria não dá.

R5 - Vai tudo bem.

R6 - De bom só o trabalho mesmo. Negativo Não tem alimento, café da manhã. Não tem fogão, não tem botija. Como diz ele, entra dinheiro e não se apresenta nada disso, só promessa. Fora disso tudo é normal. Os parceiros são legais.²³

R7 – Positivo A gente faz um trabalho pelo meio ambiente, ajuda o solo e a natureza. Negativo se a gente não levar isso²⁴...

²² Esse “Bom” equivale a positivo e “Ruim” a negativo.

²³ Deve ser entendido como: De acordo com o que ele fala – o presidente, entra só promete

²⁴ Refere-se aos resíduos, mas a ideia não foi completada apenas inferida pelo tom de voz.

Veiga (2001, p.12) defende que o associativismo, isto é, a congregação dos trabalhadores em associação, não é uma panaceia, “mas é, sem dúvida, uma proposta e um caminho comprovadamente eficiente para que os/as trabalhadores/as levem à frente e conquistem seus objetivos e uma melhor qualidade de vida.” Também ressalta a autora que a finalidade de uma associação é provocar mudanças nas vidas das pessoas, residindo aí a sua efetividade. Na Associação em estudo, essa tendência parece não se confirmar. O Gráfico 16 sintetiza as respostas obtidas do questionamento acerca de mudanças ocorridas em suas vidas advindas com o trabalho na associação:

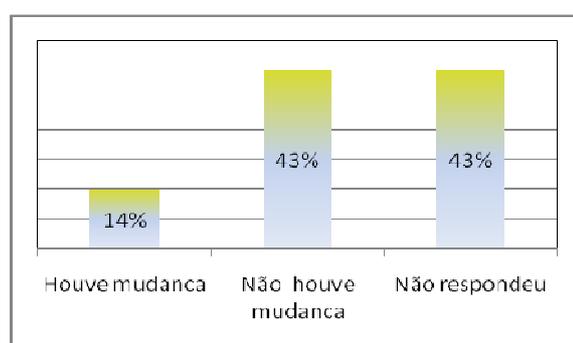


Gráfico 16 – Fluxo de mudanças nas vidas dos informantes após vir trabalhar na ARPA
Fonte: Dados da pesquisa

De fato, as conversas informais e as observações no ambiente da pesquisa indicam inexistência de mudanças nas vidas dos informantes, mesmo em relação aos 43% que não verbalizaram suas respostas. Dois fatores parecem alinhar-se e interagir determinando o imobilismo percebido: a percepção de inexistência de perspectiva e de conformismo, ambos já indicados nesse estudo, os quais podem estar relacionados ao grau de insatisfação dos entrevistados, formando um ciclo vicioso.

Faz-se importante frisar que a satisfação, a motivação e a produtividade interagem com as características do indivíduo e dão sentido ao trabalho. Analisando essa questão, Hackman e Oldham (1983) *apud* Morrin (2002, p. 10) desenvolveram um modelo no qual interagem três características, dentre as quais duas parecem aplicáveis ao trabalho de um modo geral:

[...] a identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável;
[...] o significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho das pessoas, seja em sua organização, seja no ambiente social.

O impacto dessas características foi ratificado em estudos realizados por Morrin, em 1994, com estudantes de administração e administradores, na França e em Quebec, visando definir um trabalho com sentido. Embora orientado para empresas, os resultados desse estudo definem um “trabalho sem sentido”, o qual deve ser objeto de preocupação por qualquer organização. Por trabalho sem sentido a autora entende:

Feito de maneira ineficiente, leva a lugar algum
 Rotineiro
 Inútil, [pois] não beneficia ninguém
 Não corresponde às suas competências nem aos seus interesses
 É desvalorizador
 Não serve para prover as necessidades básicas, trabalhar só pelo salário [ou pelos rendimentos]
 Feito em um lugar que prega valores que não são compartilhados por você
 Feito sem interesse e sem prazer
 Não permite se expressar nem exercer seu poder , (MORRIN, 2002, p. 15)

Com base nas características elencadas pela autora, constatam-se presentes no trabalho realizado na ARPA, pelo menos, sete traços: o aspecto rotineiro, a não correspondência às competências nem aos seus interesses dos observados – evidenciado nas queixas do presidente em relação ao não comprometimento com o trabalho, dentre outros; desvalorizador, para a maioria o resultado do trabalho não cobre as suas necessidades básicas, trabalha-se só pelos rendimentos, a ARPA prega valores que não são compartilhados entre seus membros, por exemplo: cooperação e solidariedade; o trabalho é realizado sem interesse e sem prazer e não se permite aos associados expressar nem exercer seu poder de mando na Associação.

Além disso, a identidade do trabalho, “a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável” Hackman e Oldham (1983) *apud* Morrin (2002, p. 10), apresenta-se bastante reduzida, mas existente. Em acordo com Leff (2001) e Magera (2005 p. 20) explicita-se uma manifestação de um saber decorrente do próprio fazer, presente nas respostas dos pesquisados à pergunta: “Acha o trabalho de reciclagem importante para a preservação do meio ambiente?”

R1 - Sim. O lixo não fica acumulado por aí.
 R2 - Ajuda a limpar a cidade.
 R3 - Alimpa, a gente tá ali alimpando. Antigamente não tinha o meio ambiente, a gente hoje tem. É lixo mais a gente ganha o da comida com isso.
 R4 - É importante.
 R5 - É. (Mas não quis dizer por que)
 R6 - Sim, tenho pra mim que é ajuda mais a limpar, os catadores ajuda a limpar.
 R7 - Sim. (Não disse o porquê)

Como se pode perceber, as falas analisadas apresentam, ainda que de maneira pontual e empírica, a percepção de um significado social relativo ao trabalho. Fica, no entanto, inquietante e sem resposta, pois não era objeto desta pesquisa uma análise subjetiva do que seja “limpar” para essas pessoas.

Nesta pesquisa, essa questão se reveste de singular importância quando, segundo Gonçalves (2003, p. 20), se constata que “frequentemente o lixo é associado a tudo aquilo que não presta e que precisa ser afastado de nós.” Mas, ao mesmo tempo,

[...] carrega valores não materiais como o flagrante da nossa relação com o desperdício e a crença de que os recursos naturais são inesgotáveis, [...] ou, ainda, a estampa de nossa relação com a autoridade quando delegamos a outros a responsabilidade pelo sumiço do nosso lixo sem participarmos da discussão sobre o que deve ser feito (Gonçalves, 2003, p. 20).

Ressalte-se, implícito na fala de R03, um aspecto desvalorizador da atividade, R3 – “[...] É lixo, mas a gente ganha o da comida com isso.” Isso remonta às alusões de Gonçalves (2003, p.20-21), para a quem o lixo evidencia também a nossa relação com o outro, nesse caso específico o catador, e tudo o que ele pode representar.

Na análise das respostas dadas à questão “Você sentiu ou sente algum tipo de discriminação em relação ao seu trabalho na associação?”, fica evidente uma dupla discriminação em relação ao seu fazer e sua cor, o que remete a uma multiplicidade de outras mediações que não podem ser desconsideradas no contexto analítico de um trabalho como este:

- R1 - Não.
- R2 - Não
- R3 - Sim. As pessoas falando mal da gente porque a gente junta lixo xinga a gente de "filha da puta", "filho de uma égua", porque nosso carrinho atrapalha o trânsito.
- R4 - Discriminação eu recebo na rua – discriminação ou racistas. Eles ficam com medo da gente, porque eles pensam que negro é azarado; muitos locais não fornecem papel pra gente por causa disso.
- R5 - Não.
- R6 - Não.
- R7 - Sim. O pessoal chama de lixeiro.

Embora quatro (a maioria dos entrevistados) tenham informado não haver vivenciado algum tipo de discriminação em relação ao seu fazer, isso não permite supor a inexistência desse fenômeno, que se faz presente nas falas de R3, R4 e R7. Ao que tudo indica, existe um longo caminho a percorrer até a sociedade os perceber, de fato, como “agentes ambientais”, “agentes ecológicos” ou “catadores de material reciclável”, indicativo do reconhecimento

dessa ocupação pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, regularizado como profissão, constante no Código Brasileiro de Ocupação – CBO (2000).

Se, conforme alude Gonçalves (2003, p. 19), ao lixo se associa tudo o que não presta, ao que precisa ser afastado de nós, ser chamado de “lixeiro” significa ser concebido como o próprio lixo. Na realidade, tanto o xingamento como a expressão “lixeiro” comunicam preconceitos e estigmatizações.

As falas dos pesquisados, embora pareçam não dizer muito explicitamente, parecem indicar um problema universal da questão do poder e seus mecanismos de manutenção. Remetem, e se fazem singulares por isso, à problemática estudada por Elias (2000) em uma pesquisa de campo realizada no final dos anos 1950, na comunidade de Winston Parva, cuja população era composta por dois grupos: os moradores antigos e os recém-chegados, denominados, respectivamente, *bem estabelecidos* e *Outsiders*. Os elementos do primeiro grupo se viam como seres humanos superiores e reservavam para seus pares os cargos de destaque na comunidade, excluindo das relações que não fossem profissionais os membros dos outro grupo. Um aspecto importante nessa comunidade específica é a quase inexistência de assimetrias relacionadas à nacionalidade, ascendência étnica – “cor” ou raça, e tampouco diferenças relacionadas à ocupação, renda e nível educacional.

A estratégia de afirmação da superioridade do grupo em relação ao outro se fazia pela discriminação e estigmatização dos “*Outsiders*”. Embora ambos os grupos se constituíssem de trabalhadores, o grupo estabelecido atribuía aos *Outsiders* “as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ (...)” E esses, após algum tempo vivenciando situações humilhantes de estigmatização, preconceito e discriminação, pareciam aceitá-las como uma espécie de perplexidade e resignação a ideia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade (ELIAS, 2000, p.20). Para o autor, o observado em Winston Parva está presente no mundo inteiro, manifestado por meio das mais variadas formas de relações de “estabelecidos-*outsiders*”.

Este estudo traz também para a reflexão o fato de que o movimento de superação das barreiras emocionais, erguidas pelo sentimento de uma virtude superior nos grupos de estabelecidos e de um valor humano inferior nos grupos *outsiders*, não acompanha o ritmo dos ajustes jurídicos. É importante ressaltar esse fato, pois os catadores são historicamente estigmatizados e discriminados pelo que têm de pior na sua pobreza, a sua ocupação em lidar com o lixo. Levará ainda um tempo impreciso até constarem das respeitáveis estatísticas profissionais.

4.4 Gestão da rotina do trabalho

Quanto à análise da gestão do trabalho na ARPA, observou-se a necessidade de medidas organizativas, tendo em vista que sua rotina é caracterizada pelo imprevisto. Segundo Cano (2006, p.21), a sobrevivência de uma organização está diretamente relacionada à dinâmica rotineira das funções gerenciais, “[...] atividades realizadas por um gerente – dirigente, chefe de departamento, coordenador ou supervisor – para buscar a sobrevivência da organização ou unidade que gere”. Dentre estas funções – planejamento, organização, direção e controle – o planejamento se reveste de singular importância, pois define o futuro, a curto ou longo prazo da organização. Trata-se, pois, da “[...] ação de determinar a finalidade e os objetivos da organização e prever as atividades, os recursos e o meios que permitirão atingi-los ao longo de um período de tempo determinado” (CANO, 2006, p.21).

A realização dessa função requer conhecimento atual da organização. Seus métodos, técnicas e processos estão também relacionados à aprendizagem organizacional, ao saber das pessoas acerca do que fazem e do contexto. Pode se apresentar de forma bastante simples pensar os pagamentos das dívidas, as agendas da organização; mas também pode ser bem mais complexo como quando, a partir dos objetivos desenhados, se torna necessário pensar e definir os recursos necessários para a consecução do mesmo dinheiro, pessoas, máquinas, dentre outros.

Em relação à função planejamento, sondada através da pergunta: “Já participou de algum evento de planejamento na Associação?”, identificou-se, pela respostas de R1, R2 e R5, que na ARPA essa é uma atividade pontual, da qual poucos participam.

R1 – O presidente avisa e a gente vem.

R2 - Sim, quando precisa.

R3 – Não.

R4 – Não.

R6 - ???

R5 - Não, só eles mesmo: o Raul, e o rapaz que trabalha na prensa, a esposa dele.

R7 - Já. Todos. Desde o início da Associação.

O Gráfico 17 a seguir elucida melhor a controvérsia:

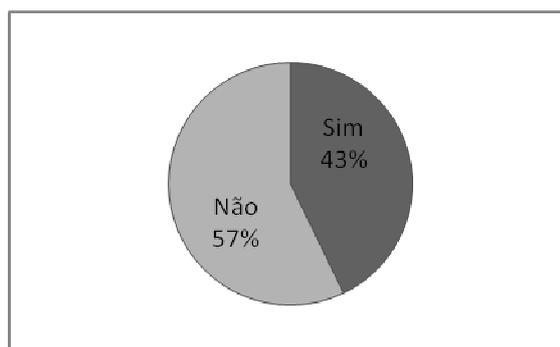


Gráfico 17 - Demonstrativo da participação em evento de planejamento na ARPA
Fonte: Pesquisadora

Tendo como parâmetro a concepção de Tenório (2006) a respeito da função planejamento e as respostas dadas à questão referida por: R1, R2 e R7, é possível inferir que as atividades na ARPA sejam realizadas na base do improviso, o que coloca em risco a própria sobrevivência da Organização, tendo em vista que a não realização dessa função implica a dificuldade de as pessoas definirem e avaliarem o caminho a seguir.

De outra forma, se se considerar a existência de uma prática elementar de planejamento, o Gráfico 17 aponta problema de participação, igualmente grave. De acordo com Veiga (2001), participar do planejamento das ações é aspecto muito importante, considerando que são atribuições dos associados contribuir para as associações e controlá-las democraticamente.

Tenório (2006) distingue três tipos de instrumentos de planejamento: o planejamento estratégico, já referido anteriormente, o cronograma e o orçamento. O segundo é um instrumento que permite visualizar as ações da organização a longo prazo; e o terceiro destina-se a pensar a organização em termos de receitas e despesas, entrada e saída de dinheiro, ou seja, em termos de fonte de aplicação dos recursos financeiros.

Em relação às origens das fontes de recursos da ARPA, os entrevistados manifestaram-se conforme detalhamento a seguir:

- R1 - Não sei, doação do distrito, DB e Riachuelo.
- R2 - Vem do trabalho, dos associados e doações.
- R3 - A associação não tem recursos, nenhum. A associação recebe doação, mas não reparte com nós, ficam pra ele, o Raul e a Neia.
- R4 - Eu até agora trabalhei sempre o que eu faço.²⁵ Recebe doação, chega caminhão com papelão, ora é comprado, ora é doado. Eles compram de quem eu não sei. É sigilo, eu não presto atenção de que firma é.
- R5 - Não sei informar.

²⁵ Quis dizer com isso que o que ele recebe é sempre fruto de seu trabalho, e não de doação.

R6 – Eu não posso dizer, ele não fala nada. O papelão, que vem da rua é enfadado e vai pra fábrica. Ele compra PET dos catadores. Entra doação de papel; é pra ser dividido com os catadores – nas outras associação é, mas ele não. Se a pessoa doar pro catador, mesmo na porta da associação, eles não deixam o catador ficar pra ele. A mulher mesmo ²⁶ falou que não é pra pegar, porque a doação é pra a associação. A maior parte do papelão é doada e o dinheiro não é dividido.

R7 - De outras associações – dinheiro, banco – empréstimo e o material da rua e das lojas.

Essas assertivas apontam diversos problemas inter-relacionados numa áurea viciosa em que fica difícil pontuar a causa fundante. Mas apontam, inegavelmente, para a gestão do trabalho na organização, ou seja, a competência da administração, o que não é objeto deste estudo. Entretanto, as falas de R1, R4, R5 e R6 reportam-se aos problemas de participação já tratados quando da análise da questão relativa ao planejamento na ARPA.

Assim, tendo em vista a dinâmica circular interativa das funções gerenciais (TENÓRIO, 2006), pode-se prever outros impactos relacionados à inexistência de um planejamento, tal como a inexistência de metas que sirvam de parâmetro para os esforços de produção. À questão: “Existem metas que sirvam de parâmetro para a produção?”, obteve-se às seguintes respostas:

R1 - Não. A gente produz o tanto que quiser.

R2 - Não. A gente é que faz mesmo. Vai da gente, quanto mais a gente produzir é melhor pra gente.

R3 - Existe. O Sr. Raul, ele manda a gente trabalhar, se não, a gente não tem dinheiro.

R4 - Não. Só eles disseram na reunião que aqueles catasse mais, ganhava um prêmio.

R5 - Não.

R6 - Não.

R7 - Sim. A associação tem que produzir 80 toneladas.

As falas de R1, R2, R3 indicam que a função gerencial *direção* apresenta padrões mínimos na ARPA. Segundo Tenório (2006), é por meio dessa função que o administrador – gerente, supervisor ou encarregado, define os meios, o modo e os objetivos organizacionais. É uma atividade extremamente dinâmica, pois exige do seu realizador capacidade de coordenar o trabalho, pessoas, materiais, equipamentos, instalações e os recursos necessários ao atendimento dos objetivos e metas nos prazos acordados.

Em uma organização autogestionária como as associações, a concretização da função aludida é, ou pelo menos deveria ser, menos árdua que numa empresa capitalista, que pratica a heterogestão. Lourenço (2008, p. 36) afirma que “dirigir uma empresa capitalista estaria

²⁶ Referia-se à senhora Alcinéia, a vice-presidente e esposa do presidente.

mais próximo de estar em uma guerra do que de uma análise e solução de dificuldades técnicas” Já em uma organização que pratica a autogestão, segundo essa autora, o caráter democrático dessas organizações facilitaria o processo, pois as discussões sobre interesses diversos podem ser realizadas abertamente e decididas por negociação, além do que os principais interessados na consecução dos objetivos organizacionais, do quais as metas, são apenas detalhamentos, são os próprios associados.

Ressalta-se, com base em Veiga (2001), que a Assembleia Geral, composta por todos os associados em dia com o cumprimento de suas obrigações, é o órgão de decisão na unidade – associação ou cooperativa. Assim, pode-se concluir que as deliberações diárias do gerente, supervisor ou encarregado, devam ser a expressão das deliberações da Assembleia.

O estado de anomia, isto é, ausência de regras e regulamentos que norteiem a dinâmica das atividades, mais o entendimento de que regras e autogestão sejam incompatíveis, observados quando da realização deste estudo, certamente impactam o fluxo da gestão na ARPA.

Apesar disso, segundo informado pelo presidente, existe um volume médio de material coletado somente pelos catadores que trabalham no galpão (Quadro 10). A esse quantitativo somam-se também, determinando o total produzido pela Associação, as doações feitas por várias empresas do Distrito Industrial de Manaus, material coletado nos dois Postos de Entrega Voluntário – PEVs da Praça do D. Pedro e do Fórum Henoch Reis, o que quer dizer toneladas de material a custo zero.

O quadro a seguir detalha os tipos de materiais com os quais a ARPA trabalha prioritariamente:

Tipo de material	Volume semana/Kg	Valor de venda	Receitas
Papelão	50.000	0,13	6.500,00
Plástico PE	600	0,45	270,00
PET	600	0,80	480,00
Papel listagem		0,35	0,00
Revista	5.000	0,10	500,00
Total	6.200		7.750,00

Quadro 10 - Materiais coletados: tipo, volume, valor de venda
Fonte: Pesquisadora

Tanto no momento da entrevista como nas visitas à Associação, os catadores cujos rendimentos são determinados pela produção, isto é, pelo volume coletado diretamente por

eles, deixaram claro sua insatisfação em relação ao fato de não participarem das receitas obtidas com as doações nem dos valores correspondentes à valoração do trabalho pela Associação.

A rotina da ARPA não obedece a um horário definido, segundo informado por um dos administradores e confirmado nas demais falas dos associados. O horário é feito pela própria pessoa, de acordo com sua vontade e demandas pessoais. Assim, há aqueles trabalham pela manhã, e outros que começam somente à tarde. Independentemente do horário de cada associado, as atividades consistem no seguinte processo:

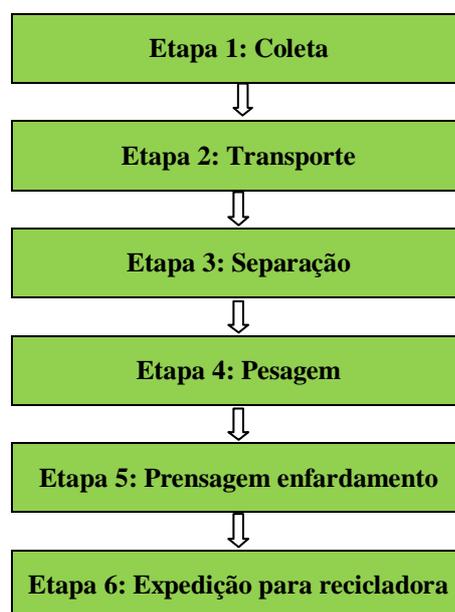


Figura 10 – Fluxo das atividades realizadas na ARPA
Fonte: Pesquisadora

A coleta é realizada no entorno da Igreja dos Remédios – nas feiras – e no centro da cidade. O material coletado é transportado para a sede da Associação em um carrinho manual, isto é, empurrado pelo catador, onde é feita a pesagem - momento em que se dá também o controle da produção de cada um.

A respeito de como se dava o controle da produção de cada pessoa, quando perguntado aos pesquisados, informaram:

- R1 - O filho dele - refere-se ao Silas - anota na agenda o que produz, e a gente anota num papel.
- R2 - Quando a gente chega da rua, a gente pesa o material e vai juntando. O Raul anota e eu anoto.
- R3 - A gente coleta, pesa o material e calcula o que a gente ganha por dia.
- R4 - O controle é deles. Eu sei pelos quilos que eu entreguei. A gente faz as contas de 0,10 por quilo.

R5 - É pesado, anotado; no sábado a gente recebe.

R6 - Não ganho por produção e sim por dia trabalhado. Só eu mesmo que trabalho por dia, sou funcionário dele. (Estabelece uma diferenciação entre si e os catadores externos. Ele não cata material na rua, e por isso não ganha por produção, sobre o material coletado.)

R7 - Pela quantidade. Já temos uma noção. É pesado, calculado o peso em dinheiro, anota e dá uma nota pra você²⁷

As respostas apresentadas, ao lado da observação direta, ratificam a percepção da precariedade da gestão no âmbito da ARPA. As falas de R1, R2, R3, R4, R5 e R7 referem-se às anotações feitas em um caderno de responsabilidade de R7. Essas anotações, vistas de relance em uma das entrevistas, formalmente distanciam-se muito de uma planilha e dizem respeito somente à produção individual dos informantes. Ressalta-se que não foi observado nas visitas nenhum outro procedimento formal ou informal de controle dos processos.

A inexistência de planejamento e controle das atividades na ARPA apontada neste estudo indicam a ausência sistemática de processo gerencial e permitem inferir impactos nas demais funções, pois a dinâmica das funções gerenciais configura-se de forma circular e contínua, inicia-se com o planejamento e termina com o controle, o qual, por sua vez, subsidia uma nova etapa de planejamento. Além disso, “sem planejamento as pessoas têm dificuldade tanto para definir o que devem fazer quanto para avaliar o caminho seguido.” (TENÓRIO, 2006, p. 22).

Destaca-se, ainda, que R6 realiza tarefa de separação dos materiais no âmbito interno da Associação, portanto não controla sua produção. A fala de R7 não diz respeito a si, e sim à rotina pela qual é responsável de pesagem do material coletado e entregue para posterior prensagem e enfardamento. Em suma, também nesse aspecto, a gestão da Organização deixa muito a desejar.

Reportando-se, ainda, ao fluxo das atividades realizadas pela ARPA, observou-se que os tipos principais de materiais coletados são: papelão, papel branco, papel listado, revistas, garrafas PETs, plásticos diversos, os quais são manuseados por pessoas sem uso de quaisquer instrumentos de proteção.

²⁷ “Você” refere-se, nesse contexto, ao catador.



Figura 11 - Trabalhador realizando a tarefa de separação do material coletado
Fonte: Pesquisadora

A tarefa de prensagem e enfardamento acontece concomitantemente, compondo uma única etapa do processo. Após essa etapa, os fardos, já primariamente beneficiados, são transportados manualmente para o caminhão, que os leva até a fábrica no Distrito Industrial de Manaus.



Figura 12 - Trabalhador realizando trabalho de prensagem do material coletado.
Fonte: Pesquisadora

Todo o material produzido pela ARPA é comercializado em Manaus, tendo como principais compradores:

Empresas	Materiais
PCE Embalagens S/A	Papelão
Benaion Indústria de Papel e Celulose (BIPACEL)	Papel listagem, revista
Pará Plásticos	Plásticos

Quadro 11 - Empresas compradoras de materiais da ARPA

Fonte: Pesquisadora

As atribuições relativas à comercialização do material coletado pela ARPA são centralizadas no presidente, que detém o conhecimento do processo. Quando se abordou a questão da comunicação – interna e externa – da Associação, pontuando o compartilhamento das informações financeiras com os associados, identificou-se que atualmente não existe nenhuma forma de prestação de contas aos associados. Nem mesmo os outros membros da administração parecem ter conhecimento da dinâmica contábil da organização. Explícita está a necessidade do envolvimento das pessoas nesse processo, uma vez que é responsabilidade dos associados o controle democrático da Associação (VEIGA, 2001).

Ainda sobre a questão da comercialização dos produtos recicláveis, vale frisar a característica do mercado regional, Manaus, que é oligopsônico, isto é, um mercado formado por um grupo pequeno de empresas compradoras, segundo Calderoni [2003] *apud* Gonçalves, 2003). Um mercado sem concorrência impõe às associações regras e até penalidades, estabelecimento de critérios de separação dos materiais, volume mínimo e máximo para a compra e punição pela violação das regras. Um exemplo modelar dessa situação, a Associação em estudo foi penalizada pela recicladora, que decidiu adiar o pagamento recebido, que é feito semanalmente, para o final do mês em razão de a ARPA haver ultrapassado a cota estabelecida.

As análises empreendidas parecem colocar diante dos catadores um de seus maiores desafios: construir laços de coesão grupal para sobreviver e crescer nesse tipo de mercado.

4.5 Aspectos relacionados à dinâmica das relações internas na associação

O viver e fazer numa associação pode indicar propósito de mudanças e requerer um esforço de mobilização permanente. Para concretizar ambas as situações, o intercâmbio de informações é uma questão vital. Toro (2004, p. 13) define mobilização como uma “convocação de vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação

e sentido compartilhados”. Ressalta, ainda, que “Convocar vontades significa convocar discursos, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina o cotidiano”. Isso pressupõe um amplo esforço de comunicação orientado para o compartilhamento de discursos, visões e informações. Estabiliza-se no saber que, analogamente ao que faço e decido no meu campo de atuação cotidiano, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.

O resultado do esforço em tese se manifesta em produtividade social, conceitualmente ampliada para além da concepção econômica produz uma sociedade produtiva. Assim concebida, construir um país, Estado ou município não é uma tarefa exclusiva de empresários, é também dos políticos, das lideranças, dos pais e mães de família, dos educadores e dos trabalhadores, enfim, de todos os cidadãos. Assim, consultar e decidir, no âmbito de uma associação, se reveste de um significado muito importante, comunica o ritmo das mudanças que se ensejam, da mesma forma que deixa antever as forças que se colocam como obstáculos.

A análise que envolve o tema em tela foi trabalhada quando foi formulada aos pesquisados a pergunta: “Quando se tem que decidir sobre alguma coisa na Associação, você é consultado?” A resposta negativa de 57% dos entrevistados e a superficialidade das respostas afirmativas (“Sim. Quando precisa.”; “Eles pergunta na reunião.”) indicam que o processo de decisão no âmbito da ARPA restringe-se a um círculo bastante circunscrito, ou seja, participação restritiva, o que deve ser considerado no exame dos parâmetros de efetividade dessa associação, a ser examinada no próximo tópico.

A gestão do trabalho na Associação parece indicar a necessidade de medidas educativas diversas com foco na mudança de comportamento dos associados, principalmente no que diz respeito ao engajamento nas atividades, isso porque uma organização autogestionária – associação ou cooperativa – não tem existência independente dos seus membros. Mota (2001) esclarece que a realidade organizacional existe em função dos valores das pessoas, e os objetivos organizacionais constituem essencialmente objetivos individuais. Assim, a melhora de uma organização requer educação e deve ter como produto mudança de pensamento das pessoas que se reflitam em suas ações.

4.6 Outros aspectos analisados

Um dos pontos fortes da Associação em análise é o seu relacionamento com o público externo. Essa fortaleza certamente está relacionada ao comportamento empreendedor do seu administrador, o que tem contribuído para a parceria com apoiadores e financiadores (Quadro 12) para suas ações:

Apoiadores	Tipo de apoio
Companhia de Bebidas das Américas–AmBev.	Doação de prensa enfardadeira e balança
Coca-Cola	Fardamentos, novos carrinhos.
Banco do Estado do Amazonas – BASA	Fornecimento de material para reciclagem.
Ministério Público Estadual – MPE	Fornecimento de material para reciclagem.
Prefeitura Municipal de Manaus (PMM)	Caminhão para transporte do material coletado até a fábrica recicladora.
UFAM	Capacitação através do Projeto Inovar, Empreender e Reciclar.
SEBRAE	Cursos diversos.
Banco do Brasil – BB Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas (CDH)	Verba para o festival. Financiamento do Projeto Uma porta para a coleta, reciclagem e renda de matérias sólidas. (Em análise)

Quadro 12 - Apoiadores da ARPA
Fonte: Pesquisadora

Recentemente, o Governo do Estado do Amazonas, através do Conselho de Desenvolvimento Humano (CDH), aprovou um projeto para compra de equipamentos – prensas, empilhadeiras e caminhão –, que certamente trarão como benefício o aumento da produtividade – de 16t por semana para 50t por semana.

Outro aspecto que chama atenção nesta pesquisa é a ausência de iniciativas, planos em ação ou projetos futuros visando às ações de apoio ao associativismo. Importa destacar que, segundo o presidente da ARPA e também presidente do Movimento dos Catadores em Manaus, as relações inter-associações são marcadas por competição e violência, incentivadas por alguns dirigentes. Subjacente aos confrontos está a disputa por locais de coleta. Esse estado de coisas já resultou em prejuízo em função da danificação dos carrinhos de coleta, por meio de cortes dos pneus com facas. Esse clima tem levado alguns membros da ARPA a não saírem mais para a coleta, a fim de evitar confrontos e brigas. De um modo geral, as

associações não se unem em defesa de seus interesses, o que fragiliza a todos.

Veiga (2001) defende que, para o desenvolvimento e fortalecimento do associativismo, é importante a troca de informações, produtos e serviços entre associações. Para viabilizar o setor, devem trabalhar conjuntamente, por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, em formato de redes. Sobre tal aspecto, acredita-se que a ARPA muito poderia contribuir, pois seu presidente é também, como mencionado, o presidente do Movimento dos Catadores em Manaus.

Ainda que se considere a relevância da ideia lançada pelo atual presidente de se transformar a Associação em uma cooperativa, é importante frisar que tal proposta não foi apresentada em uma assembleia geral, mas em uma reunião interna. Na realidade, considerando o contingente de 60 pessoas vinculadas a essa Associação e o número total de 10 pessoas presentes à reunião, convocadas informalmente, o que fere o estatuto, há que se questionar a dinâmica instituída nas relações da ARPA. Ademais, não se identificou quaisquer outras ações visando ao fortalecimento das relações entre os próprios associados.

Ao lado do exposto, foi possível identificar, por meio de entrevistas e observações diretas, a existência de situações críticas em termos de relações interpessoais, razão apontada por alguns para deixarem a Associação, incidentes envolvendo tratamento descortês por parte da administração, informações truncadas, falta de cooperação, não cumprimento de responsabilidades assumidas, não envolvimento com os negócios da Associação, dentre outros, foram apontados como motivos de insatisfação.

O que se consigna é um prenúncio de crise. Veiga (2001, p. 31) apresenta uma lista de problemas que têm levado à cisão dos relacionamentos e término de associações:

A associação acabou porque os resultados econômicos eram negativos ou reduzidos demais. O trabalho era bom, o clima de fraternidade era bom, mas não havia ganhos econômicos.

Os associados negociavam parte da sua produção individualmente por fora da associação.

A associação acabou porque os resultados a que ela se propunha não foram alcançados.

Criou-se muita dependência em relação a pessoas ou a órgãos de fora da associação. Nas reuniões, os assessores definiam tudo. Os associados tinham de acatar o que diziam e, por isso, não eram discutidas as melhores soluções para os problemas concretos.

Inexperiência das pessoas na relação comunitária. Essas pessoas tinham uma experiência sempre concentrada no indivíduo e tinham dificuldade de se relacionar.

Havia muito paternalismo. As pessoas ficavam esperando que o padre, o prefeito, o assessor, alguém resolvesse os problemas da associação.

Misturava-se o dinheiro da associação com negócios particulares ou mesmo com empréstimos pessoais que nunca eram pagos.

Alguns trabalhavam mais e outros menos e todos ganhavam a mesma coisa, o que gerou muita discórdia.

Queriam que tudo fosse coletivo, mas as pessoas só tinham experiência de trabalho individual ou de negócio individual, com equipamentos individuais. Quando se quis fazer tudo de todo mundo, essas pessoas acabaram deixando a associação.

Os dirigentes decidiram lá no gabinete. Os associados nunca sabiam que rumo à associação ia seguir.

Só os mais velhos decidiam tudo. Diziam que os outros não tinham experiência. Então os mais jovens perderam o interesse pela associação e saíram.

A associação não prestava serviços para os associados.

A associação não avançou na educação associativa junto aos associados e nem para fora da associação, incentivando o surgimento de outras associações, o que impossibilitou a criação de redes locais e o fortalecimento de laços e negócios. Também não fortaleceu a cidadania dos associados e sua constituição enquanto agentes de transformação na localidade e/ou municípios (VEIGA, 2001, p. 31).

As situações detalhadas, retrato da vivência da pesquisadora, podem servir de norte para medidas preventivas para as associações, de um modo geral, e para a ARPA, em particular. A educação do trabalhador é condição imprescindível para a sustentabilidade das organizações em geral e em especial nas associações, espaços onde se reveste de caráter especial por suas características autogestionárias, o que exige a construção de uma cultura diferenciada de produzir a vida, pautada, principalmente, na cooperação e na solidariedade, dentre outros. Assim, esse contexto exige uma educação específica orientada para a formação de uma cultura associativista, para o treinamento e para a capacitação, pois, como defende Veiga (2001 p 15), “as associações devem proporcionar educação e formação aos sócios, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles devem informar o público em geral, particularmente os jovens e líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação”. Para esse fim, devem também prover os recursos necessários e incluir no processo os familiares dos associados.

A educação para o associativismo se coloca como premente porque, como lembra Lemos (2008, p. 22), “o trabalhador pautado pela economia capitalista foi expropriado desta condição humana de deliberar e decidir, prever e escolher da socialização baseada de práticas disciplinares próprias da Igreja – o silêncio – e do exército – a rígida disciplina”. As organizações pautadas pelo associativismo – associações e cooperativas – se ressentem desse legado:

Socializamo-nos em uma sociedade capitalista em meio a seus valores de competição, individualismo egoísta e materialismo consumista, valores esses que conscientemente ou não são parte de nossa constituição enquanto sujeitos sociais. No momento em que nos opomos ao capitalismo e suas formas de sujeição e nos dispomos a transformá-las, necessitamos incluir como “campo de transformação” todo esse conjunto de valores que não somente compõe o capitalismo, mas a nós

mesmos. Em outras palavras, necessitamos transformar o capitalismo em nós (BARRETO *apud* LOURENÇO, 2008, p. 23).

Essa não é uma tarefa fácil, como bem o diz Eli, uma cooperada da CooperSol, entrevistada por Lourenço (2008, p. 22): “Nossa cabeça é capitalista, nossas mentes são capitalistas”. Essa assertiva comunica a força de valores capitalistas que subjazem às ações e pensamentos dos indivíduos. Assim, a reconstrução de uma cultura não capitalista requer investimento em educação diferenciada, capaz também de capacitar para a realização das tarefas cotidianas – treinamento e capacitação.

A preocupação com essa questão parece estar incorporada aos objetivos específicos da ARPA, se compreendidos de forma abrangente:

- II Formar e capacitar os associados para a coleta seletiva evitando impactos ecológicos;
- VII Formar parcerias com IDAM, EMBRAPA, INCRA, UEA, UFAM, SDS, IPAAM, etc, para o desenvolvimento e monitoramento técnico;
- VIII Programas educação ambiental, favorecendo o crescimento da consciência ecológica coletiva e obedecendo as vocações regionais de acordo com as leis ambientais. (ARPA/ESTATUTO, artigo 4, 2007.)
- II Firmar parcerias ou contratos com entidades públicas privadas com vistas a contratação e treinamento de mão-de-obra para suprir as necessidades em recursos humanos;
- III Cursos e treinamentos visando ao desenvolvimento e a capacitação dos associados. (ARPA/ESTATUTO, artigo 5, 2007.)

A análise dessa questão, com base nas entrevistas, coloca em tela um percentual de 100% dos entrevistados que informaram não haver participado de nenhum treinamento promovido ou apoiado pela Associação. No entanto, foi possível identificar a realização de cursos de capacitação realizados pela UFAM, SEBRAE e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e, ainda, um workshop sobre coleta seletiva e contabilidade, promovido pela AmBev, no âmbito de seu projeto Recicloteca, do qual a ARPA fez parte. A contradição que envolve essa questão explica-se na rotatividade do contingente de pessoas na Associação: as pessoas que hoje estão trabalhando com a organização, na sua sede, *locus* dessa pesquisa, não fizeram parte do grupo de pessoas que a iniciaram.

Os resultados do trabalho de uma associação devem se estender para além do seu ambiente organizacional interno. Seguindo o princípio do interesse da comunidade envolvida, o trabalho dessas organizações deve contribuir também para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, Estado e país, por meio de políticas aprovadas por seus membros (VEIGA, 2001).

A Associação em estudo se propôs a materializar esse princípio, incluindo em seus objetivos a “criação de uma base de produção de artesanatos, atendendo o aproveitamento de produtos florestais, gerando ocupação e renda para as famílias”. No âmbito desta pesquisa, averiguou-se a existência de ações concretas com esse fim, permitindo inferir que, visando a essa finalidade, a ARPA tem doado materiais reciclados, passíveis de utilização na fabricação de peças artesanais para um grupo que trabalha com artesanato formado por mulheres na Zona Leste de Manaus (Figura 15).

Além disso, foi realizada em 2007 uma oficina de reciclagem, com apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, onde os associados aprenderam a confeccionar embalagem, porta-trecos e enfeite natalino de garrafa PET.

Neste estudo sondou-se o emprego dessas habilidades através da questão: “[...] produz objetos de arte ou algum tipo de artesanato usando materiais recicláveis com que trabalha?”, e constatou-se o não aproveitamento das habilidades aprendidas (Gráfico 18) como uma opção para a geração de renda:



Gráfico 18 - Percentual de trabalhadores que sabem fazer artesanato
Fonte: Pesquisadora

Dos informantes, apenas 14% disse saber confeccionar artesanalmente algum artefato com materiais recicláveis, mas não emprega essa habilidade como opção para incrementar a renda. Os demais informaram que não sabiam fazer nenhum tipo de artesanato. Pode-se inferir, a partir do tom das respostas, que mesmo se detivessem os conhecimentos necessários não os usariam para esse fim. Infere-se que, dentre tantos aspectos justificáveis para o não aproveitamento dessa habilidade aprendida, está a percepção dos entrevistados em relação à

atividade como apenas uma opção a mais para obtenção de renda.

Almejando proteger e valorizar a fauna e a flora, rios, mananciais, igarapés e a natureza amazônica, a Associação tem participado de ações e mutirões de limpeza de iniciativa de outras organizações. Realizou em 2008, na Escola Municipal Leonor Uchoa, (Anexo A) uma campanha de conscientização, visando mostrar a importância de reciclar. Várias atividades foram desenvolvidas, com destaque para o recolhimento de materiais para doação aos catadores. Além disso, a própria atividade realizada pela Associação já se consagra como de preservação ambiental, pois, conforme afirma Conceição (2005), a reciclagem é muito importante do ponto de vista ambiental por várias razões: ecológicas – propociona a economia de recursos naturais, ou seja, evita saques às matérias virgens na natureza; econômicas – movimenta bilhões de reais por ano; sanitárias – evita que os resíduos jogados venham a ameaçar a saúde pública e política – permite economizar cerca de 5 a 12% no orçamento anual das prefeituras, percentuais que poderiam ser remanejados para a educação, por exemplo. Da mesma forma, Tenório (2004) afirma a reciclagem prolonga a vida útil dos aterros sanitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar a efetividade de um projeto não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de uma Organização do Terceiro Setor – OTS. Dentre tantas e diversas dificuldades sobressai-se a obtenção das informações e o compromisso de demonstrar que os resultados encontrados – sejam eles no sentido de identificar potencialidades e/ou fragilidades – de fato, decorrem das ações investigadas e analisadas.

Ao longo deste trabalho, foram várias as dificuldades: a Organização estudada dispõe de pouquíssimos documentos e registros sobre suas ações. Nesse sentido, foram disponibilizados somente cópias do Estatuto e Atas de Eleição da Primeira e Segunda Diretoria; os sujeitos da pesquisa também mostraram-se resistentes às entrevistas, mesmo depois da reunião de apresentação e sensibilização. Assim, contou-se com o esforço do Presidente da Associação para que se iniciasse o processo.

As falas nas entrevistas caracterizaram-se pelo laconismo. Em substituição às palavras, em alguns momentos fez-se uso de meios-sorrisos, meneios de cabeças, olhares distanciados, brusca modulação da voz, discursos entrecortados. Num primeiro momento, isso impactou sobremaneira exigindo que se refletisse e se buscasse compreender o significado da pouca fala e das posturas apresentadas, analisando-se muita coisa dita no silêncio, nas brincadeiras com os pares, nos desabafo entre eles.

Em face às dificuldades apontadas, buscou-se aproximação com outras associações – participando da reunião de construção de eventos, como o que visa a criar um conselho do Movimento dos Catadores em Manaus; procurou-se ouvir a PCE Embalagens²⁸ – empresa que compra os materiais da ARPA; a responsável pelo Projeto Recicloteca, iniciativa da AMBEV, pela qual a Associação foi beneficiária. Ressalte-se que essas abordagens foram conversas testemunhadas, mas não gravadas, até pelo fato de não estar previsto fazê-las.

Ademais, foi possível observar a dinâmica de realização dos objetivos da Organização em vários aspectos. Nas últimas visitas, fizeram-se confissões e demandas diretas à pesquisadora em relação aos problemas da Associação, inclusive pedidos de ajuda, pois a organização passa por uma crise que tem como pano de fundo a insatisfação com a gestão

²⁸ O termo PCE não é uma sigla, compõe o nome de fantasia da organização referida. Assim, deixa de constar da Lista de Siglas.

vigente. Em razão disso, alguns catadores já deixaram a Associação. Na atual conjuntura, conforme informação, apenas cinco dos entrevistados lá permanecem.

É possível destacar aspectos que envolvem avanços, fragilidades e desafios postos à ARPA. O processo de legalização da Associação configura-se como um grande avanço, tendo em vista que para uma associação ser constituída não basta a manifestação de uma vontade coletiva, mas é necessária a determinação dos envolvidos para fazer face às exigências de quatro registros obrigatórios: no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o estatuto social e demais atos constitutivos a serem registrados devem obedecer o disposto no Código Civil e na Lei 6015/73; na Receita Federal, com vistas à movimentação financeira, torna-se imprescindível a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); na Prefeitura, registra-se o espaço físico a ser utilizado como sede da associação a fim de se obter o Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e o Alvará de Localização e Funcionamento dentre outros; no Ministério do Trabalho, o registro visa à regularização trabalhista, independente da existência ou não de empregados/as; e no Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), onde o registro se faz obrigatório quando se quiser contratar empregados/as, (VEIGA, 2001).

Em relação às condições de legalidade da ARPA, ou melhor, ao atendimento às exigências legais, o que se pode assegurar é que a mesma possui, devidamente registrados, Ata de Fundação e Estatutos; quanto à Ata de eleição da nova diretoria, essa ainda não fora registrada em Cartório.

Há iniciativas de buscas de parcerias visando à formação dos associados (treinamentos) e recursos para instituição, por meio da comunicação com outros interlocutores. Hoje a ARPA é convidada a discutir a questão do lixo nas instâncias públicas – municipal e estadual. Basta acessar a internet para constatar documentos oficiais e matérias de vários jornais ratificando essa fluência em relação a iniciativas de educação ambiental e apoio ao crescimento de outras organizações.

Por outro lado, essa Associação tem diante de si sérios desafios: reverter o quadro de insatisfação reinante na Associação em relação à gestão da mesma; reconstruir as relações internas, no momento impregnadas de desconfianças; melhorar as condições de trabalho: espaço físico, segurança e proteção do trabalhador; descentralizar as atividades e melhorar os processos de gestão, hoje centradas na pessoa do presidente; oportunizar aos demais membros da diretoria condições para que exerçam as funções para as quais foram escolhidos; formar a base de associados, atendendo ao que diz a lei. Essas e outras questões se constituem

obstáculos à sustentabilidade da Associação e, por conseguinte, à efetividade das suas ações.

Tendo como parâmetro alguns avanços já conquistados pela Associação, é clara a necessidade de rever a sua dinâmica de gestão, apontada pelos entrevistados como o seu maior problema. Para isso, deve buscar realizar um Planejamento Estratégico Participativo, contando com a efetiva participação de todos, e assumir o compromisso de se orientar pelas decisões tomadas em conjunto.

É possível afirmar que a ARPA é uma associação caracterizada pela concentração de esforço e de empreendedorismo de suas lideranças, as quais, apesar das limitações tanto de ordem interna como externa, buscam concretizar seus objetivos. Além de existir formalmente – considerando sua existência legal – há mais de dois anos, tem também o reconhecimento em diversos segmentos: no setor público – Federal, Estadual e Municipal; no setor privado: indústrias, bancos, área de comunicação, dentre outras.

Entretanto, a ARPA apresenta-se neste momento marcada por ambigüidades: 1) adotar uma forma jurídica incompatível com a sua finalidade, não ser uma empresa, mas em alguns momentos se colocar como tal e ser reconhecida assim pelos informantes – o que pode ser identificado quando as lideranças da própria Associação são percebidas como patrões; e em alguns momentos o próprio presidente comunica verbalmente essa percepção de ser uma empresa; 2) não ser uma Associação de fato, pois não funciona como tal, principalmente no que se refere à participação dos “associados”; a entidade também não é uma recicladora, pois suas atividades correspondem basicamente ao que o CBO (2000) define como inerente às atividades de catadores, uma categoria profissional hoje reconhecida legalmente.

Os participantes da Associação também vivenciam essa ambigüidade; com exceção dos membros da diretoria, os demais não são associados, não são empregados, não fazem parte de uma organização profissional e nem de um movimento social. Essa situação indefinida certamente suscetibiliza a ARPA a ações legais, pois não estão claras no seu estatuto as formas de relação com esses atores, devendo, inclusive, estar explicitadas no documento citado ou no Regimento Interno, este último ainda inexistente. Nesse sentido, fica a interrogação: que tipo de organização de fato é a ARPA? A serviço de quem está?

Enquanto ambiente de trabalho, fica patente que é um lugar de mal-estar e crise. Em suas acomodações insalubres observam-se precárias condições de higiene e conforto, além de um clima organizacional caracterizado por conflitos velados entre a administração e os participantes da Associação. Um lugar de insatisfação – onde não se fica por muito tempo ou

se fica apenas por falta de opção, cujas relações apresentam certo grau de afeto e solidariedade em relação aos mais velhos e vulneráveis, mas ausente quando se trata da realização das atividades, sendo neste acaso, cada um por si. Apesar disso, percebe-se a tensão existente em relação à situação de “abandono da Associação”, vivenciada por uns de modo silente e por outros com indignação em relação às lideranças.

A análise referente ao alinhamento entre os objetivos delineados e realizados pela ARPA indica a concretização de realizações diversas, tais como:

- a) Apoio aos catadores – nesse aspecto, a organização intermedeia a venda de seus produtos, normalmente constituído de pequenos volumes, o que não seria passível de negociação junto aos atravessadores, em virtude do subpreço oferecido, e junto às recicladoras, pois essas só negociam grandes volumes;
- b) Iniciativas de promoção a preservação ambiental – palestras em escolas, participação em mutirões de limpeza e cidadania promovidos pela Prefeitura, realização do Primeiro Festival de Reciclagem, dentre outros;
- c) Elaboração e submissão ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas (CDH) do projeto denominado *Uma porta para a coleta, reciclagem e renda*, visando a ampliar a capacidade técnica operacional da Associação, sob análise naquele Conselho;
- d) Formalização de parcerias que renderam, inclusive, premiações à Associação.

Em relação ao aspecto do “bem-estar social”, o qual está relacionado, direta ou indiretamente, à questão da renda do trabalho na Associação, foco da análise, pode-se inferir a ausência de efetividade.

Tal inferência reporta aos estudos de Roche (2002) e, à guisa de exemplo considerar o estudo de caso do Comitê de Desenvolvimento Rural de Bangladesh (BRAC), os quais mostram a relação renda, bem-estar e efetividade. Nesse estudo, a fim de determinar o nível de bem-estar propiciado pelo projeto, foram escolhidos três indicadores, dentre os quais o *Bem-estar econômico* – posse da terra, ocupação, bens, qualidade da moradia, gasto e consumo com o domicílio, segurança alimentar, crédito e poupança, habilidade para enfrentar a crise – e, *Aspectos sociais do bem-estar*, alfabetização e nível de educacional, saúde, saneamento e planejamento familiar, características demográficas e outras do domicílio.

O registro anterior se faz importante, tendo em vista que no estudo que ora se faz a

avaliação da efetividade das atividades da ARPA para geração de renda se concretizaria na medida em que fosse possível determinar a variação nos níveis de bem-estar com suas projeções sociais. Ainda a esse respeito, ressalta-se o entendimento de algumas considerações da Associação Brasileira de ONGs – ABONG (2007) sobre Indicadores de Efetividade:

Indicam os efeitos que o uso dos resultados pelas/os beneficiárias/os geraram. Usualmente, indicam mudanças na qualidade de vida, no comportamento e em atitudes e/ou na forma de funcionamento de organizações. Sua definição é bem mais difícil do que a dos indicadores operacionais e de desempenho. A função chave desses Indicadores é demonstrar até que ponto os objetivos do projeto foram alcançados. Dado que tende a levar um certo tempo para que o conjunto dos resultados surta efeitos junto às/aos beneficiárias/os, é recomendável avaliar a efetividade depois de transcorrido um certo tempo (alguns meses a um ano, pelo menos) a partir da produção dos resultados. Sugere-se ainda que os indicadores de efetividade não sejam mais do que um ou dois, o que ajuda a focalizar o monitoramento e avaliação do projeto (ABONG, 2007, p. 66-67).

Ratificando o posicionamento anterior, os indicadores renda e domicílio (este último sintetizador dos aspectos sociais do bem-estar) não apontam mudanças positivas na vida dos pesquisados da ARPA, pois os esforços envidados pela Associação na consecução dos objetivos não implicaram, até o momento dessa pesquisa, mudanças práticas na vida dos informantes, de um lado; por outro, mesmo contando com uma permanência de mais de cinco anos no mercado, a Associação apresenta padrões críticos de organização que refletem e perpassam todo o seu fazer.

Neste sentido, há necessidade de superação e aprimoramento em vários aspectos na organização estudada, dentre os quais alguns que apresentam maior nível de premência, a saber:

- a) Rever a abrangência dos objetivos desenhados no estatuto, alinhando-os às reais condições operacionais da organização;
- b) Promover a mobilização dos associados, empregados – formais e informais, para a participação. Alias, à Associação é importante esforçar-se para superar os antagonismos que dividem e enfraquecem a todos os catadores, independentemente da organização de que fazem parte. Assim, é imprescindível para sua sustentabilidade o engajamento e a participação nos movimentos de organização da categoria em construção em Manaus;
- c) Construir participativamente o Regimento Interno da organização, alinhado ao disposto no Estatuto, onde constem regras claras de proteção das relações, da

imagem e dos interesses da Associação, dos associados e colaboradores, pois o estado de anomia identificado não pode ser entendido como inerente a uma associação autogestionária;

- d) Definir suas diretrizes organizacionais: missão, visão, valores e princípios, enfim, construir o seu caráter organizacional, aquilo que a definirá junto a seus cidadãos beneficiários, parceiros e apoiadores. É imprescindível para uma organização saber exatamente o escopo de sua finalidade, a razão de sua existência, bem como refletir e projetar seu curso de ação para o que enseja vir a ser. Assim, a própria organização necessita.

Além dessas, recomenda-se urgente esforço para elaboração de plano de ação:

- de educação para o desenvolvimento dos associados nos aspectos técnicos, sociais e políticos, visando prepará-los para a descentralização das atividades. Os dados da pesquisa revelam que os informantes ignoram aspectos importantes da gestão dessa entidade. Nesse sentido, torna-se forçoso prepará-los para tomada de decisão, participação e assunção de responsabilidades;

- de comunicação na organização, tendo como ponto focal tanto as relações interpessoais como as técnicas. Em relação a esse último, o acento é colocado na publicização das ações da organização, principalmente no seu âmbito interno, visando à construção de relações de confiança entre pares, lideranças e demais atores;

- para a captação de apoio técnico e recursos necessários para a melhoria da estrutura física da Associação, conforme consta no Estatuto. É urgente e necessária a existência de ambientes que apresentem padrões aceitáveis de higiene e segurança coletiva e individual para os trabalhadores da ARPA, tais como área de trabalho, refeitório, banheiros, sala de descanso e escritório;

- para aquisição e uso obrigatório de equipamentos de uso coletivo e individuais: extintores de incêndio, fardamento, botas, luvas e máscaras;

- busca de parceria para o suprimento da organização de máquinas e equipamentos necessários à realização do trabalho, de acordo com a capacidade técnica e operacional da organização, tais como: balança com capacidade de 500kg, prensa enfardadeira, caminhão gaiola ou baú, bancada de separação de materiais, carrinho de transporte interno, trituradoras e elevadoras de carga;

- visando à proteção do associado contra os riscos do trabalho e das fragilidades da velhice;
- para revisão e mudanças no processo de gestão: planejamento, organização, direção e controle das atividades, orientadas pelos princípios da Economia Solidária;
- para transformar a Associação numa cooperativa, forma organizativa mais coerente com as atividades desenvolvidas pela Associação.

Destacadamente, enquanto permanece como associação, impõe-se a necessidade de critérios e recomenda-se a revisão dos critérios de compartilhamento da renda gerada pelo trabalho como associação. Nesse sentido, recomenda-se buscar conhecer outras formas mais equitativas de distribuição do produto do trabalho praticadas em outras associações.

Ao longo deste estudo foi possível conhecer os limites e as possibilidades inerentes ao fazer de uma associação voltada para o beneficiamento primário de materiais recicláveis – coleta, separação, prensagem, enfardamento e comercialização – tendo como carros-chefes o papelão e o papel.

Iniciada a partir da determinação de mudança de vida de seus sócios-fundadores, os mesmos, contando com pouco conhecimento e experiência sobre a atividade e apostando na força de trabalho associativo, assumiram o risco de um empreendimento dessa natureza, que hoje capitaliza o que lhe faltava no início: experiência, conhecimento e reconhecimento.

Essas carências iniciais não inviabilizaram a sua construção e, apesar dos muitos obstáculos na sua trajetória, observam-se avanços, como: ter saído da informalidade, realizado alguns dos objetivos desenhados, e ter se permitido um processo avaliativo de suas ações, por um agente interno. Este último, indicativo da vocação para o aprendizado, traço marcante na ARPA.

As organizações têm vidas próprias, constituídas de etapas e estágios de desenvolvimento e de crises. A ARPA vivencia esses dois momentos, o que impõe a ela, dentre tantos desafios, o de repensar a si mesma em todos os aspectos, condição para maior consciência de suas reais possibilidades. Acredita-se que, ao abrigar este projeto, talvez de modo inconsciente, a ARPA certamente iniciou esse processo que tanto mais lhe será útil quanto mais atenção der às recomendações indicadas – certamente, alguns de seus muitos desafios.

REFERÊNCIAS

ABONG, Alves. O que é uma Ong? Disponível em: <http://www.redecontrolesocial.org.br> - Acesso 09.03.08 11 48

_____. ONGs: repensando sua prática de gestão. Maxprint Editora e Gráfica Ltda. Julho, 2007.

_____. Por que e Como Constituir uma ONG. 11.01.2007 (on line) Disponível em: <http://www.mt.gov.br>

_____. Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática. Maxprint Editora e Gráfica Ltda. Julho, 2007.

AGOSTINI, João Paulo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Critérios de avaliação para projetos empreendedores sociais. Florianópolis, 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado)

ANDRADE, João Bosco Ladislau de. De quando o mundo não era mundo a um outro modo de olhar e ver a Amazônia. In: 2º SEGUNDO FÓRUM INTERNACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Porto Alegre (RS) Julho – 2009

ARAUJO, Chico. Amazônia coleciona indicadores sociais vergonhosos Disponível em: <http://www.agenciaamazonia.com.br>. Acesso em: 01.09.09

ARENDT, H. A condicao humana. 10. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitaria, 2005.

ARPA. MANAUS. Ata de eleição da nova diretoria da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA.), realizada em 12 de dezembro de 2008.

_____. MANAUS. Estatuto Social 25.04.2007A-337, Protocolado sob o nº 00019919, registrado sob o nº 00019893.

ARRECH, M. T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth M. (Org). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENVENUTO, Jayme. Mídia e Direitos Humanos. Brasília : ANDI; Secretaria Especial de Direitos Humanos; UNESCO, 2006.372 p.

BERNARDONI, Doralice Lopes – SETU; Souza , Marta Cristina de – SEEC Peixe , Blênio César Severo – UFPR. Fortalecimento da função avaliativa de políticas públicas: Estudo de caso do processo de avaliação da política de caso do processo de avaliação da política de emprego e renda da Secretaria de Estado do Trabalho do Paraná Capítulo 6 - Trabalho, Emprego e Promoção Social , Gestão de Políticas Públicas no Paraná Disponível em: http://issuu.com/saberes.seap/docs/resumos_politicas_publicas_parana/97

BRAGA, J. O. N. et al. Geoprocessamento na limpeza pública. Revista Electronica Scielo, Vol.13 - Nº 4 - out/dez 2008, 387-394 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/> Acessado em: 09.03.2010

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23.12.2009.

BRASIL/SUAS. A História da Assistência Social Brasileira. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 01.09.09

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. Terceiro Setor: gestão e controle social. São Paulo : Método, 2007. P.1-137.

CALDERONI, S. Os Bilhões Perdidos no Lixo. São Paulo: Humanitas Editora/ FFLCH/USP, 1997, 2003.

CANO, Ignácio. Introdução à avaliação de programas sociais. 3. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006

CANTON, Antônia Marisa. Eventos: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor. São Paulo: Roca, 2002. (2002) p. 1 -31.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; Paz, Rosangela Dias Oliveira da. Conceitos Básicos: Avaliação, Indicadores e Procedimentos Metodológicos. Programa Habitar Brasil Seminário Técnico. Pós-Graduação nos Projetos Integrados de Urbanização de Assentamentos subnormais UAS/HBB. O Processo de Construção de Indicadores Sociais para Avaliação de Resultados. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 09.09.09

CHAVES, M do P Socorro R. Pesquisa-ação no Estudo de caso de Catação de Recicláveis na Cidade de Manaus. N. 01 (maio/2008). Manaus: Ziló, 2008. 60 p.

CICONELLO, Alexandre; LAROUDÉ, Elisa Rodrigues Alves. O que é uma Ong? Disponível em: <http://www.redecontrolesocial.org.br>. Acesso em : 09.03.08

CIDADES DO BRASIL. Limpeza Pública. Tecnologia, abril-2005, edição 60. Disponível em: <http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news>. Acesso em: 23.01.2010

COHEN, Ernesto. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ : Vozes, 1993.

CONCEIÇÃO, Márcio C. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: São Paulo: Editora Átomo, 2005 - 2ª edição.

COSTA, Eliezer Arantes da. Gestão Estratégica. São Paulo h Saraiva, 2002. P. 35.

EHLERS, Eduardo e Lucía Peixoto Calil. Monitoramento e avaliação: uma oportunidade de aprendizagem. In: VOLTOLINI, Ricardo. Terceiro setor planejamento & gestão. São Paulo: Editora Senac, 2004.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224p..

FARIA, Regina M. Avaliação de programas Sociais: Evoluções e Tendências. In: Avaliação de políticas sociais : uma questão em debate. Elizabeth Melo Rico (Org.). São Paulo: Cortez : Instituto de Estudos Especiais, 1998. :

FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

FISCHER, Rosa Maria. Gestão de Pessoas nas Organizações do Terceiro Setor. In: Terceiro Setor : Planejamento e Gestão. VOLTOLINI, Ricardo (Org.) . 2. ed. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2004.

_____. Censo GIFE 2007/2008. Cláudia Candido e Fernando Nogueira. (Coord). São Paulo : Arvato do Brasil Gráfica, 2008

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo : Atlas, 1991.

GOMES, M. de F. C. M. G. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In Avaliação de Políticas e Programas Sociais teoria e pratica. São Paulo : Veras Editora, 2001.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In Pesquisa social; teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

GONÇALVES, Polita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro : DP&A, Fase, 2003.

GUERREIRO, Gabriela. CPI vai investigar ONGs que receberam recursos da União acima de R\$ 200 mil. Folha online, Brasília, 23.10.2007, Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 24.05.2010

IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20.09.09

_____. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20.09.09

_____. Diretoria de Pesquisa. Cadastro Central de Empresas 2005 .Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20.09.09

IBGE.

_____. Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 21. Rio de Janeiro : 2007.

_____. Teen: Lar doce Lar. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/habi>

tação/especial.html. Acesso em: 20.09.2009

IBGE/IPEA. Estudos e Pesquisas Informação Econômica n. 4 : As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002. 2. ed. IBGE :

FORBES. World Economic. Data base, Abril 2007. Disponível em: <http://www.forbes.com>. Acesso: 24.06.09

IPEA. A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10,04.09

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004. 141 p.

LOURENÇO, Mariane Lemos. Cooperativismo e subjetividade: um estado das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá, 2008.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Paulo Haus. in RITS. Tema do mês de marco de 2002. Disponível em www.rits.org.br/...teste/.../lg-tmes-marco2002. Acesso: 01.09.09.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social; Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Elogio do lixo. Manaus. Imprensa Oficial, 1986.

MORRIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. RAE executivo, n. 71. Fator Humano. Disponível em: <http://www16.fgv.br/rae/artigos/1507.pdf>. Acesso em: 31.05.2010

MOTA, Paulo Roberto. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro : Qualitymark Ed. , 2001.

OIT. Perfil do trabalho decente no Brasil / Escritório da Organização Internacional do Trabalho. – Brasília e Genebra: OIT, 2009.

_____. Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente – A experiência brasileira recente. Reportagens. Brasília. 09.09.2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/administracao/reportagens/index.php?id01=3034&lay=apu> . Acesso em: 23.12.2009

OIT/ANDI. Piores formas de trabalho Infantil. Um guia para jornalistas. Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). – Brasília h OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, 2007.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Avaliação de Programas Sociais. Cadernos de Textos CRESS, n.4 Florianópolis: 1999.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de; BESSANA, Maria Aparecida (revi.) Tratado de Metodologia

científica : projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo : Pioneira, 1997.

PESSOA, Fernando. Textos Filosóficos. Vol. I. Lisboa : Ática, 1968.

PEYON, Luís Francisco. Gestão Contábil para o Terceiro Setor. Rio de Janeiro; Freitas Bastos, 2004.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso: 28.09.09

_____. Atlas de Desenvolvimento de Manaus, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso: 28.09.09

_____. Na capital do AM, uma Noruega e um Vietnã. Manaus, 23/06/2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso: 28.09.09

QUEIROZ, Marco. O Planejamento estratégico e as organizações do terceiro Setor. In: Terceiro Setor e Planejamento. Ricardo Voltolini (Org.) 2. ed. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2004.

RAMOS, Marcos Fadanelli. Avaliação de programas sociais: propósitos e práticas em programas de educação da Fundação Banco do Brasil. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 1, p. 93-98, out. 2006/mar. 2007

_____. Marcos Fadanelli. Geração de Trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. MELLO, Claiton; (Org.) São Paulo : Publisher Brasil, 2006.

REBRATES. O Terceiro Setor. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br>. Acesso: 24.06.09

ROCHE, Chris Roche, edição adaptada para o Brasil ABONG, 2. ed. - São Paulo : Cortez 2002.

SALAMON, M. Lester et al. La Sociedad Civil Global: Las dimensiones del sector no lucrativo. (Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies) 1999

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo Hucitec, 1999.

SCHILLING, Voltaire. As grandes correntes do pensamento: Da Grécia Antiga ao neoliberalismo'. Porto Alegre: Editora AGE, 1998, pag. 147-159

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Walter Franco Lopes da. Benefícios e Serviços. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SINGER, Paul. A crise das ONGs e das políticas sociais. Eco Debate, (on line) 09/10/2008] Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>. Acesso: 11.05.09

TENÓRIO, Fernando G. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 10. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TENÓRIO, Jorge Alberto Soares; ESPINOSA, Denise Croce Romano. Controle ambiental de resíduos. In: Philipp Jr., Arlindo; Romero, Marcelo de Andrade; Bruna, Gilda Collet, (Eds.) Curso de gestão ambiental. Barueri, Manole, 2004. p. 155-211.

TERCEIRO SETOR. Terceiro Setor: quem somos? Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br>. Acesso: 20.09.09

TORO, A. José Bernardo. Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autentica 2004.

VALENTE, Rubens. ONGs: convênios suspeitos chegam a R\$ 330 milhões. Veja.com. São Paulo, 7.10.2007, Colunistas. Disponível em: <http://veja.abril.com.br>. Acesso em: 24.04.2009

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A:Fase, 2001.

VIVARTA, Veet (coordenação) Mídia & Direitos Humanos. Brasília : ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006.

VOLTOLINI, Ricardo. Terceiro Setor: Planejamento e Gestão. Ricardo Voltolini (org.). 2ªed. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2004.

APÊNDICES

APENDICE - A

DIMENSAO	INDICADORES	VARIAVEIS
CONDICÕES DE TRABALHO 1. Infra-Estrutura	Instalações físicas	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura das instalações físicas (espaço, tamanho, adequação, ambiência) Compatibilidade das instalações aos serviços executados
	Equipamentos	<ol style="list-style-type: none"> Tipos; Adequação; Quantidade; e Suficiência.
	Recursos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Fontes (Renda do trabalho - coleta); Fontes de renda outros tipos (doações, apoios, financiamentos, Suficiência; Alocação de recursos nas atividades;
	Transporte	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de veículos para transporte de coleta de materiais; Suficiência dos veículos;
2. Gestão do trabalho	Regime de trabalho /Remuneração /Previdência	<ul style="list-style-type: none"> Vínculo (empregado / associado); Forma de remuneração do trabalho (salário/retirada); Valor da remuneração (retirado ou salário); Carga horária de trabalho;
	Recursos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> Número de associados, empregados, e voluntários; Área de alocação dos RHs.
	Qualificação interna/externa	<ul style="list-style-type: none"> Número de capacitação dos catadores (cursos, seminário,) encontros, congresso); Áreas temáticas das qualificações; Instituições ministradoras dos cursos; Qualificação dos professores, instrutores Conteúdos; Relação com as atividades desenvolvidas na associação;
	Saúde/Segurança no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Acidentes de trabalho Doenças do trabalho (em decorrência da atividade); Tipos de tratamentos de saúde realizados;
	Relações Institucionais (internas e externas)	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade das relações (Confiança; organizacional ; Externas: Relações com governos Agências Internacionais, outros setores da Sociedade Civil.
	Condução dos processos	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento estratégico; Controle das ações (desenvolvimento e monitoramento técnico das ações) ; Definição de metas; Alocação de recursos;
RESULTADOS	Efetividade	<ul style="list-style-type: none"> Ações de fomento ao associativismo; Ações visando o fortalecimento das relações na associação tanto interno quanto externo.

	<ul style="list-style-type: none">• Elevação do padrão e da qualidade de vida dos associados.• Parcerias, apoios e convênios (técnico, científico e financeiro) realizados;• Iniciativas de preservação de áreas;• Capacitação técnica dos associados
--	--

Quadro 13 - Dimensão, indicadores e variáveis da pesquisa.

Elaboração da pesquisadora.



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUACAO SOCIEDADE TRABALHO E CULTURA NO
AMAZONAS

APENDICE B

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA 1 PARA APLICACAO JUNTO À
ADIMINISTRACAO DA ASSOCIACAO DE RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL – ARPA

PESQUISADORA: Otamires Barbosa Maia de Souza

LOCAL DA PESQUISA -----

DATA DA ENTREVISTA -----

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

1.1 – **Sexo** Feminino () Masculino ()

1.2 – **Estado civil** solteiro () casado () viúvo () outro -----

1.3 – **Corh** branca () preta () amarela () parda () indígena ()

1.4 – **Religião** -----

1.5 – **Local** (cidade/estado) e data de nascimento: -----

1.6 – **Profissão** -----

1.7 – **Escolaridade** Fundamental () Nível médio () Ensino superior ()

1.8 – **Tempo de associação:** -----

1.9 – **Cargo atual:** -----

1.10 - **Cargo anteriores:** -----

II – CARACTERIZACAO DA ORGANIZACÃO:

2.1 - **Nome:** -----

2.2 - **Área de atuação** -----

2.3 - **Tipo de serviços oferecidos** -----

2.4 - **Missão** -----

2.5 - **Objetivos** -----

2.5 - **Histórico da associação** -----

III – INFRA-ESTRUTURA

3.1 Comente sobre as instalações físicas no que se refere ao espaço, tamanho, adequação, ambiência, compatibilidade aos serviços executados

3.2 Comente sobre as máquinas e equipamentos no que se refere à quantidade e suficiência.

3.3 Comente sobre os veículos de transportes no que se refere à quantidade e suficiência.

IV – GESTÃO DO TRABALHO

4.1 Sobre o contingente de pessoas que trabalham no galpão atualmente. Quantos homens/mulheres?

4.2 Turnos e dias de trabalho no galpão e/ou na rua

TURNOS	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
Manhã							
Tarde							
Noite							

4.3 – Total de horas/ semana trabalhadas?

4.4 – Intervalos para alimentação, em minutos?

4.4.1 Lanches-----

3.4.2 Almoço -----

3.4.3 Janta -----

4.5 Que tipo de tarefa é executada com mais frequência no galpão?

4.6 Existe uma divisão de tarefas entre homens e mulheres?

4.7 Que tipos de materiais são coletados?

4.8 Como se dá a coleta dos materiais?

- 4.9 - Quais as técnicas utilizadas na separação e beneficiamentos dos materiais recolhidos?
- 4.10 - Qual o volume médio diário de resíduos que entram no galpão?
- 4.11 - Qual o faturamento médio mensal da Associação?
- 4.12 Quem são os principais compradores dos seus produtos? Que produtos compram?
- 4.13 Quais vínculos de trabalho na Associação em termos de tipo e quantidade. (Empregado, voluntários, associados.)
- 4.14 Qual a média de retiradas dos trabalhadores da Associação
- 4.15 Comente sobre o planejamento e controle das atividades.
- 4.16 Comente sobre as formas de comunicação usadas pela associação?

V – RESULTADO: Efetividade

- 5.1 - Comente sobre as iniciativas a política capacitação da associação em termos de numero, tipo, objetivos dos eventos.
- 5.2 - Fale sobre as atividades da Associação para proteção, preservação da fauna, flora, rios, mananciais.
- 5.3 Comente sobre a “base de produção artesanatos” (Tipo, número de famílias envolvidas, volume de renda gerada).
- 5.5 Comente sobre são os principais apoiadores, convenientes, parceiros e financiadores da ARPA? Tipo de contribuição?
- 5.6 Comente sobre as políticas existentes - estadual ou municipal - de apoio às atividades de reciclagem no seu estado.
- 5.7 - Comente sobre as ações de fomento ao associativismo.
- 5.8 - Comente sobre as ações visando o fortalecimento das relações na associação tanto interno quanto externo.
- 5.9- Comente sobre as mudanças no padrão e da qualidade de vida dos associados.
- 5.10 Comente sobre as iniciativas de educação e capacitação técnica dos associados



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUACAO SOCIEDADE TRABALHO E CULTURA NO
AMAZONAS

APÊNDICE C

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA 2 A SER APLICADA JUNTO AOS
ASSOCIADOS E COLABORADORES DA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – ARPA

PESQUISADORA: Otamires Barbosa Maia de Souza

LOCAL DA PESQUISA -----

DATA DA ENTREVISTA -----

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1.1 – **Sexo** Feminino () Masculino ()
1.2 – **Estado civil** solteiro () casado () viúvo () outro -----
1.3 – **Cor** branca () preta () amarela () parda () indígena ()
1.4 – **Religião** -----
1.5 – **Local** (cidade/estado) e data de nascimento -----

1.6 – **Profissão** -----
1.7 – **Escolaridade:** Fundamental () Nível médio () Ensino superior ()
1.8 – **Tempo de associação** -----
1.9 – **Cargo atual** -----
1.10 - **Cargo anteriores** -----

II – DOCUMENTACAO

- 2.1 Que documentos possui?
2.1.1 () certidão de nascimento
2.1.2 () certidão de casamento
2.1.3 () carteira de identidade
2.1.4 () carteira de trabalho
2.1.5 () título de eleitor
2.1.6 () certificado de reservista
2.1.7 () carteira de motorista
2.1.8 () certidão de nascimento dos filhos
2.1.9 () CPF
2.1.10 () outros -----

III – SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

3.1 Sua residência antes de vir para associação era?

3.1.1 () Própria

3.1.2 () Alugada

3.1.3 () Mora com parentes

3.1.4 () Outros -----

3.2 Sua residência atual é?

3.2.1 () Própria

3.2.2 () Alugada

3.2.3 () Mora com parentes

3.2.4 () Outros -----

3.3 Sua residência antes de vir trabalhar na ARPA era servida de ...?

3.3.1 () Água

3.3.2 () Luz

3.3.3 () Esgoto

3.4 Sua residência atual é servida de ...?

3.4.1 () Água

3.4.2 () Luz

3.4.3 () Esgoto

3.5 Quantas pessoas moram em sua residência?

3.5.1 () 1 a 2 pessoas

3.5.2 () 4 a 6 pessoas

3.5.3 () Mora com parentes

3.5.4 () Outros

3.6 Antes de vir trabalhar na associação morava em casa de:

3.6.1 – () Alvenaria

3.6.2 – () Madeira

3.6.3 – () Mista (alvenaria e madeira)

3.6.4 – () Outros: -----

3.7 Sua casa atual é feita de:

3.7.1 – () Alvenaria

3.7.2 – () Madeira

3.7.3 – () Mista (alvenaria e madeira)

3.7.4 – () Outros: -----

3.8. Seu local de moradia anterior (cidade/estado): -----

3.9. Números de filhos:

3.9.1. meninos 0 a 6 anos -----

3.9.2 meninas 0 a 6 anos -----

3.9.3 Quem cuida deles enquanto você trabalha? -----

3.10 Recebe algum benefício de programa do Governo Federal? -----
3.10.1 () Não 3.10.2 () Sim Qual (is)? -----

3.11 Antes de vir trabalhar na associação, teve algum problema de saúde grave?

3.11.1 () Não 3.11.2 () Sim h Qual (is)? -----

3.12 Quando adoece que instituição lhe assiste? -----

3.13 Faz uso de medicamento controlado? -----

3.14 Qual seu nível de escolaridade?

- 3.14.1 () Analfabeto
- 3.14.2 () Fundamental incompleto
- 3.14.3 () Fundamental completo
- 3.14.4 () Médio incompleto
- 3.14.5 () Médio completo
- 3.14.6 () Superior incompleto
- 3.14.7 () Superior completo

3.15 Em que idade começou a trabalhar? -----

3.16 Antes de vir trabalhar na associação (você/Sr./Sra)h

- 3.16.1 () Não trabalhava
- 3.16.2 () Trabalhava sem carteira assinada
- 3.16.3 () Trabalhava com carteira assinada
- 3.16.4 () Informal

3.17 Antes de vir trabalhar na associação, quantas pessoas trabalhavam na sua casa?

- 3.17.1 () 1 a 2 pessoas
- 3.17.2 () 2 a 4 pessoas
- 3.17.3 () Mais de 4 pessoas
- 3.17.5 () Nenhuma

3.18 Quantas pessoas trabalhavam na sua casa atualmente?

- 3.18.1 () 1 a 2 pessoas
- 3.18.2 () 2 a 4 pessoas
- 3.18.3 () Mais de 4 pessoas
- 3.18.5 () Nenhuma

3.19 Qual sua renda mensal antes de vir para a associação?

- 3.19.1 () Menos de 01 salário-mínimo
- 3.19.2 () De 01 a 02 salário-mínimo
- 3.19.3 () De 03 a 04 salário-mínimo
- 3.19.4 () De 03 a 04 salário-mínimo
- 3.19.5 () Mais de 05 salário-mínimo

3.20 Quanto gasta por mês em:

3.20.1 Alimentação -----

3.20.2 Moradia -----

3.20.3 Transporte -----

3.20.4 Outros: -----

3.21 Que outras fontes de rendimentos possui? -----

3.22. Você mora no mesmo bairro que trabalha?

3.22.1 () Não 3.22.2 () Sim Qual? -----

3.23 Antes de vir trabalhar na associação, quais desses objetos (você/Sr./Sra.) tinha em casa?

3. 23.1 () Fogão a gás

3. 23.2 () Geladeira

3. 23.3 () Máquina de lavar

3. 23.4 () Ar condicionado

3. 23.5 () Televisão

3. 23.6 () Aparelho de som

3. 23.7 () DVD

3. 23.8 () Telefone

3. 23.9 () Computador

3.23.10 Outros -----

3.24 Quais desses objetos (você/Sr./Sra.) comprou depois que veio trabalhar na associação?

3. 24.1 () Fogão a gás

3. 24.2 () Geladeira

3. 24.3 () Máquina de lavar

3. 24.4 () Ar condicionado

3. 24.5 () Televisão

3. 24.6 () Aparelho de som

3. 24.7 () DVD

3. 24.8 () Telefone

3. 24.9 () Computador

3.24.10 () Outros -----

3.25 – Antes de vir trabalhar na associação, (você/Sr./Sra.) possuía algum tipo de conta bancária?

3.25.1 () Não 3.25.2 () Sim Qual (is)h -----

3.26 Atualmente, (você/Sr./Sra.) algum tipo de conta bancária?

3. 26.1 () Não 3.26.2 () Sim. Qual (is)h -----

3.27 O que faz quando não esta trabalhando?

3.27.1 () vê TV

3.27.2 () ouve rádio

3.27.3 () joga futebol

3.27.4 () cuida da casa

3.27.5 () descansa

3.27.6 () Outros -----

3.28 – Quais os programas que mais assiste na TV? -----

3.29 Produz objetos de arte ou algum tipo de artesanato usando materiais recicláveis com que trabalha?

3.29.1 () Não 3.29.2 Sim. Qual (is)? -----

Quais? -----

3.30 Na comunidade, (você/Sr./Sra.) participa de eventos

3.30.1 () Educacionais

3.30.2 () Religiosos

3.30.3 () Culturais

3.30.4 () Não participa

3.30.5 () Outros. Qual (is) -----

3.31 Em quais dos eventos sociais e ou políticos da comunidade (você/Sr./Sra.)

3.31.1 () Associação do bairro

3.31.2 () Conselho Municipal do meio ambiente

3.31.3 () Clube de Mães

3.31.4 () Outros. Quais? -----

3.32 Você já sentiu ou sente algum tipo de discriminação em relação ao seu trabalho na associação?

3.32.1 () Não 3.32.2 () Sim. Que tipo? -----

IV – INFRA-ETRUTURA

4.1 Comente sobre as instalações físicas(galpão) em termos de tamanho, adequação, ambiência e compatibilidade aos serviços executados. -----

4.2 Em sua opinião, o espaço físico do galpão é:

4.2.1 () Regular 4.2.2 () Bom 4.2.3 () Ótimo ()

4.3 Comente sobre as máquinas, veículos e equipamentos usados no trabalho na associação, em termos de suficiência (quantidade) e adequação. -----

4.4 Em seu trabalho, (você/Sr./Sra.) usa algum equipamento de proteção?

4.4.1 Não 4.4.2 Sim. Quais? -----

4.5 Fale sobre as fontes de recursos da ARPA (tipos, volume) -----

4.6 Fale sobre o emprego dos recursos obtidos pela Associação. -----

4.7 Fale sobre o(s) transporte(s) usado(s) pela associação em suas atividades (quantidade e suficiência). -----

V GESTÃO DO TRABALHO

5.1 Qual seu vínculo (relação) com a associação

5.1.1 () Associado

5.1.2 () Empregado

5.1.3 () Voluntário

5.1.4 () Outros -----

5.2 Sua retirada na associação é

5.2.1 () Semanal

5.2.2 () Quinzenal

5.2.3 () Mensal

5.3 Quanto (você/Sr./Sra.) retirada na associação? -----

5.4 Fale da sua jornada de sua jornada de trabalho na associação (interno/externo)?

5.5 Total de horas trabalhadas por semana na Associação? -----

5.6 O que (você/Sr./Sra.) faz na associação? -----

5.7 Em que local (você/Sr./Sra.) realiza seu trabalho? -----

5.8 Já participou de alguma capacitação promovida ou apoiada pela Associação?

5.8.1 () Não 5.8.2 () Sim*

* Se a resposta for afirmativa, indague sobre

Tipo -----

Duração -----

Tema -----

Instituição responsável -----

5.9 Fale sobre os benefícios desses eventos de qualificação. -----

5.10 Tinha algum plano de saúde antes de vir trabalhar na ARPA?

5.10.1 () Não 5.10.2 () Sim. Qual?-----

5.11. Tem algum plano de saúde pela ARPA?

5.11.1 () Não 5.11.2 () Sim. Qual?-----

5.12 Sofreu algum acidente de trabalho antes de vir trabalhar na associação?

5.12.1 () Não 5.12.2 () Sim. Que tipo? -----

5.13 Sofreu algum acidente de trabalho aqui na associação?

5.13.1 () Não 5.13.2 () Sim. Que tipo? -----

5.14 Que tipo(s) de tratamento(s) de saúde realizou antes de vir para associação-----

5.15 Que tipo(s) de tratamento(s) de saúde realizou depois que veio para associação? -----

5.16 Que significa para você trabalhar com reciclagem? -----

5.17 Que você vê de positivo em sua atividade aqui na associação? -----

5.18 Que você vê de negativo em sua atividade aqui na associação? -----

5.19 Como a associação é vista pela comunidade, poder publico outras associações? -----

5.20 Já participou de algum evento de planejamento na associação? -----

5.21 Existe algum tipo de meta de trabalho definida na ARPA? -----

5.22 Como é controlado o trabalho em termos de produção? -----

5.23 Está satisfeito com o na associação?

5.23.1 () Sim 5.23.2 () Não Porquê? -----

5.24 Acha o trabalho de reciclagem importante para preservação do meio ambiente?

5.24.1 () Sim 5.24.2 () Não Porquê? -----

5.25 O que mudou na sua vida, depois que veio trabalhar na ARPA? -----



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA -
PPGSCA
APENDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr(a). para participar do Projeto de Pesquisa intitulado “ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA GERAÇÃO DE RENDA – UM ESTUDO DE CASO”, que será realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pretende investigar a efetividade do trabalho de reciclagem como fonte geradora de renda realizado pela Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental – ARPA. As pesquisadoras Márcia Perales Mendes Silva e Otamires Barbosa Maia de Souza, responsáveis pelo projeto, pedem autorização para lhe fazer uma entrevista, ou a sua concordância para responder as perguntas que estão num formulário que lhe será apresentado. O (a) Sr.(a) foi escolhido porque o seu conhecimento, e vivencia na Associação ser muito importante para essa Pesquisa. Mas comunicamos que a sua participação será voluntária, isto significa dizer que não haverá nenhuma forma de pagamento por sua colaboração.

Asseguramos que mesmo tendo concordado em participar dessa pesquisa, o (a) Sr. (a) tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; ou seja, deixar de colaborar com essa; e ainda, a qualquer momento desta, o (a) Sr. (a) poderá fazer perguntas sobre o que não entender, quantas vezes seja necessário. coisa que não esteja entendendo. Informamos também, a (o) Sr. (a) que nas entrevistas será usado gravador, máquina fotográficas, filmadora – no que couber; os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo telefone (92) 3647-4000/UFAM/PPGSCA.

Consentimento Pós-Informação

Eu,-----, fui informado (a) sobre o que as pesquisadoras querem fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Manaus (AM), ----/----/2009

----- ou
Assinatura do participante Data

Pesquisadora Responsável Data



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

APÊNDICE E

ANEXOS

ANEXO: A



Figura 13 - Gincana Escola Municipal Leonor Uchoa
Fonte: Imagem cedida pela ARPA



Figura 14 – Logomarca da campanha educativa realizada na escola Alzira Uchoa
Fonte: Imagem cedida pela ARPA

ANEXO B



Figura 15 – Amostra de artesanato do grupo apoiado pela ARPA
Fonte: Dados de pesquisa

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)